

**O Impacto e as Estratégias de *Coping* de Indivíduos
em Comunidades Afetadas por Desastres Naturais**

Fernanda Menna Barreto Krum

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia

Sob Orientação da

Prof^ª. Dr^ª. Denise Ruschel Bandeira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento

Março de 2007

AGRADECIMENTOS

Sou grata à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Denise Ruschel Bandeira pela parceria, pelo respeito ao meu estilo e pela sintonia com o propósito do trabalho.

À minha relatora e eterna mestre Prof^a. Dr^a. Sílvia Helena Koller pelo incentivo à minha veia acadêmica desde os tempos da graduação.

Ao CNPq pelo incentivo financeiro que me possibilitou a execução desta pesquisa até sua conclusão.

À minha mãe, Zuleide, pela crença, pela torcida e pela arte-final desta obra-prima.

Ao meu pai-padrastro, Jairo, pelo apoio independente das escolhas que tomei.

Ao meu pai, Enio, pelo orgulho, mesmo que velado, através de suas preocupações práticas.

Aos meus irmãos, Marina, Francisco e Alexandre, por me impelirem a ser cada vez melhor como exemplo, e por me fazerem acreditar nas gerações que estão por vir.

À minha mestre Célia Russo pela força e iluminação a mim conferidas para que eu pudesse reescolher, criar e concluir este “filho”.

À minha amiga Mari pela interlocução e pela ajuda na abertura de novos caminhos a este estudo.

À minha amiga Carolzinha por me possibilitar o exercício de meu lado “orientadora”, que muito me ajudou a evoluir enquanto mestre.

À minha amiga Sha pelo olhar de cuidado e incentivo que só uma amiga-irmã pode oferecer.

À minha amiga Ja pela demonstração sempre eufórica de orgulho.

Ao meu grupo de amigas Thi, Tati e Vê pelos momentos de descontração regados de risadas, espumantes e energia positiva.

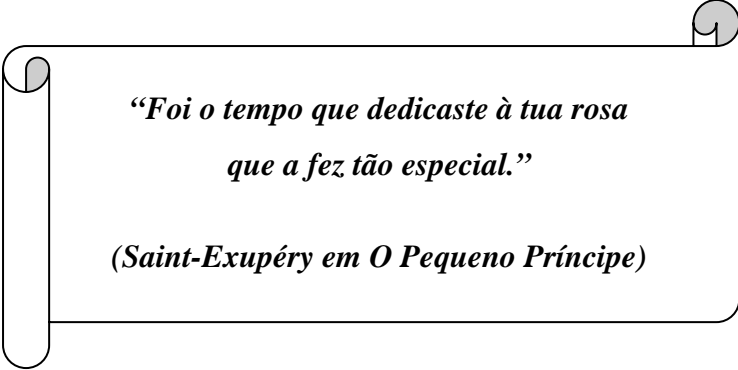
Ao meu amigo Zé pelas horas de debate científico que muito me fizeram refletir sobre os conceitos da vida.

Às minhas amigas e colegas Mi e Laíssa pela parceria e risadas eternas.

À minha colega Josi pelos momentos de troca e auxílio técnico, imprescindíveis.

Ao meu amigo Major pelo exemplo de homem do bem, dedicado e crente de seus valores – foste fundamental nesta caminhada para que eu não descreditasse de minha missão,

À Comunidade de Muitos Capões, em especial aos que mantive contato, pela colaboração, pela garra e generosidade com seus semelhantes, na reconstrução de sua cidade – esta é a maior demonstração do sentido de viver.



*“Foi o tempo que dedicaste à tua rosa
que a fez tão especial.”*

(Saint-Exupéry em O Pequeno Príncipe)

SUMÁRIO

Página

RESUMO..... 08

ABSTRACT..... 09

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO 10

Desastres naturais 11

Impacto psicológico dos desastres naturais 18

Estresse e conservação de recursos..... 19

Coping e estratégias de *coping* 22

 Considerações metodológicas sobre o *coping* 31

Trauma, desastres e *coping* 34

Estudos recentes na área 38

Métodos de pesquisa com desastres naturais: Preferências deste estudo 43

Justificativa, objetivos e hipóteses..... 55

CAPÍTULO II

MÉTODO 56

Participantes..... 56

Instrumentos e materiais 59

Considerações éticas 60

Delineamento e procedimentos..... 60

Análise dos dados 61

CAPÍTULO III

RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
Inserção ecológica da pesquisadora no local e na comunidade	63
Contextualização do cenário: O local da pesquisa.....	66
Descrição do desastre natural: O tornado	69
Categorias analíticas	73
Reações ao desastre.....	74
Reações físicas	74
Reações emocionais	75
Reações do contexto social.....	80
Estratégias de <i>coping</i>	81
Busca por suporte social.....	81
Resolução de problemas	85
Evitação	87
Apoio na religião	89
Busca por significado	93

CAPÍTULO IV

CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXOS	122
Anexo A. Questionário sócio-demográfico	122
Anexo B. Termo de consentimento livre e esclarecido	123
Anexo C. Autorização para gravação de áudio.....	125
Anexo D. Planejamento do grupo focal.....	126
Anexo E. Entrevista semi-estruturada individual	129
Anexo F. Tabela de análise de conteúdo	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização das Situações Anormais	15
Tabela 2. Métodos de <i>Coping</i> Religioso.....	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo de Processamento de <i>Stress</i> e <i>Coping</i> de Lazarus e Folkman (1984)	24
Figura 2. Esquema de <i>Coping</i> e <i>Stress</i> de Rudolph, Denning e Weisz (1995).....	25
Figura 3. Modelo Multiaxial de <i>Coping</i> de Hobfoll (1998)	29
Figura 4. Antecedentes, atributos críticos e conseqüências da busca por significado de Skaggs e Barron (2006)	94

RESUMO

O impacto sofrido por indivíduos e por comunidades atingidas por desastres naturais gera inúmeras respostas emocionais, bem como esforços para lidar com o evento. Esses esforços são as estratégias de *coping* utilizadas no enfrentamento de uma situação estressora. Para investigar essas estratégias pela perspectiva do coletivo, foram selecionados representantes de famílias, residentes de um município atingido por um tornado. Foi aplicada a técnica do grupo focal através de um encontro com 5 participantes afetados por esse evento. As perguntas norteadoras foram: *Como foi para vocês ter passado pela situação do desastre? O que vocês fizeram para enfrentá-lo?* O levantamento dos dados foi feito através da análise de conteúdo e os resultados apontaram categorias de *coping* que incluíram busca por suporte social, resolução de problemas, evitação, apoio na religião e busca por significado. Categorias acerca das reações ao desastre também foram identificadas como físicas, emocionais e do contexto social propriamente dito.

Palavras-chave: Desastres naturais; estratégias de *coping*; grupo focal; pesquisa qualitativa.

ABSTRACT

THE IMPACT AND THE COPING STRATEGIES IN INDIVIDUALS ON THE COMMUNITIES AFFECTED BY NATURAL DISASTERS

The impact on the community and its individuals affected by natural disasters are responsible for a variety of emotional responses, creating an urgent need for efforts to deal with such event. These efforts are the *coping* strategies used for the adaptation to a stressful situation. To investigate these strategies on the collective perspective, householders within families living in the regions affected by the natural disasters were selected. The focus group technique was used in one meeting, including 5 participants who had been victims of such event. The guiding questions were: *How was to have been through the disaster situation? What did you do to cope with it?* The final data were analyzed through the content analysis and the results appointed coping categories which included seeking for social support, problem solving, avoidance, religion support and searching for meaning. Moreover, categories concerning the reactions towards the disaster were also identified as physical, emotional and the social context itself.

Key-words: Natural disasters; *coping* strategies; focus group; qualitative research.

INTRODUÇÃO

O estar vivo acarreta, invariavelmente, a exposição a riscos. Em uma perspectiva encontra-se o desenvolvimento científico oferecendo a possibilidade de um tempo médio de vida maior com o incremento da qualidade de vida. Em outra, tem-se o risco inerente a estar vivo que é diretamente afetado por situações traumáticas de toda a espécie. As preocupações do campo científico com os eventos traumáticos e a forma como eles afetam a população fundamenta-se na crescente incidência destes na atualidade. O número cada vez maior de acidentes automobilísticos e a crescente violência nos centros urbanos, resultando em índices alarmantes de pessoas mortas ou feridas, são exemplos de traumas de pequena magnitude (Arnt, Spitz & Zaidhaft, 2001). Da mesma forma, Norris, Friedman, Watson, Byrne, Diaz e Kaniasty (2002) relatam que situações como atentados terroristas, acidentes de extensa proporção e desastres naturais têm acontecido com maior frequência em todo o mundo, em sua maioria de forma inesperada. Na área da psicologia, a literatura interessada pelas conseqüências psicológicas de vítimas envolvidas em circunstâncias como essas é extensiva (Norris, 2002) e tem enfatizado mais as respostas subjetivas dos indivíduos em relação ao trauma do que propriamente a gravidade deste (Arnt et al., 2001).

Nesse contexto, ainda se pode observar a revolução sócio-cultural-ambiental que caracteriza os tempos atuais (Ackerman, 1986). Esta tem afetado a relação entre as nações, a configuração da vida familiar, o que possivelmente abala os padrões conhecidos de indivíduo. Seres humanos e relações humanas são lançados em um estado de turbulência, no qual ocorre uma crescente redução de espaço e uma forçada intimidade de pessoas convivendo em culturas conflitantes. Tal realidade requer uma nova visão das relações do ser humano com o ser humano e do ser humano com seu ambiente.

Na tentativa de buscar um entendimento de como o homem se relaciona com a natureza, qualquer estudo em saúde mental não deve mais somente se preocupar com o indivíduo e seus aspectos biológicos e psicológicos isolados. É preciso saber como essas relações atuam sobre o seu desempenho na estrutura social, política, econômica e espiritual do mundo que o cerca até sua inserção no contexto maior: a sociedade. A partir dessa perspectiva o presente trabalho visou a investigar o impacto e as estratégias de *coping*¹ de indivíduos em comunidades afetadas por desastres naturais. Objetivou explorar tal vivência através do relato grupal destas pessoas.

¹ Não havendo na língua portuguesa uma palavra capaz de expressar a complexidade do conceito *coping*, optou-se pela não tradução do termo. Significados possíveis da palavra *coping* no português podem relacionar-se a “lidar com”, “enfrentar” ou “adaptar-se a”.

Desastres Naturais

No campo do trauma, segundo Aldwin (1994), os eventos podem ser divididos em três tipos: desastres naturais e tecnológicos, guerras e problemas relacionados como a fome, e trauma individual. Atualmente, entre os mais comuns tipos de trauma estão os desastres entendidos como eventos ambientais estressantes que ocorrem em larga escala e que afetam adversamente um significativo número de pessoas (Briere & Elliot, 2000). É um evento súbito que tem o poder de aterrorizar ou gerar perdas substanciais de muitos indivíduos simultaneamente (Norris, 2002). Considerados inusuais, seu impacto excede a possibilidade de uma comunidade em lidar com seus efeitos através de recursos próprios (Arcos, González, Huerta & Cueto, 1994). Nos últimos 20 anos, tem-se percebido uma profunda mudança no campo científico dos desastres, a começar pela sua classificação. São comumente divididos em desastres naturais ou desastres causados por humanos – estes últimos, chamados eventos tecnológicos, resultam de um erro ou negligência humana como acidentes nucleares ou de aviões. Em relação aos desastres naturais, a terminologia geralmente deriva de processos físicos, não evoluindo nos últimos 20 anos. Os desastres naturais são decorrentes de forças geofísicas e do tempo tais como maremotos, tornados, terremotos e inundações. Conflitos civis de caráter político, econômico, cultural e religioso têm sido incluídos, do mesmo modo, atualmente, no âmbito dos desastres. Caracterizam-se por uma real intenção de injúria, sendo denominados como desastres de violência massiva (Briere & Elliot, 2000; Kelly, 1998; Norris, 2002).

Nas ciências geofísicas Marandola Jr. e Hogan (2004) descrevem sua designação respectivamente por: *environmental hazards* (operam via ambiente físico e biótico), *technological hazards* (originam das estruturas, processos e produtos tecnológicos) e *social hazards* (resultados do comportamento humano). Porém, os autores atentam para o fato de que hoje essa classificação se apresenta muito mais complexa. Os *hazards* sociais e tecnológicos incidem sobre o meio produzindo outros tipos conhecidos como quasi-naturais, que possuem uma dimensão física modificada ou determinada por elementos sociais ou tecnológicos. Outra forma de *hazards* são os híbridos, os quais se caracterizam pela interação de aspectos sociais e tecnológicos, enquanto nesse plano contemporâneo de análise os *hazards* ambientais são apreciados pela interação de três fatores: natural, social e tecnológico.

Nas ciências sociais o debate sobre as formas de interpretar as “calamidades naturais”, como denominam Mattedi e Butzke (2001) em sua revisão do assunto, é muito complexo e tem-se desenvolvido pela utilização de muitos conceitos como catástrofes ou desastres naturais, situações extremas, emergências, porém podem ser destacadas duas

grandes vertentes: a teoria dos *Hazards* desenvolvida do ponto de vista geográfico e que enfatiza os aspectos naturais; e, a teoria dos Desastres construída do ponto de vista sociológico e que ressalta os aspectos sociais.

O estudo dos *natural hazards*, como também são denominados os desastres naturais nas ciências geofísicas e sociais, já era preocupação dos geógrafos desde a década de 1920, muito antes das inquietações mundiais em razão da degradação ambiental do planeta e dos mais recentes apelos pelo resgate da qualidade de vida. O marco inicial foi em 1927 através da solicitação do governo dos Estados Unidos de que profissionais da engenharia propusessem uma solução para as inundações que estavam ocorrendo em inúmeros locais do país. A motivação de origem foi um problema prático que estava incorrendo em perdas materiais e humanas, entretanto, as medidas estruturais implantadas careciam de uma visão mais ampla, centrando-se ainda em um discurso tecnocrático intervencionista como atentado pelo cientista G. White envolvido na época. É nesse âmbito que geógrafos, psicólogos, agrônomos e planejadores urbanos foram chamados a participar mais efetivamente constituindo um grupo de estudos na Universidade de Chicago para investigar o ajustamento humano ao problema das enchentes. As pesquisas foram se direcionando para a relação homem-meio/sociedade-natureza, com uma forte análise dos componentes físicos, porém não deixando de integrar estes aos elementos sociais. Os fatores relevantes incluíam a geração de prejuízos e danos, o impacto socioeconômico e as diferenças na percepção do problema vindas da população e vindas dos planejadores, bem como as pesquisas foram estendidas a outros tipos de fenômenos naturais como terremotos e furacões (Marandola Jr. & Hogan, 2004; Mattedi & Butzke, 2001). Nesse sentido, a saúde mental das pessoas envolvidas nos *natural hazards* ainda não se mostrava com sua real importância.

A perspectiva geofísica e social dos *natural hazards* que os analisa sob essa relação homem-natureza considera, interessantemente, esses fenômenos como eventos, muitas vezes, extremos que rompem um ciclo ou um ritmo de ocorrência dos fenômenos naturais. Contudo, não serão todas as inundações, tornados e terremotos que serão caracterizados como *hazards*, mas sim somente aqueles que estão em relação ou ocorrendo em áreas ocupadas pelo homem. Os aspectos físicos compreendidos como extremos nos processos naturais sugerem o argumento que esses eventos geram problemas e que os indivíduos necessitam se ajustar a eles. Os *hazards*, para esses pesquisadores, são eventos que geram perdas, danos e colocam em perigo essas populações e, por isso, não são naturais em si, mas acontecem na interface entre sociedade-natureza. Eles são denominados *natural hazards* por terem sua origem dos elementos geofísicos, conforme determinado pelo

campo da geografia. A discussão dessa maneira de caracterizar os *hazards* mostra-se paradoxal, pois o caráter ameaçador de um fenômeno geofísico natural somente pode ser dimensionado quando diametralmente contraposto a um sistema de atividade humana específico, pois no momento em que esse fenômeno não atingir atividades humanas, não se constitui num *hazard* (Marandola Jr. & Hogan, 2004; Mattedi & Butzke, 2001).

Os desastres, em termos sociológicos, reportam-se a um acontecimento ou uma série deles que alteram o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade. São eles provocados por agentes naturais ou criados pelo homem e evocam uma relação específica entre sociedade e natureza, enfocando os aspectos sociais do evento. A análise sistemática sobre as causas e efeitos dos desastres inicia também nos Estados Unidos na mesma época dos estudos de White sobre *hazards*, quando em 1920 S. H. Prince realizou um estudo acerca das respostas sociais frente à explosão de um navio no porto da cidade de Halifax. Os desastres eram tidos como exemplos de “patologias sociais” e encarados como uma boa oportunidade de estudar a estrutura social de uma comunidade em condições “anormais” ou “distorcidas”. Contudo, foi somente após a Segunda Guerra que o campo de estudo se estabeleceu definitivamente e desde lá vem crescendo o interesse dos pesquisadores apesar de não haver um desenvolvimento teórico linear. De uma forma geral, a sociologia preocupa-se muito mais com a organização social priorizando os grupos como unidades de análise e abordagens baseadas no comportamento coletivo. A lógica de raciocínio do princípio da continuidade, no qual as condições pré-impacto explicariam o cenário encontrado no período pós-impacto, é apresentada nos anos setenta do século passado. Dessa maneira, não é possível tratar separadamente a situação de emergência da situação pré-desastre, argumentando-se que o desastre se constitui, primeiramente, em um fenômeno social e, portanto, deve ser identificado em termos sociais. Dois são os fatores do contexto pré-desastre que determinam a resposta da comunidade: tipos de integração e conflitos existentes no período de normalidade e a experiência acumulada na confrontação da crise. A relação entre esses dois aspectos coloca que a dimensão social pode alterar a magnitude e a intensidade do desastre, não estando a importância dos estudos na dimensão natural, mas sim nas conseqüências sociais num contexto social determinado. Eles atentam para um diagnóstico da organização social pré-impacto, trabalhando com a noção de vulnerabilidade das populações a eventos destrutivos. Tal abordagem foi criticada por seus pares por definir os desastres somente em função da capacidade de resposta e salientar exclusivamente os fatores sociais, o que contribui na distorção de um entendimento global do problema. Além disso, a noção de que o crescimento do número de desastres nas últimas décadas, face às condições geofísicas relativamente estáveis, fez com que muitos

pesquisadores da área entendessem que o aumento da vulnerabilidade está intimamente ligado a ampliação do processo de subdesenvolvimento e de marginalização social. Sendo assim, o desastre é concebido pelas ciências sociais, atualmente, como resultado da interface de uma população marginalizada e um ambiente físico deteriorado (Mattedi & Butzke, 2001). Desastre é um evento que resulta não apenas da forma como as pessoas enfrentam o problema, mas como habitam o lugar e se relacionam entre si (indivíduos e coletividade) e com o ambiente, ou seja, um evento que impacta a sociedade, originado de um padrão específico de interação entre um fenômeno natural e uma organização social (Marandola Jr. & Hogan, 2004; Mattedi & Butzke, 2001).

Um desastre caracteriza-se, segundo a Defesa Civil Federal (<http://www.defesacivil.gov.br/situacao/index.asp>), por uma situação na qual o município necessita tomar medidas excepcionais, de urgência, ou ainda, comprometer toda sua capacidade administrativa. Em nível nacional, o governo federal mantém Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, sob a coordenação técnica do Departamento de Resposta aos Desastres e Reconstrução, e tem como objetivo possibilitar o gerenciamento de ações preventivas e de respostas, bem como a mobilização de recursos humanos, materiais e equipamentos, no sentido de evitar ou reduzir danos e prejuízos à sociedade, coordenando as informações de riscos de desastre e monitorizando os parâmetros dos eventos adversos, permitindo o geoprocessamento de dados via satélite. No caso de identificação de situações de desastre, declara-se a situação de emergência ou estado de calamidade pública. Para a caracterização desta, faz-se necessário analisar os fatores preponderantes e os fatores agravantes. Os critérios preponderantes estão relacionados com a intensidade dos danos (humanos, materiais e ambientais) e a ponderação dos prejuízos (sociais e econômicos). Os critérios agravantes dizem respeito à ocorrência de desastres secundários, ao despreparo da administração local (geral e Defesa Civil), ao grau de vulnerabilidade do cenário e da comunidade e ao padrão evolutivo do desastre. No Brasil, a maioria dos desastres de grande porte caracteriza-se como situação de emergência. Menos de 2% dos desastres declarados, homologados e reconhecidos justificariam o estado de calamidade pública. A Defesa Civil divide os eventos conforme quadro resumido de Caracterização das Situações Anormais (Tabela 1).

Tabela 1

Caracterização das Situações Anormais

GRAU	CONDICIONANTES	CARACTERIZA	CRITÉRIOS AGRAVANTES	SITUAÇÕES AGRAVADAS
pequena intensidade ou acidente	facilmente suportável, superável			
	danos pouco importantes	não caracteriza situação anormal	não há fatores agravantes	NÃO
	prejuízos pouco vultuosos			
média intensidade	suportável ou superável		desastre secundário	
	danos de alguma importância	situação anormal	despreparo Defesa Civil local	Situação de Emergência
	prejuízos significativos		grau vulnerabilidade	
grande intensidade	suportável e superável, se a comunidade estiver preparada		padrão evolutivo	
	danos importantes	Situação de Emergência	desastre secundário	Estado de Calamidade Pública
	prejuízos vultuosos		despreparo Defesa Civil local	
muito grande intensidade	não suportável e não superável sem ajuda externa		grau vulnerabilidade	
	danos muito importantes	Estado de Calamidade Pública	padrão evolutivo	ESTADO DE DEFESA (Art. 136)
	prejuízos muito vultuosos e consideráveis		casos excepcionais previstos na Constituição	
			Decreto do Presidente da República, ouvidos os Conselhos da República e de Defesa Nacional	ESTADO DE SÍTIO (Art. 137) autorizado pelo Congresso Nacional

Os desastres naturais são divididos pelo Ministério da Integração Nacional (2005) em função de suas causas: de origem sideral, de causa eólica, relacionados com temperaturas extremas, relacionados com o incremento ou a intensa redução das precipitações hídricas e inundações, com a sismologia, vulcanologia, geomorfologia e desequilíbrios da biocenose. A complexidade da definição e da classificação dos desastres naturais, de acordo com Briere e Elliot (2000), torna as estimativas de prevalência um aspecto bastante discutível. De acordo com estudos internacionais, dados oficiais registram em torno de 300 desastres naturais a cada ano no mundo, resultando em aproximadamente 250.000 mortes (Shoaf, Sarren, Nguyen & Bourque, 1998). Ainda sobre a prevalência, 13% e 30% dos indivíduos da população em geral já foram expostos a um ou mais desastres naturais durante sua vida conforme Green e Solomon citados por Briere e Elliot (2000) apontam que entre. Os últimos, em sua própria pesquisa, encontraram dados próximos a estes, nos quais 22% dos participantes relataram já ter passado por circunstâncias como esta. Em termos de estatísticas de desastres no Brasil não foram encontrados registros pela Defesa Civil do país, já no RS, estado no qual esta pesquisa será desenvolvida, nos últimos dois anos, a Defesa Civil do estado (<http://www.defesacivil.gov.br>) aponta a estiagem como o evento mais freqüente (423 em 2004; 425 em 2005). Segue-se a este o granizo (33 em 2004; 26 em 2005) e os vendavais (30 em 2004; 27 em 2005). Em menores proporções estão as enchentes com um significativo aumento de 2004 (cinco eventos) para 2005 (13 eventos), e as inundações com um total de 12 registros somente no ano de 2005.

Em uma revisão de artigos publicados entre 1977 e 1996 no periódico científico *Disasters*, Kelly (1998) encontrou os desastres naturais como sendo os mais investigados na área. Neste mesmo levantamento, o autor verificou modificações quanto ao foco dos estudos, que ampliaram o interesse das ciências físicas para perspectivas históricas, sociais, políticas, culturais e psicológicas. Da mesma forma, mais recentemente, Norris (2002) aponta que a maior atenção dos estudos científicos aos desastres naturais continua sendo observada. Essas mudanças, de acordo com Mattedi e Butzke (2001) são devidas ao aumento da freqüência e da intensidade das “calamidades naturais”, aspectos que contribuem no âmbito das ciências sociais para uma focalização do debate nas relações sociedade-natureza e na questão da sustentabilidade do desenvolvimento. Esse aumento constitui apenas o ponto mais evidente de uma longa cadeia de interações recíprocas entre o homem e o ambiente. Para Marandola Jr. e Hogan (2004), os processos de urbanização e intensificação agrícola são os principais fatores de perigos por atingirem locais que apresentam riscos a população. O inchaço urbano faz com que as comunidades tenham que

ocupar áreas rurais dos entornos metropolitanos que não possuem condições ambientais adequadas, como várzeas, planícies inundáveis e encostas. Conciliando a dimensão física e a dimensão humana, os desastres ou *hazards* podem ser considerados, como ressaltam Mattedi e Butzke (2001), uma complexa rede de fatores físicos que interagem com a realidade cultural, política e econômica de uma comunidade. O tecnocentrismo cai, afirma Marandola Jr. e Hogan (2004), dando lugar ao uso do conceito de vulnerabilidade em diversos níveis, fortemente ligado às estruturas socioeconômicas e político-institucionais. Mattedi e Butzke (2001) entendem que o deslocamento do foco para os fatores sociais reorientou o enquadramento metodológico das investigações para uma abordagem dos fatores que determinam o ajustamento humano, incluindo desde as reações físicas e emocionais até mesmo as formas de enfrentamento das pessoas afetadas. Nesse sentido, é levado em conta o comportamento humano antes, durante e depois de um evento ter ocorrido.

No campo da saúde mental, Bland, O'Leary, Farinaro, Jossa, e Trevisan (1996) ressaltam que o volume de publicações tem crescido desde as últimas duas décadas. Através da análise de uma ampla base de dados de pesquisas sobre o impacto psicológico dos desastres, constituída de 160 amostras diferentes abrangendo 52.061 indivíduos que passaram por 61 desastres naturais distintos em várias partes do mundo, Norris et al. (2002) revelam que os tipos mais estudados são os terremotos (68%) seguidos dos furacões ou ciclones (14%), das inundações (11%), e dos vulcões (8%).

O custo com desastres naturais é extenso, desde os danos até os gastos com a estrutura necessária para a recomposição da área atingida. Na China são despendidos mais de 12 bilhões de dólares por ano com desastres naturais (Wang et al., 2000). Apenas um terremoto ocorrido em 1988 consumiu cerca de 275 milhões de dólares neste mesmo país (Cao, MacFarlane & Klimidis, 2003). Na Itália, os danos de um deslizamento de terra foram avaliados em dez milhões de dólares (Catapano et al., 2001). No recente desastre ocorrido em New Orleans, os EUA prevêm que os gastos com as conseqüências do furacão Katrina podem atingir 125 bilhões de dólares (http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2005/09/050912_katrinacosts.shtml).

Não foram encontrados registros sobre custos com desastres naturais no Brasil, entretanto, a Defesa Civil do Governo Federal (<http://www.defesacivil.gov.br>) aprovou um orçamento de R\$ 21.800.000,00 milhões para o presente ano com socorro, recuperação e reabilitação dos danos causados pelos desastres.

Impacto Psicológico dos Desastres Naturais

As pesquisas assinalam que os efeitos psicológicos – distúrbios psiquiátricos até reações emocionais consideradas normais – têm alta relevância na exposição a desastres naturais. Os sintomas mais associados são: estresse pós-traumático, depressão, agressão e comportamento anti-social, abuso de substâncias e manifestações somatoformes (Briere & Elliot, 2000; Figueira, 2004). Tristeza (75%), distúrbios do sono e do apetite (75%), ansiedade (61%), isolamento e preocupações com morte e perda (52%) foram as respostas psicológicas mais frequentes em uma amostra de 56 desabrigados da região oeste da Índia, avaliados um mês após a ocorrência de um terremoto que atingiu 62 aldeias causando mais de 10.000 mortes em 1993 (Sharan, Chaudhary, Kavathekar & Saxena, 1996). O transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) tem sido o mais estudado e o mais prevalente dos transtornos psiquiátricos verificado entre as vítimas, sugerindo que os desastres podem ocupar um papel importante na etiologia das psicopatologias (Cao et al., 2003; Sharan et al., 1996 Wang et al., 2000). Em uma pesquisa com vítimas ($n=1295$) de um terremoto na China em 1988, Cao et al. (2003) encontraram uma prevalência de até 51% de estresse pós-traumático no grupo considerado como o de maior risco (vítimas que residiam próximo ao epicentro do terremoto). Já Sharan et al. (1996) verificaram que 59% dos entrevistados apresentaram transtornos psiquiátricos, estando entre os mais significativos o estresse pós-traumático (23%) e a depressão maior (21%).

A maior parte das investigações tem avaliado as reações emocionais dos indivíduos em um curto período de tempo, sendo pequeno o número de pesquisas longitudinais. Contudo, Wang et al. (2000) e Bland et al. (1996) revelam em seus estudos que os sinais podem ainda se manifestar anos após o trauma. Em uma pesquisa com desabrigados de duas aldeias rurais atingidas por um terremoto na China em 1998, resultados de avaliações de TEPT após três e nove meses do desastre realizados por Wang et al. (2000) mostraram um aumento das taxas de 18,8% (três meses depois) para 24,2% (nove meses depois). Tais resultados indicam que vítimas de desastres podem levar algum tempo para demonstrar sintomas psiquiátricos decorrentes do trauma. Numa avaliação semelhante com adultos ($n=496$) de uma região atingida por um furacão na Nicarágua em 1998 que matou mais de 2000 pessoas, Caldera, Palma, Penayo e Kullgren (2001) encontraram, após seis meses, pelo menos um critério satisfeito para o distúrbio em todos os participantes, oscilando sua prevalência em 9% na área mais atingida e 4,5% na extensão menos afetada. Em um estudo prospectivo investigando 442 crianças em três momentos específicos (três, sete e dez meses) após um furacão na Florida em 1992, LaGreca, Silverman, Vernberg e Prinstein (1996) observaram um declínio nos níveis de estresse pós-traumático ao longo do

tempo. Porém, 30% da amostra persistiram apresentando níveis severos ou muito severos do transtorno mesmo dez meses depois do evento. Armenian et al. (2000) estudando trabalhadores e suas famílias ($n=1785$) que viviam na região norte da Armênia atingida por um terremoto que resultou em torno de 700.000 desabrigados e 25.000 mortes em 1988, verificaram em 50% dos participantes sintomas de TEPT dois anos após o evento. Em uma amostra de 772 homens (as mulheres não foram incluídas), avaliados sete anos após um terremoto ocorrido em 1980 no sul da Itália que deixou mais de 3000 mortos, 8000 feridos e 270.000 desabrigados, Bland et al. (1996) encontraram diferença significativa quanto à presença de sintomas psicológicos entre o grupo que foi exposto e o grupo que não havia experienciado o desastre. Os homens que relataram terem sofrido danos em função do terremoto apresentaram índices mais altos de sofrimento psicológico.

De uma forma geral, Solomon e Green (1992) expressam que as conseqüências psicológicas advindas de desastres naturais podem aparecer até três anos após o evento, embora muitos sintomas pareçam diminuir por volta de 16 meses. É nesse sentido que atualmente, segundo Armenian et al. (2000), a morbidade psiquiátrica seguida de desastres está entre os aspectos mais preocupantes em termos de saúde pública.

Estresse e Conservação de Recursos

Considerando os desastres como eventos ambientais estressantes caracterizados em um nível mais amplo como eventos traumáticos, o estresse passa a ser um conceito importante no contexto desta pesquisa. A sistematização do estresse em termos conceituais foi feita apenas recentemente, bem como este foi tomado como objeto de pesquisa no campo científico. Contudo, não há um consenso acerca da definição do termo que concilie todos os estudiosos (Lazarus & Folkman, 1984).

O estresse compreende inúmeros processos e variáveis. Sendo assim, o arcabouço teórico adotado para entender esse conceito deve conter diversos níveis de análise que especifiquem os antecedentes, os processos e os resultados relevantes. Lazarus e Folkman (1984) conceituam o estresse psicológico como uma relação particular entre o indivíduo e o contexto ambiental que é avaliada como indo além do que a pessoa pode suportar, isto é, sobrecarregando ou excedendo seus recursos pessoais e ameaçando seu bem-estar. Esse modelo, segundo Hobfoll (1989) considera a percepção do indivíduo como sendo o fator principal que define se a situação é ou não avaliada como estressante e é interpretado no meio científico como um tipo de modelo homeostático e de equilíbrio. Em uma outra perspectiva, modelos transacionais são propostos, os quais sugerem que o desequilíbrio ocorre independente de a demanda real ou percebida ultrapassar a capacidade real ou

percebida de enfrentá-lo. Esta idéia permite uma maior equidade na ênfase entre o ambiente e os fatores pessoais do que o modelo anterior focado na percepção individual do evento estressante e ainda se esforça no intuito de integrar as sobreposições dos achados fisiológicos, psicológicos e sociais do estresse. Entretanto, o problema da separação e definição do circuito demanda e capacidade de enfrentamento mantém-se inalterado.

O entendimento de Hobfoll (1989) acerca do fenômeno do estresse considera não somente a percepção do indivíduo sobre a situação, visão cognitivista, nem exclusivamente o contexto em que este fato está inserido, entendimento ambientalista. Embora a origem do estresse, de acordo com Hobfoll (1998), seja biológica e relacionada com exigências biológicas, é da mesma forma significativamente moldada pela experiência cultural. Em seu ponto de vista o estresse está baseado em um modelo de desenvolvimento social e interdependente, o qual pressupõe os indivíduos nidificados em um contexto social e cultural – tanto o indivíduo quanto o contexto são vitais. Nesse sentido, as relações com as estruturas macrosociais são menos relevantes para o entendimento do estresse, contudo as estruturas sociais de nível intermediário como as famílias e a vizinhança propriamente dita são bastante representativas para tal proposta. São elas que proporcionam que o estresse seja analisado para além do indivíduo, mas não correndo o risco da perda deste nas estruturas macrosociais. As estruturas mesociais, como denominou Hobfoll (1998), incluem os vínculos familiares, instituições religiosas, organizações trabalhistas e de caridade, vizinhança e grupos étnicos. Sendo assim, o estresse emerge da dificuldade de realizar objetivos comuns que os membros de uma cultura possuem, começando pela porção do biológico e se estendendo até as relações e os rituais sociais complexos refletidos em uma sociedade. As pessoas são primeiramente impressas de suas características biológicas para mais tarde aprenderem a reconhecer que elementos do ambiente lhe são importantes. Muitos desses elementos estão relacionados com o conhecimento e o domínio do ambiente em que vivem, para que assim possam adquiri-los e protegê-los. A esses elementos que os indivíduos valorizam Hobfoll (1989, 1998) chamou de recursos, os quais são definidos por ele como:

...Recursos incluem os objetos, condições, características pessoais e energias que são valorizadas para a sobrevivência, direta ou indiretamente, ou que servem como meio de atingir esses recursos. Eu delimito a dimensão dos recursos como recursos que são valorizados por uma ampla classe de indivíduos e que são percebidos como mais salientes tanto para as pessoas em geral assim como o indivíduo. (Hobfoll, 1998, p.54).

Exemplos de recursos primários compreendem comida e abrigo, que se relacionam diretamente com a sobrevivência. Os recursos secundários incluem o senso de conhecimento e domínio de determinado fenômeno, assistência à saúde e transporte, os

quais são ferramentas que aumentam a probabilidade de obter e proteger os recursos primários. Nesse contexto, as culturas avançaram e outras prioridades de vida foram substituindo a sobrevivência biológica. Mais distantes, mas também importantes são os recursos terciários como, por exemplo, o *status* social. Este é apenas simbolicamente vinculado com a necessidade de sobrevivência como um valor que provê um senso de se estar distante da pobreza e conseqüentemente da falta de comida e abrigo (Hobfoll, 1998). É nesse sentido que Hobfoll (1989) explicita que existem dois níveis de valor dos recursos na vida das pessoas: um instrumental e o outro simbólico que auxilia o indivíduo a definir sua identidade.

É nessa perspectiva que a idéia central da Teoria de Conservação de Recursos proposta por Hobfoll (1989, 1998) concentra-se no fato de que as pessoas se esforçam para obter, conservar e proteger os elementos que valorizam. E somado a isto, ainda se esforçam por promover o que valorizam. Os recursos são sozinhos, a unidade necessária para se entender o estresse, no qual este é predizível de ocorrer como um resultado de circunstâncias que representam: (a) uma ameaça da perda dos recursos; (b) perda verdadeira dos recursos requeridos para sustentar os indivíduos nidificados em famílias inseridas em uma organização social. Além disso, em razão das pessoas investirem no que valorizam que irão obter mais tarde, o estresse pode ocorrer em uma terceira situação: (c) quando os indivíduos não recebem ganhos razoáveis por eles mesmos ou por seus grupos sociais seguidos de tal investimento, tornando-se isto, por si só, uma perda.

Tal teoria pressupõe quatro tipos de recursos. Os recursos de objeto incluem recursos que apresentam a presença física e que são valorizados por sua relação direta com a necessidade de sobrevivência ou pela sua vinculação com *status* e auto-estima. Eles compreendem o lar, o transporte e alguns objetos de fetiche. Os recursos de condições são importantes pelo fato de que eles, muitas vezes, propiciam o acesso a outros recursos. Condições são recursos quando se configuram em estruturas ou estados que permitem o acesso ou a posse de outros recursos. Eles obtêm valor em si próprios justamente pelo amplo papel aquisitivo e protetivo que exercem. Recursos de condições compreendem o sentir-se saudável, o estar empregado, o estar casado e, em algumas culturas ser o primeiro homem de uma prole, por exemplo. Características pessoais incluem tanto habilidades quanto traços individuais como possibilidades de recursos. Os primeiros são as habilidades ocupacionais, desenvoltura social e liderança. Os segundos dizem respeito ao nível de auto-estima, otimismo, auto-eficácia e esperança. Os recursos de energia não possuem um valor intrínseco, se não derivam o seu valor de sua capacidade em ser o meio de troca entre as outras três categorias de recursos. São eles dinheiro, crédito, tempo e conhecimento.

Eles podem ser investidos ou retidos com o objetivo de aumentar a aquisição de recursos e a proteção contra a perda de recursos. Muitos elementos devem ser avaliados e entendidos como apresentando atributos de mais de um tipo de recurso, porém esta categorização oferece uma operacionalização e uma compreensão mais objetiva do processo de estresse (Hobfoll, 1998).

Coping e Estratégias de Coping

O modo como as pessoas lidam com dificuldades e situações estressantes tem sido assunto de um considerável volume de pesquisas desde as duas últimas décadas (Carver & Scheier, 1994). Tal referência é descrita na literatura pelo conceito de *coping* – conjunto de estratégias utilizadas pelos indivíduos para enfrentarem circunstâncias adversas e para a elas se adaptarem (Suls, David & Harvey, 1996). Tal conceito é encontrado, na sua origem, derivado de duas grandes teorias: psicologia experimental animal e psicologia do ego. No modelo animal, *coping* é freqüentemente definido como atos que controlam condições ambientais aversivas com vistas à diminuição de distúrbios psicopatológicos. O modelo da psicologia do ego entende o conceito como pensamentos e comportamentos conscientes e flexíveis que findam na resolução de problemas e na redução do estresse. Encontrando-se, por muito tempo, este último como dominante dentro da teoria, concebia-se o *coping* como correlato aos mecanismos de defesa, estruturalmente visto como um estilo de resposta cognitiva automática. Contudo, ambos os modelos entendem o *coping* como uma resposta adaptativa de sucesso em confusão com a idéia do resultado, o que desconsidera as ações que falham no seu objetivo. Nesse sentido, as definições de *coping* devem incluir os esforços para o manejo de situações estressantes, independente do resultado conseqüente (Lazarus & Folkman, 1984).

Em sua evolução, a distinção entre os dois conceitos fez com que o *coping* fosse associado a comportamentos mais flexíveis, intencionais e adequados à realidade, caracterizados como conscientes (Antoniazzi, Dell’Aglia & Bandeira, 1998). As críticas a estas abordagens estruturais levaram alguns teóricos a se debruçarem sobre os determinantes cognitivos e situacionais (Suls et al., 1996). Desde o final do século XX, um terceiro ponto de vista tem enfatizado a convergência entre *coping* e personalidade, principalmente pelo amplo número de evidências indicando que somente os fatores situacionais não são capazes de explicar a variedade das estratégias (Antoniazzi et al., 1998).

Na busca por um melhor entendimento da estrutura e funcionamento do *coping*, surgiram modelos explicativos na perspectiva cognitivista e processual. Dentre elas,

destaca-se o “Modelo de Processamento de *Stress* e *Coping*” de Lazarus e Folkman (1984), que compreende as seguintes idéias: (a) *coping* é um processo orientado e não um traço que ocorre na interação entre indivíduo e ambiente; (b) como processo, constitui-se na mobilização de esforços e não na automatização de comportamentos ou pensamentos, os quais não exigem empenho do sujeito; (c) como esforço na administração de situações estressantes, permite incluir tudo que a pessoa faz ou pensa independente de ser eficaz ou não, o que exclui a noção de resultado; e, (d) como administração de situações estressantes, não considera o controle ou domínio, mas sim a minimização, a evitação, a tolerância ou a aceitação do evento estressor. A partir disso, *coping* é definido como os constantes e mutáveis esforços cognitivos e comportamentais utilizados pelo indivíduo para lidar com demandas internas e/ou externas específicas, avaliadas como aquelas que sobrecarregam ou excedem seus recursos pessoais.

As características desta abordagem, para Lazarus e Folkman (1984), pressupõem observar e avaliar o que a pessoa realmente pensa ou faz e não o que ela costuma fazer na situação proposta. Esta circunstância deve ser examinada dentro de um contexto específico, pois os pensamentos ou ações do *coping* são sempre direcionados a condições particulares. Para avaliar e entender o processo de *coping* é preciso saber com o que o sujeito está lidando, no sentido de que quanto mais definido e focal o contexto, mais fácil ligar um ato ou pensamento exclusivo de *coping* a uma demanda situacional. Além disso, é necessário considerar o *coping* como um processo de constante transformação, no qual as estratégias utilizadas em determinado momento podem não ser as mesmas das avaliadas como adequadas ao enfrentamento de outra situação. Nesse sentido, implicam a avaliação, interpretação e representação cognitiva do fenômeno percebido e a reavaliação deste em função das mudanças ocorridas na relação com o indivíduo. O modelo funcional deste construto demonstra a dinâmica do processo de *coping* (Figura 1).

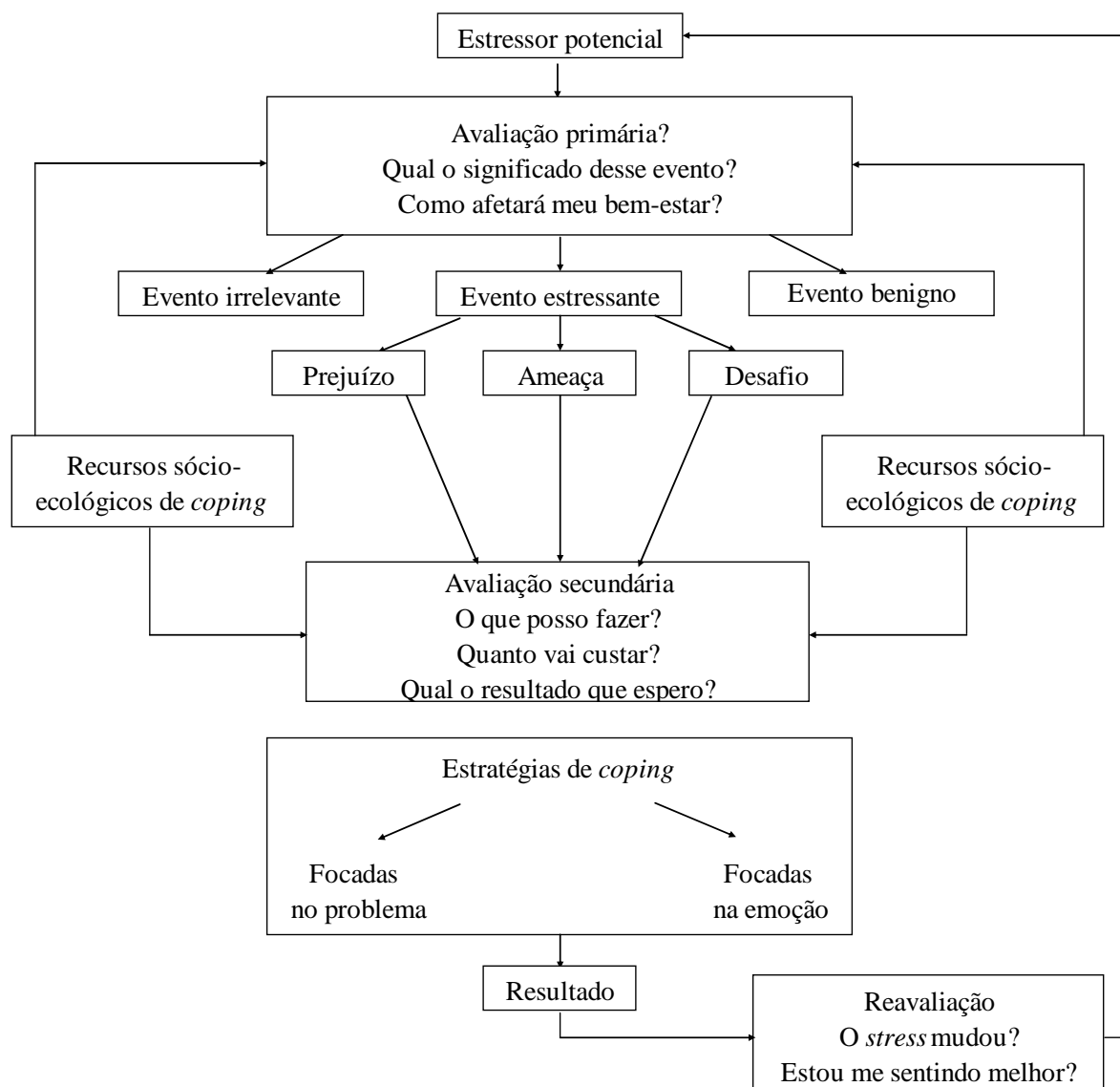


Figura 1. Modelo de processamento de *stress* e *coping* de Lazarus e Folkman (1984).

Algumas inconsistências acerca da definição e operacionalização do *coping* e dos diversos elementos deste processo são levantadas por Rudolph, Denning e Weiz (1995), as quais são atribuídas, em parte, pela intrínseca relação entre *coping* e resultado. Considerando desafiadora a tentativa de isolar o *coping* de seu conseqüente resultado, os autores propõem uma outra definição denominada episódio de *coping* que inclui as seguintes etapas: uma resposta de *coping*, um objetivo subjacente a essa resposta e um resultado (Figura 2).

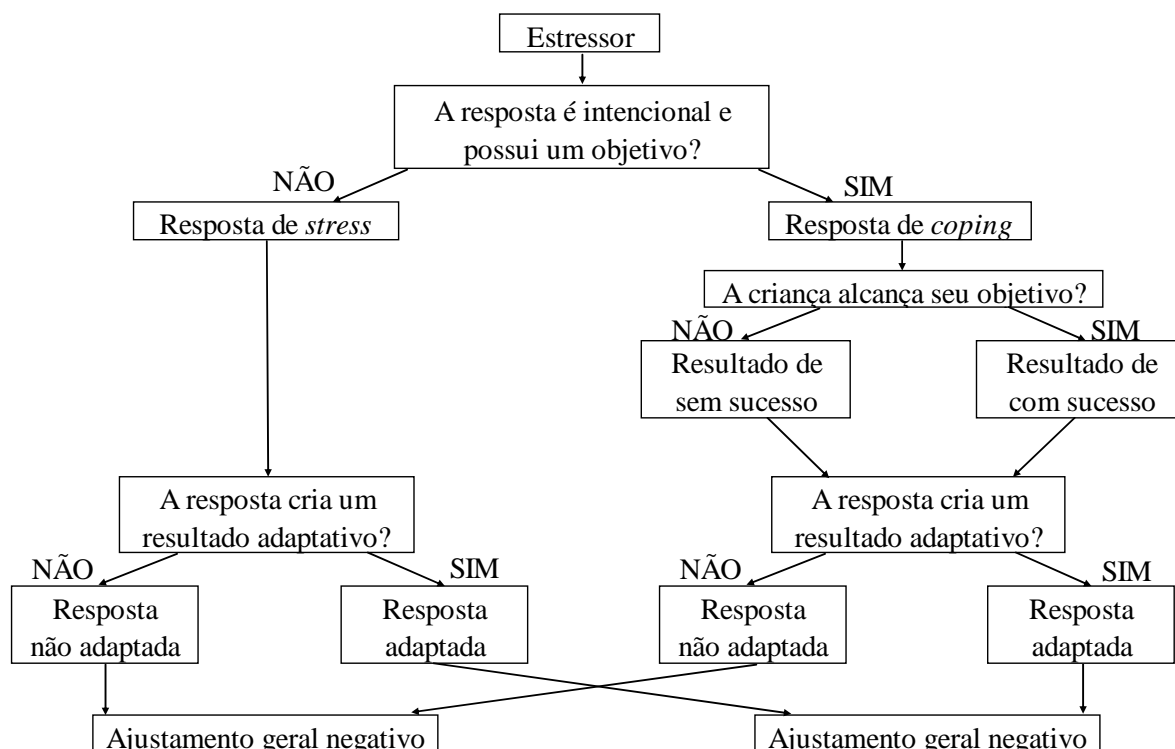


Figura 2. Esquema de *coping* e *stress* de Rudolph, Denning e Weisz (1995).

Nesta perspectiva, a resposta de *coping* deve ser diferenciada da de estresse propriamente dita. Esta última caracteriza-se pela sua não intencionalidade envolvendo uma reação emocional ou de comportamento espontânea, enquanto o *coping* é uma ação intencional, física ou mental, decorrente do evento estressor percebido. O objetivo de *coping* é definido como uma intenção de resposta de *coping* que, comumente, envolve alguma forma de redução do estresse ou de um elemento aversivo do estressor. O resultado de *coping* também deve ser distinguido de um resultado de estresse, pois este consiste nas conseqüências imediatas resultantes de uma resposta a um evento estressor e que não envolve *coping*, esquema explicitado no modelo de Rudolph et al. (1995) na seqüência à direita. Já o resultado de *coping* são as conseqüências específicas das respostas de *coping*, mediadas por esforços específicos para lidar com o estresse, como pode ser observado no diagrama à esquerda do modelo.

Outros dois conceitos, segundo Rudolph et al. (1995), estão envolvidos no episódio de *coping*: os fatores moderadores e os fatores mediadores. Os moderadores são variáveis que afetam a direção ou a intensidade da relação entre uma variável independente e uma variável dependente. Dentro do *coping*, são considerados aqueles fatores pré-existentes que influenciam o processo, mas que não são afetados pela natureza do evento estressor ou pela resposta de *coping*. Recursos pessoais (idade, gênero, experiência prévia), do estressor (tipo e controlabilidade) ou do ambiente (suporte social) são exemplos de fatores

moderadores. Os mediadores são mecanismos pelos quais a variável independente influencia a variável dependente e são acionados durante o processo de *coping*. Sendo assim, estes fatores conectam o estressor, a resposta de *coping*, seu objetivo e seu resultado, podendo sofrer influência deles durante o episódio. Como principais, tem-se os recursos cognitivos de atenção direcionada e de avaliação cognitiva da circunstância.

Tanto no “Modelo de Processamento de *Stress* e *Coping*” de Lazarus e Folkman (1984), quanto no “Esquema de *Coping* e *Stress*” proposto por Rudolph et al. (1995) observa-se a dinâmica do processo de *coping*. O primeiro demonstra as constantes mudanças resultantes das sucessivas reavaliações feitas na relação pessoa-ambiente, que solicitam novas estratégias de enfrentamento da situação estressante. O segundo distingue os elementos e desenha a influência dos fatores moderadores e mediadores neste processo. Considerando esta influência, os recursos de que a pessoa disponibiliza afetam a avaliação do evento e determinam, em parte, as estratégias de *coping* que serão utilizadas.

Tais estratégias são denominadas estratégias de *coping* (Folkman, Lazarus, Gruen & DeLongis, 1986a), as quais nada mais são do que os próprios pensamentos, ações e comportamentos utilizados pelo sujeito para lidar com um estressor. Essas estratégias foram categorizadas em dois tipos quanto a sua função: *coping* focado na emoção e *coping* focado no problema. As estratégias de *coping* focado na emoção definem-se como esforços para regular o estado emocional associado ao evento estressor. Direcionados ao nível somático ou afetivo, têm por função reduzir as sensações desagradáveis de um estado de estresse – para o que podem incluir, conforme Lazarus e Folkman (1984), distanciamento, autocontrole, evitação, minimização, atenção seletiva, comparação positiva e atribuição de valor positivo para eventos negativos. Não se pode esquecer que algumas formas de estratégias cognitivas centradas na emoção buscam a mudança no significado da circunstância, denominadas de reavaliações cognitivas; entretanto, nem todas as reavaliações terão por objetivo a regulação da emoção. Outras estratégias referentes a, por exemplo, fazer uma atividade física, meditar, beber e buscar suporte emocional levam a reavaliações, mas não consistem elas mesmas em reavaliações. As estratégias de *coping* focalizadas na emoção são utilizadas para manter o otimismo e a esperança, para negar tanto fatos quanto implicações, para recusar o reconhecimento do pior, ou seja, para evitar a auto-decepção.

Já as estratégias de *coping* focado no problema constituem os esforços para atuar no fato que gerou o estresse, no sentido de alterá-lo, envolvendo desde a definição do problema e a geração de alternativas de solução até a avaliação de custo-benefício. A ação, neste caso, pode ser dirigida para si mesmo (reestruturação cognitiva como a mudança no

nível de aspiração, redução do envolvimento do ego), ou para o ambiente (negociação verbal para resolução de um conflito interpessoal, busca de recursos e até mesmo agressividade). São conhecidas na literatura como ações internas ou externas (Folkman et al., 1986a; Lazarus & Folkman, 1984). Tal categorização foi baseada em consistentes dados empíricos provenientes de estudos anteriores (Folkman & Lazarus em 1980 citados por Folkman, Lazarus, Dunkel-Schetter, DeLongis & Gruen, 1986b; Folkman & Lazarus, 1985).

A utilização destes dois tipos de estratégias depende para Lazarus e Folkman (1984), inicialmente, da avaliação da situação estressora na qual a pessoa se encontra. Na chamada avaliação primária, ocorre um processo cognitivo por parte do sujeito que julga como e quanto tal evento afetará seu bem-estar. A avaliação secundária envolve a análise das opções de ação e dos recursos disponíveis para lidar com o problema. As estratégias de *coping* centrado no problema tendem a predominar em circunstâncias nas quais o indivíduo percebe que algo construtivo pode ser feito ou modificado em relação à dificuldade. As estratégias de *coping* focado na emoção são escolhidas com maior frequência em situações avaliadas como tendo que ser toleráveis pela pessoa, pois nada ou muito pouco pode ser feito para mudar o ocorrido. No entanto, ambas são utilizadas em praticamente todos os eventos estressores em maior ou menor grau, conforme estudo de Folkman e Lazarus (1985) com universitários sobre as estratégias utilizadas durante três estágios do período de exames acadêmicos. Seus resultados demonstraram que os alunos combinavam as estratégias de *coping* centrado no problema com as estratégias de *coping* centrado na emoção de múltiplas e diferentes formas em cada estágio. A ênfase dada a cada uma, segundo Compas (1987), pode variar em função de sua eficácia e do tipo de circunstância estressora. Contudo, não existe uma hierarquia de esforços como indica Aldwin (1994), pois embora o controle da emoção facilite a resolução de problemas, na mesma medida o manejo satisfatório de um conflito é uma das melhores formas de lidar com as emoções. Por outro lado, ao mesmo tempo em que facilitam o processo, Folkman e Lazarus (1985) ressaltam ainda a possibilidade de uma interação impeditiva, na qual uma determinada estratégia pode dificultar o desenvolvimento da outra.

Esta categorização proposta por Folkman e Lazarus (1985) está entre as mais aceitas e consolidadas dentro da teoria do *coping*, porém crescem as controvérsias sobre tipos e classificação de estratégias. Alguns estudos já propõem a inserção de novas categorias de estratégias como busca de suporte social, religiosidade e distração (Carver, Scheier & Weintraub, 1989).

Outros teóricos entendem que as pessoas podem desenvolver formas habituais de

lidar com o evento estressante (Compas, 1987; Rudolph et al., 1995). A relação entre traços de personalidade e *coping* tem gerado o desenvolvimento de tipologias, como os modelos de personalidade tipo A e tipo B e os estilos dicotômicos monitorador e desatento, ativo e passivo, anti-social e pró-social destacados na revisão de Antoniazzi et al. (1998). Resultados de estudos empíricos têm verificado forte correlação no uso de determinadas estratégias associadas a estilos de *coping*, como são denominados na literatura, e traços de personalidade. O apoio na religião (Schwartz, Neale, Marco, Shiffman & Stone, 1999) e a evitação (Seiffge-Krenke & Klessinger, 2000) são exemplos destes achados. Para Carver e Scheier (1994) estes estilos de *coping* podem influenciar as posteriores reações em novas circunstâncias. Estilos de *coping* são definidos pela tendência da pessoa a lançar mão de uma determinada reação, não pela sua preferência em escolher uma em detrimento de outra. Contudo, os estilos de *coping* não pressupõem a presença de traços de personalidade, nem são aliados a certos tipos de temperamento, mas podem refletir a disposição a determinadas respostas para determinados tipos de estressores, o que configura uma postura intermediária dos autores quanto a esta diferenciação. Em um ponto de vista semelhante Folkman et al. (1986a), considerando que a resposta de *coping* pode mudar de situação para situação, também admitem que alguns tipos de estratégias podem sofrer influência maior de características de personalidade enquanto outras são mais influenciadas por determinantes contextuais.

Uma outra proposta de entendimento do processo de *coping* e conseqüente diferenciação na classificação das estratégias utilizadas é o chamado “Modelo Multiaxial de *Coping*” de Hobfoll (1998). Enquanto as outras abordagens (Lazarus & Folkman, 1984; Rudolph et al., 1995), apesar de considerarem o *coping* dentro de uma relação do indivíduo com o ambiente, permanecem com a percepção individual do processo, Hobfoll (1998) apresenta um ponto de vista do indivíduo no contexto social. Os modelos desenvolvidos até o momento são apontados pelo autor como de profunda importância na construção do conceito, porém atingem apenas em parte sua *gestalt*. Para Hobfoll (1998), o social é de natureza interdependente do *coping*, já que este é sempre realizado por indivíduos nidificados em famílias inseridas em um cenário social. O autor salienta que, em qualquer circunstância, as pessoas lidam como pessoas que estão inseridas em alguma forma de configuração familiar e em uma conjunção de membros de algum tipo de tribo que possui certas regras e guias que permeiam seus pensamentos e comportamentos. As pessoas respondem de acordo com as suas identidades sociais e com o seu lugar dentro de uma estrutura social. Nesse sentido, é necessário vincular o *coping* pessoal e social do indivíduo dentro do complexo ecológico do tipo de estressor com o qual ele está lidando. Para o

autor, o *coping* são as reações comportamentais e cognitivas que os indivíduos utilizam para combater o estresse, e particularmente seus recursos guardados, investidos e construídos. É com esta perspectiva que o presente trabalho visa a entender o impacto e as estratégias de *coping* utilizadas por indivíduos em comunidades atingidas por desastres naturais em conjunto com o modelo teórico de Conservação de Recursos proposto, da mesma forma, por Hobfoll (1989,1998). Um exemplo de estudo que já introduzia tal questão é o realizado por Coyne e Smith (1991) com 56 casais, nos quais o marido havia apresentado infarto do miocárdio há seis meses. Os autores, dentro de uma perspectiva mais contextual do *coping*, investigaram a relação das estratégias utilizadas na interação do casal com o sofrimento da esposa. Os resultados apontaram correlação entre a utilização de estratégias de engajamento ativo e comportamento protetivo com o sofrimento das mulheres, bem como este se correlacionou com a utilização da estratégia de comportamento protetivo pelos maridos. Nesse sentido, os autores afirmam que a interação social da dupla revela o próprio processo de *coping* e as estratégias utilizadas na relação com o outro e com o evento. Sendo assim, indicam que se deve considerar o *coping* não somente nas dimensões focado na emoção e no problema, mas na relação.

O modelo de Hobfoll (1998) explica o *coping* através de três eixos: (a) *coping* ativo *versus* passivo; (b) *coping* pró-social *versus* anti-social; e, (c) *coping* direto *versus* indireto. Segundo ele, em toda e qualquer estratégia empregada acabam sendo identificadas essas três características. Tal denominação, apesar de sugerir uma perspectiva de polaridade, na verdade, tem sua concepção baseada em um processo que se encontra em movimento, como pode ser observado pela representação gráfica do modelo (Figura 3).

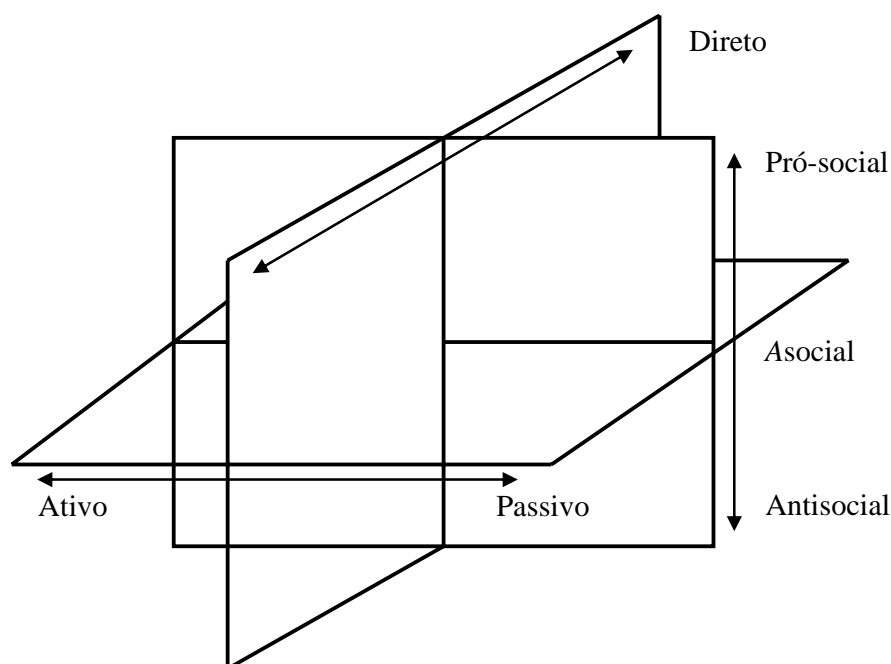


Figura 3. Modelo multiaxial de *coping* de Hobfoll (1998).

O eixo ativo-passivo denota o nível ou a extensão da atividade de *coping*. Representa o quanto a estratégia utilizada é ativamente orientada em responder aos problemas que confrontam o indivíduo. Esta dimensão é distinguível do que se tem chamado *coping* focado no problema, pois apesar deste tipo de estratégia ser potencialmente ativo, ele apresenta muitas outras implicações além do nível de atividade do *coping*. Estratégias que se aproximam mais do pólo ativo incluem a busca por suporte social e resolução de problemas, por exemplo. Já a evitação é considerada uma estratégia passivamente orientada (Hobfoll, 1998).

A dimensão social refere-se a como o indivíduo interage com os outros para lidar com o estressor, como define Hobfoll (1998). Este eixo compreende desde uma postura pró-social, passando pela *asocial*², até uma resposta anti-social. O *coping* pró-social envolve ações adaptativas como cuidar e/ou buscar cuidados de outros ou comportar-se positivamente nas interações sociais. As estratégias com estas características abrangem busca por suporte e tentativas de construir coalizões com outros. Estas se mostram completamente ativas, porém em algumas situações podem refletir certo nível de atividade observado pela cautela. Nestes casos, atitudes caracterizadas pelo respeito ao outro como posturas iniciais de silêncio e evitação de contato visual podem ser confundidas com respostas anti-sociais, mas, na verdade, denotam um comportamento pró-social cauteloso. O *coping asocial* encontra-se no meio desse eixo e as pessoas que atuam nesse nível, respondem imparcialmente independente do ambiente social. Um exemplo claro deste tipo de dimensão é quando um sujeito deve lidar com uma situação de exame, na qual ele estará sendo ativo no ato de estudar por si mesmo, contudo *asocial* acerca de sua interação com o ambiente. Por último, o *coping* anti-social inclui tanto a intenção de causar dano a outros como a demonstração de desprezo pelo possível dano que sua ação possa provocar. Aqui, essa dimensão é utilizada para obter vantagens sobre os outros através da exploração de suas fraquezas ou de um ataque direto como forma de alcançar uma melhor posição em termos de atingir metas e objetivos. Por outro lado, certas estratégias de *coping* envolvendo evitação podem, algumas vezes, serem consideradas como anti-sociais.

O eixo de direcionamento aponta para se a atividade de *coping* é diretamente ou indiretamente aplicada ao problema. Ele diferencia-se do eixo ativo-passivo, pois compreende como o *coping* é aplicado ao estressor levando em conta o nível da franqueza das respostas. Nesse sentido, uma estratégia de evitação do tipo abuso de substância é tida como indiretamente aplicada no enfrentamento do evento. O aspecto franqueza não determina valor positivo ou negativo à atividade de *coping* empregada. Um exemplo desta

² Decidiu-se manter o termo usado pelo autor por não se encontrar tradução adequada.

indiferenciação são as estratégias comumente utilizadas coletivamente. Posturas de não dizer algo que possa prejudicar a decisão do grupo, de concordar com a opinião da maioria, de não travar discussões francas como forma de esclarecer a situação ou ainda de não expressar a discordância com a posição dos outros exemplificam um *coping* indireto, contudo não necessariamente negativo. Geralmente, significam atos que objetivam manter a harmonia do grupo mais do que impor necessidades pessoais. A dimensão direta abarca estratégias do tipo busca ou provimento de suporte social e até mesmo tentativa de solução e negociação do problema.

Para avaliar este modelo foi desenvolvida por Hobfoll e sua equipe a *Escala de Abordagem Estratégica do Coping*. Os itens selecionados refletiam ambas as estratégias de *coping* individualistas e coletivistas, das mais diversas origens que lidavam com estratégias em ambientes individuais e sociais. O foco manteve-se em como as pessoas abordavam seus problemas e utilizavam seus recursos pessoais, sociais, materiais e de condições. Foram identificadas nove subescalas através do estudo de revisão de Dunahoo, Hobfoll, Monnier, Hulhizer e Johnson citado por Hobfoll (1998), a saber: (a) ação assertiva; (b) evitação; (c) busca por suporte social; (d) ação de cautela; (e) participação social; (f) ação instintiva; (g) ação agressiva; (h) ação anti-social; e, (i) ação indireta. A confiabilidade das subescalas mostrou-se tão boa, ou melhor, em comparação com as propriedades de outros instrumentos multi-escala de *coping*.

Assim como esses autores, tantos outros teóricos têm-se preocupado com a construção de instrumentos para medida do *coping*. Tal assunto é gerador de discordância no meio, isto em função da não homogeneidade conceitual e das inúmeras variáveis envolvidas no processo (Schwarzer & Schwarzer, 1996). Nesse sentido, os estudos têm preconizado o entendimento do que as pessoas fazem e/ou pensam frente a situações específicas e o desenvolvimento de instrumentos fidedignos que capturem as particularidades de tais respostas, bem como alterações no uso de determinadas estratégias em momentos diferentes de uma mesma circunstância estressora (Seidl, Tróccoli & Zannon, 2001).

Considerações Metodológicas sobre o Coping

Dois dos principais pesquisadores no tema, Folkman e Lazarus, propuseram em 1980 o instrumento *Ways of Coping Checklist*, o qual foi revisado pelos autores em seu estudo com universitários (Folkman & Lazarus, 1985) derivando deste o *Ways of Coping Questionnaire Revised*. Tal questionário é composto por oito fatores, os quais se desdobram das duas grandes categorias anteriores (focado no problema e focado na

emoção): confrontação, distanciamento, autocontrole, busca de suporte social, aceitação de responsabilidade, evitação-fuga, planificação de soluções e reavaliação positiva. Entretanto, a estrutura fatorial não obteve a estabilidade esperada, refletindo a dificuldade de delimitação do conceito.

Algumas tentativas de solução fundamentaram-se no desenvolvimento de escalas com um menor número de fatores, porém mais abrangentes (Aldwin, 1994; Suls et al., 1996). Este é o caso do *Coping Strategies Indicator* que foi finalizado por Amirkhan (1990) com três fatores definidos como resolução de problemas, busca por suporte social e evitação. Sua rigorosa validação foi realizada em quatro fases com amostras heterogêneas demonstrando estabilidade fatorial e consistência interna superior a 0,70. O *Multidimensional Coping Inventory*, desenvolvido por Endler e Parker (1990), também determinou três tipos, porém entendia-os como estilos de *coping*: orientado para a tarefa, orientado para a emoção e orientado para a evitação. A validade deste instrumento foi verificada em um estudo comparativo com o *Ways of Coping Checklist* e com medidas de depressão e ansiedade, demonstrando resultados positivos. Em 1999, os autores canadenses publicaram o *Coping Inventory for Stressful Situations*, mas mantiveram os mesmos fatores da medida anterior (Seidl et al., 2001). Outra medida bastante citada na literatura que considera as respostas estáveis de *coping* é o *COPE-Inventory*, estruturado por Carver et al. (1989) e conta com 14 fatores: enfrentamento ativo, supressão de atividades competitivas, afastamento mental, afastamento comportamental, utilização de suporte social instrumental, aceitação, ventilação de emoções, busca de religiosidade, negação e uso de substâncias como álcool e drogas. Contudo, este inventário apresentou algumas inconsistências como cargas fatoriais muito baixas e coeficiente de confiabilidade reduzido de cinco dos fatores. No Brasil, a Escala Modos de Enfrentamento de Problemas foi adaptada por Gimenes e Queiroz em 1997 (citados por Seidl et al., 2001), porém sua estrutura fatorial não foi investigada na ocasião. Esta análise foi realizada por Seidl et al. (2001) que extraíram quatro fatores, a saber: estratégias focadas no problema, estratégias focadas na emoção, práticas religiosas/pensamento fantasioso e busca por suporte social. Os fatores mostraram razoável coerência com a teoria sobre *coping*, porém os resultados apontaram uma deficiência na adaptação do instrumento pela sua simples tradução, desconsiderando as diferenças culturais, o que deve ser revisto.

Outros estudos buscam a avaliação do *coping* através de instrumentos mais abertos como escalas de auto-relato e entrevistas semi-estruturadas utilizando a técnica de solicitar que o participante descreva um evento estressante recentemente enfrentado e, logo após, explique qual a estratégia de *coping* empregada para lidar com o problema. Os

levantamentos realizados a partir dessas medidas demonstram sua fidedignidade no momento em que muitas das estratégias identificadas pela análise de conteúdo coincidem com as propostas nos instrumentos fechados. Tal abordagem é muito útil com crianças e com populações de nível escolar e intelectual baixos. Entretanto, configuram-se também em um meio diferenciado para o entendimento do processo como um todo na medida em que possibilitam o contato direto com a pessoa para investigação da atividade de *coping* (Antoniazzi, 1999; Dell’Aglia & Hutz, 2002).

Apesar da ainda heterogeneidade em relação aos instrumentos de medida de *coping*, tais estudos fornecem contribuições importantes no que diz respeito à inclusão de outros tipos de estratégias, anteriormente não consideradas. A religiosidade coloca-se em voga, principalmente em situações avaliadas como mais difíceis, como relata Carver et al. (1989) que encontraram o fator busca da religião com maior índice de consistência interna e correlação positiva com muitos outros fatores da escala *COPE*. A análise fatorial de Seidl et al. (2001) mostrou que o *coping* através das práticas religiosas pode estar associado tanto para estratégias direcionadas ao problema quanto orientadas à emoção. A procura por suporte social tem sido incluída, da mesma forma, na maioria das escalas de avaliação de *coping*, pois as pesquisas têm demonstrado que o apoio de pessoas significativas representa papel importante em situações de estresse, conforme foi verificado pelo estudo dos fatores da Escala Modos de Enfrentamento de Problemas. Nesse sentido, Aldwin (1994) e Suls et al. (1996) concluem que a estrutura do *coping* e a melhor maneira de medi-lo ainda são questões em aberto. A preferência por dimensões mais focais ou mais abrangentes dependerá do problema de pesquisa e do método a ser empregado.

Considerando este propósito, a integração das dificuldades em relação à mensuração e às diferentes dimensões estruturais do *coping* tem-se dado, também, a partir da construção de instrumentos específicos para populações e/ou circunstâncias estressantes peculiares e de avaliações das mais diversas situações. Em um exame crítico do tema Schwarzer e Schwarzer, (1996) apresentam medidas estruturadas especialmente para crianças, adolescentes e idosos, entendendo os aspectos desenvolvimentais como moderadores que afetam e podem determinar diferentes respostas de *coping* em cada estágio do ciclo vital. Algumas escalas propõem instrumentos para situações particulares como o enfrentamento de pessoas com problemas de saúde (Endler, Parker & Summerfeldt, 1998) ou a avaliação dos efeitos de moderadores e mediadores no *coping* de crianças em situações de exames médicos (Rudolph et al., 1995). Outros esforços ainda combinam a verificação das conseqüências de uma estratégia específica em uma população e circunstância determinada como, por exemplo, o estudo de Seiffge-Krenke e Klessinger

(2000) que procurou analisar o uso da evitação ao longo do tempo em adolescentes deprimidos.

Trauma, Desastres e *Coping*

Na área do trauma, as tentativas têm-se mostrado semelhantes. Estudos enfocando como as pessoas enfrentam eventos traumáticos são registrados desde o período da Segunda Grande Guerra, conforme remonta Aldwin (1994) citando Bettelheim que investigou as mudanças das reações psicológicas em sobreviventes de campos de concentração nazistas. Tal trabalho é tido como o primeiro exemplo de pesquisa no assunto, de acordo com Aldwin (1993), e sua descrição de que as modificações nas respostas emocionais dependem da fase da experiência traumática, das diferenças individuais em avaliar e enfrentar o evento e nas formas como o *coping* e os mecanismos de defesa contribuem para a sobrevivência em situações extremas já apontava muito do conteúdo dos estudos atuais sobre *coping* e trauma.

A literatura abarcando estes dois conceitos tem-se desenvolvido independentemente da literatura em geral sobre *coping* e estresse. Isto ocorre em função do trauma, diferente de outros estressores, envolver eventos que ameaçam lesões severas incluindo perda da vida, iniciando de maneira rápida e freqüentemente ocorrendo a um número extenso de indivíduos (Aldwin, 1994). Definição similar para um estressor traumático oferece o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-IV-R* (APA, 2003), o qual se configura em um evento real ou ameaçador que envolve morte, sério ferimento ou ameaça a integridade física do sujeito. Eventos traumáticos vivenciados diretamente podem compreender combate militar, agressão pessoal violenta (ataque sexual, roubo), seqüestro, ser tomado como refém ou encarcerado como prisioneiro de guerra, ataque terrorista, tortura, desastres naturais ou tecnológicos, graves acidentes automobilísticos ou recebimento de diagnóstico de doença que acarreta risco de vida. Outras circunstâncias mais específicas são citadas na literatura como se referindo a trauma, entretanto, Aldwin (1994) aponta algumas vantagens em limitar o conceito a estressores extremos. A primeira diz respeito à identificação mais objetiva do estressor e das variáveis que influenciam a resposta da pessoa. Nesse sentido, características de personalidade (como o neuroticismo, por exemplo) desempenham papel importante em eventos de vida diários, mas não tem muita razão de serem consideradas em situações nas quais o indivíduo é atingido por terremotos, furacões ou guerras. Segundo, um evento traumático comumente requer uma completa mobilização de recursos com vistas à sobrevivência, promovendo, assim, um quadro relevante do uso das estratégias de *coping* por parte do sujeito. Por último, o trauma

tem uma sensação qualitativa diferente da dos demais estressores, pois hiperreatividades e *flashbacks*, característicos do transtorno de estresse pós-traumático, estão geralmente mais associados com combates e outros traumas maiores do que com eventos estressantes do dia-a-dia.

A abordagem processual de entendimento do *coping* é especialmente indicada por Aldwin (1993) para o estudo das respostas ao trauma em função de essas se modificarem ao longo da experiência traumática. A autora assinala que são identificadas diferentes fases em que são utilizadas estratégias de *coping* distintas para lidar com o trauma, também diferindo conforme o tipo de evento. Smith (1983) descreve quatro etapas referentes à adaptação a estas situações e às estratégias empregadas. O primeiro momento, denominado heróico, aparece logo após a ocorrência do evento e, geralmente, é caracterizado pelo comportamento de altruísmo. A segunda fase, chamada lua-de-mel, consiste na solidariedade social e nos esforços para a organização do local atingido. No terceiro estágio a desilusão pode-se estabelecer, pois algumas pessoas tendem a se retirar das organizações comunitárias expressando sentimentos negativos em relação às ações governamentais, principalmente quando se mostram aquém do esperado e do necessitado. Na etapa de reconstrução, os indivíduos assumem a responsabilidade pela sua própria recuperação e restauração de sua comunidade. Tal descrição, atualmente, deve ser fortemente relativizada em termos de sua verificação e interpretação, considerando as diferenças do contexto em que ocorrem os desastres naturais, bem como de sua magnitude. Em países onde os recursos são escassos e em eventos de grande devastação ambiental e humana, os efeitos tendem a ser mais danosos, e o processo de adaptação torna-se mais dificultoso.

As estratégias de *coping* focado no problema, de acordo com Aldwin (1993), são cruciais para a adaptação ao trauma. O estudo de Solomon, Mikulincer e Avitzur (1988) com soldados israelitas ($n=262$) que sofreram de episódios de reação estressante ao combate durante a guerra do Líbano, em 1982, demonstrou que os que se utilizaram destas estratégias estavam menos propensos a desenvolver sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Da mesma forma, Freedy Shaw, Jarrell e Masters (1992) encontraram impacto positivo no emprego de estratégias de *coping* centrado no problema entre sobreviventes de um furacão. Contudo, em situações nas quais a percepção de falta de controle e de impotência frente aos aspectos burocráticos envolvidos, este tipo de estratégia mostra-se pouco eficaz, pois os esforços na resolução de problemas são quase sempre frustrantes. Tal situação é observada por Baum, Fleming e Singer (1983) em pesquisa com vítimas de um acidente nuclear, na qual a estratégia de *coping* centrado no

problema associou-se com altos níveis de sofrimento. Nesse sentido, os autores assinalam que os desastres tecnológicos mostram-se mais frustrantes do que os desastres naturais e que se diferenciam destes em relação às ameaças que são colocadas em função de tal evento.

Estratégias de *coping* focalizado na emoção, tipo afastamento comportamental, também são mediadas pela variável controlabilidade, segundo Aldwin (1993). Freedy et al. (1992) verificaram que o descomprometimento pode estar correlacionado com aumento de sofrimento psicológico no enfrentamento de desastres naturais. Na mesma direção, Solomon et al. (1988) observaram em seus resultados que o distanciamento social e outras estratégias de *coping* focado na emoção contribuíam para o aumento da intensidade de estresse pós-traumático nos soldados de guerra. Por outro lado, o afastamento pode servir de meio adaptativo como salienta Ursano, Wheatley, Sledge, Rahe e Carlson citados por Aldwin (1993) em investigação com prisioneiros da Guerra do Vietnã. Nesta perspectiva, estratégias envolvendo a construção de um mundo próprio e a idealização de um mundo melhor fora dos campos de concentração foram encontradas como quase universais em amostras de sobreviventes do holocausto em pesquisa de Eitinger citado por Aldwin (1993). A idéia da reavaliação cognitiva como regulador da emoção aparece, do mesmo modo, no estudo de Fairbank, Hansen e Fitterling (1991) comparando três grupos de soldados americanos (ex-prisioneiros com diagnóstico de TEPT, sem diagnóstico de TEPT e veteranos não-combatentes) quanto ao *coping*. Averiguou-se que os ex-combatentes sem diagnóstico de TEPT utilizavam mais a estratégia de reavaliação positiva em relação às memórias de guerra, relatando um maior controle sobre elas. A ênfase nos aspectos positivos destas lembranças fornecia um senso de exercício de controle sobre as mesmas através da reavaliação cognitiva apesar da impossibilidade de mudança real do evento.

O importante papel do suporte social em situações de trauma também foi detectado por Solomon et al. (1988) em seus dados. A percepção de maior suporte social foi associada com a recuperação de quadros de transtorno de estresse pós-traumático em sua amostra. Os autores ressaltam a diferença conceitual entre percepção de suporte social e a existência objetiva deste, o que acarreta implicações no âmbito operacional. A busca por suporte social mostrou-se mais freqüente nos ex-combatentes com diagnóstico de TEPT, de acordo com Fairbank et al. (1991), contribuindo como estratégia de *coping* ao quadro de sofrimento mental. De qualquer forma, para Aldwin (1993), o senso de confiar em alguém desempenha função fundamental no enfrentamento do trauma.

Outros achados em relação à utilização de estratégias de *coping* com trauma são interessantes. Estudos prospectivos avaliando *coping* em amostras de vítimas de guerra

(Fairbank et al., 1991) observam que algumas estratégias utilizadas para lidar com o evento anterior continuam a ser empregadas pelas vítimas em situações estressantes recentes quando comparados com grupo controle. Tal achado leva a especulações acerca da natureza da conservação de um determinado repertório de estratégias durante um longo período de tempo entre esse tipo de população. Os autores pontuam que, talvez, pessoas que passaram por eventos estressantes extremos possam desenvolver estratégias características ou de preferência para lidar com estressores ao longo da vida. Esta perspectiva traz à tona, novamente, a discussão em torno dos estilos de *coping* e vem ao encontro do ponto de vista de Carver e Scheier (1994) que afirmam que estes podem influenciar as posteriores reações em novas circunstâncias.

Da mesma forma, a aprendizagem com o trauma é outra questão que atrai a atenção de estudiosos, no sentido de investigar as percepções positivas contribuindo para mudanças e crescimento pessoal pós-trauma. Em uma revisão dos artigos ($n=39$) publicados sobre o assunto, Linley e Joseph (2004) observaram que a maioria dos achados relacionou positivamente o crescimento adverso após o trauma com pessoas que haviam utilizado mais estratégias de reinterpretação positiva, suporte social satisfatório, focadas no problema e envolvendo otimismo, aceitação e religiosidade. As investigações revisadas apontam que enquanto o alívio de sofrimento não promove o crescimento, por outro lado, a experiência de crescimento adverso pode gerar alívio no sofrimento do indivíduo. Pesquisas nesse tema são de extrema contribuição para o planejamento de programas de intervenção com comunidades atingidas por desastres.

A maior parte dos estudos enfocando *coping* e trauma investiga a eficácia das estratégias em lidar com o evento traumático. Contudo, têm ampla aplicabilidade também em termos de fornecer direções acerca do repertório de estratégias de *coping*, possivelmente envolvidas no enfrentamento de situações traumáticas como os desastres naturais, bem como de apontar linhas para possíveis caminhos de intervenção com essas populações.

Apesar da inerência ao risco que caracteriza o ser vivo e o medo básico aliado a tal condição – a morte – a crise globalizada tem trazido consigo o aumento do sentimento de medo e da vivência de experiências traumáticas. Sentimentos de desconfiança e ameaça constantes provenientes da violência urbana (Arnt et al., 2001), situações de tensão entre povos que provocam guerras infundáveis (Norris et al., 2002) e a própria inconstância ambiental resultando nos mais diversos episódios de desastres naturais nos últimos anos (Briere & Elliot, 2000; Norris et al., 2002) são parte corriqueira da paisagem atual do planeta. Todos estes aspectos configuram, para Arnt et al. (2001), a tônica recente de que

padece a humanidade, o temor permanente à sua integridade física.

Dentro desta perspectiva, Ackerman (1986) atenta para o fato de que em qualquer ponto do tempo e do espaço, o indivíduo é o receptor de uma experiência grupal. Sua identidade, desenvolvimento e reação são simultaneamente individuais e sociais. A partir disso, e tomando a afirmação de Foley (1990) de que um evento é sempre resultado de uma interação dentro de um sistema e por isso não pode ser entendido isoladamente, Ackerman (1996) aponta que a análise de um evento traumático deve englobar o indivíduo dentro do grupo bem como o próprio grupo. O trauma que afeta o indivíduo, a família e a sociedade devem ser considerados em um *continuum*. Nesse sentido, o desastre natural deve da mesma forma, ser entendido como uma violação do equilíbrio do sistema como um todo, não podendo uma compreensão global prescindir da visão da comunidade atingida em seu contexto.

Estudos Recentes na Área

Estudos com pessoas vítimas de desastres, como assinalam Coêlho, Adair e Mocellin (2004), têm modificado o foco do campo de investigação sobre *stress*, e as respostas psicológicas, comumente relacionadas a traumas individuais. O novo foco busca entender o impacto dos desastres em comunidades inteiras ou grupos representativos, nos quais cada vez mais são realizadas pesquisas com grupos controles ou de comparação, com delineamentos prospectivos de observações por períodos mais longos e com avaliações mais adequadas através de instrumentos e entrevistas apropriados. Investigações deste tipo são, recentemente, representadas pelos estudos de Armenian et al. (2000) e Catapano et al. (2001). Estes últimos avaliaram as conseqüências psicológicas em uma comunidade ($n=272$) na cidade de Sarno, sul da Itália, atingida por um deslizamento de terra em 1998 provocando 137 mortes. No estudo foi incluído ainda um grupo controle ($n=72$) selecionado de uma cidade vizinha não atingida, no qual todos os participantes responderam individualmente a questionários padronizados. Já Armenian et al. (2000) introduziram em sua pesquisa famílias de trabalhadores ($n=1785$) da região norte da Armênia atingida por um terremoto. Do total da amostra previamente analisada quanto à presença de sintomas psiquiátricos, permaneceram no estudo de coorte 154 casos do grupo experimental (satisfazendo somente critérios para transtorno de estresse pós-traumático) e 583 casos do grupo controle (não apresentando nenhum tipo de sintoma). Apesar destes pontos fortes aliados com a utilização de instrumentos adequados, o levantamento dos dados também foi realizado de forma individual. Tais estudos, embora demonstrem a tendência das investigações em avaliar os efeitos dos desastres naturais em comunidades, a

administração dos instrumentos permanece com uma perspectiva particular dos informantes.

Outro aspecto importante na área é que a maioria dessas investigações tem sido conduzida em países desenvolvidos, conforme destacam Cao et al. (2003), salvo algumas exceções como estudos na China (Wang et al., 2000), Índia (Sharan et al., 1996), Armênia (Armenian et al., 2000) e Nicarágua (Caldera et al., 2001). Na sua revisão, Norris et al. (2002) apontam que uma menor parte dos estudos foi realizada nos países em desenvolvimento (31%) enquanto 69% foram conduzidos nos países desenvolvidos. Os autores ainda enfatizam a presença de maiores problemas metodológicos nas pesquisas realizadas nos países em desenvolvimento, principalmente no que diz respeito aos procedimentos de seleção das amostras e a delineamentos longitudinais. Somente 19% das amostras tinham alta representatividade se comparadas com 42% das amostras americanas e 47% das de outros países desenvolvidos. Quanto às estratégias longitudinais, apenas quatro estudos (11%) foram encontrados em países em desenvolvimento, contra 27% e 38% de prevalência nos EUA e nos demais países desenvolvidos, respectivamente. Desenhos desse tipo requerem maior infra-estrutura e financiamento para sua execução, fatores que podem explicar tal contexto.

Esse escasso conhecimento sobre o impacto dos desastres naturais nos países em desenvolvimento, onde o número de mortes desta natureza e o impacto psicológico são significativamente maiores, torna imperativa a preocupação com a produção científica nesta área (Cao et al., 2003; Norris et al., 2002). Pois o efeito mais evidente é que tais comunidades sofrem de privações socioeconômicas sérias e possuem recursos insuficientes para enfrentar situações de calamidade (Sharan et al., 1996), o que se reflete nos dados de Norris et al. (2002) que encontraram mais de 50% da amostra vítima de desastres nos países em desenvolvimento padecendo de sofrimento psicológico clinicamente grave ou de transtornos psiquiátricos. Nos EUA e nos outros países desenvolvidos participantes do estudo, esta taxa diminuiu para 8% e 14%. Segundo DeGiralomo e McFarlane citados por Ibañez, Buck, Khatchikian e Norris (2004), os desastres afetam mais de 117 milhões de pessoas que vivem em países em desenvolvimento comparado com aproximadamente 700,000 pessoas atingidas nos países desenvolvidos. Isto resulta em uma proporção de 166 para um. Neste sentido, Sharan et al. (1996) apontam que são imprescindíveis estratégias de intervenção com finalidade preventiva e terapêutica.

Particularmente no Brasil, onde eventos ambientais como tornados e inundações têm sido mais comuns do que há tempos atrás, existe pouca produção científica sobre o assunto no domínio da psicologia. As pesquisas realizadas nesta área iniciaram e mantêm

sua maior concentração ainda no campo de estudo da psicologia ambiental (Pinheiro, 1997), a qual preconiza a idéia de que qualquer questão ambiental é na verdade uma questão humano-ambiental. Sendo assim, as crises ambientais, como amplamente denominadas por esses estudiosos, são crises das pessoas-nos-ambientes. Esta proposta de compreensão associa-se claramente com a proposta de definição de desastre das ciências sociais citada anteriormente, o qual é um evento que resulta não apenas da forma como as pessoas enfrentam o problema, mas como habitam o lugar e se relacionam entre si (indivíduos e coletividade) e com o ambiente. É um evento que impacta a sociedade, originado de um padrão específico de interação entre um fenômeno natural e uma organização social (Marandola Jr. & Hogan, 2004; Mattedi & Butzke, 2001).

Pinheiro (1997) discute os possíveis obstáculos que vêm contribuindo para que a psicologia não esteja conseguindo responder a todas as perguntas que as crises ambientais têm colocado à sociedade, bem como alguns fatores responsáveis por tais crises. Além disso, a psicologia ambiental relacionada aos desastres desenvolve conceitos que incluem ambiente de risco, relação sujeito-ambiente, muitas vezes apresentados por modelos que apresentam a inter-relação entre eles. Já investigações acerca das conseqüências e dos processos psicológicos decorrentes desses eventos parecem estar iniciando sua jornada agora. O único estudo encontrado abordando esses aspectos foi o de Coêlho et al. (2004) que, pesquisando a seca, concluiu ser um desastre que causa forte impacto populacional em vários aspectos, mesmo que de maneira gradual. A pesquisa foi conduzida em duas comunidades no estado da Paraíba, das quais foram selecionados 102 chefes de famílias de cada comunidade, sendo apenas uma atingida pela seca, a outra foi caracterizada como o grupo controle. A avaliação incluiu três instrumentos acerca do nível de ansiedade (STAI), de sofrimento emocional (SRQ-20) e de incidência de estresse pós-traumático (TSQ) com o objetivo de comparar as respostas nos dois grupos. Os resultados demonstraram um nível significativamente mais alto de ansiedade e sofrimento emocional nos residentes da área de seca em comparação com os que residem na área não-atingida pelo evento. Por outro lado, o transtorno de estresse pós-traumático não se relacionou com a seca, como já era esperado pelos pesquisadores em função de sua característica em produzir efeitos graduais.

No caso das abordagens qualitativas, os estudos também aparecem em menor escala. Indicadores de diferenças transculturais na presença de sintomas de estresse pós-traumático fizeram Norris, Weishaar, Conrad, Diaz, Murphy e Ibañez (2001) delinearem uma pesquisa qualitativa em uma amostra heterogênea de adultos mexicanos ($n=24$) como forma de avaliar as construções particulares da experiência do trauma e de suas seqüelas. Parte dos participantes havia sido atingida por um desastre tecnológico (explosão de esgoto

em Guadalajara em 1992) e outra porção foi vítima de dois furacões na Flórida e em Oaxaca (Andrew em 1992 e Pauline em 1997, respectivamente). A avaliação foi feita em 1997 através de uma entrevista não-estruturada, mas que iniciava com o que os autores consideraram a pergunta norteadora: *Como o desastre afetou você e os outros que viviam aqui?* com função de introduzir o tema de forma ampla. Tal técnica tinha o poder de eliciar desde a descrição do evento em si, os sentimentos associados, o tipo de ajuda que a pessoa recebeu ou forneceu aos outros, até o processo de recuperação do trauma. As entrevistas foram conduzidas na casa ou local de trabalho, mas nem sempre de forma individual como planejado previamente. Em algumas situações, os indivíduos convidavam familiares ou crianças que estavam presentes durante o encontro. Entendendo o objetivo do trabalho como justamente o de determinar quais sintomas do transtorno eram reconhecidos na cultura e não de um ponto de vista individual, tais informações não foram desconsideradas da análise. Quanto aos dados, estes foram levantados pela análise de conteúdo e refletiram a importância dos efeitos seguidos ao trauma, mostrando que é possível avaliar as seqüelas a partir da narrativa dos participantes. No discurso de 19 sobreviventes foram identificadas expressões codificadas como critérios de estresse pós-traumático, dos quais somente três dos 17 critérios não foram mencionados. Os mais frequentes foram sofrimento psicológico relacionado a eventos ($n=14$), hipervigilância ($n=12$), recordações aflitivas recorrentes ($n=10$) e esforço para evitar atividades que ativem lembranças do trauma ($n=8$). Em 20 entrevistas foram assinaladas 109 expressões de sofrimento que não puderam ser classificadas dentro dos critérios de estresse pós-traumático, as quais produziram quatro agrupamentos ('ataque de nervos', depressão, trauma duradouro e queixas somáticas).

Outro estudo qualitativo foi desenvolvido por Ibañez et al. (2004) com quase a mesma amostra do estudo anterior (27 adultos mexicanos), dividida nas mesmas três regiões (Guadalajara, Flórida e Oaxaca); porém, enfocavam quais estratégias de *coping* seriam as mais empregadas pelas comunidades mexicanas para enfrentar situações de desastres. O procedimento aplicado foi semelhante ao estudo anterior, através de entrevistas individuais não-estruturadas com uma pergunta norteadora inicial. No entanto, foram acrescentadas perguntas descritivas divididas em questões de exemplo (*Você pode me dar exemplos de como os outros ajudaram você?*) e questões de experiência (*Descreva sua experiência lidando com seu dia-a-dia após o desastre?*). Embora a investigação tivesse característica exploratória, algumas hipóteses como a utilização frequente da estratégia de *coping* pró-social e da referência indireta a alguns estilos de *coping* eram esperadas. A análise de conteúdo realizada não observou diferenças culturais no emprego das estratégias de *coping* entre sobreviventes mexicanos. Quatro foram os temas

recorrentes, que deram origem às categorias analíticas. A mais freqüente das categorias mencionadas nas amostras das três localidades, denominada *busca por suporte*, envolvia busca ativa de suporte através da expressão das emoções para outras pessoas ou do próprio provimento de suporte. Tal categoria foi relacionada ao tipo de estratégia de *coping* focada socialmente e classificada, conforme modelo de Hobfoll (1998), como tendo característica ativa, pró-social e direta. Os autores ainda sugeriram que essa estratégia seja encarada como universal no comportamento de vítimas de desastres naturais. Outra categoria temática interpretada como contendo as mesmas dimensões, porém focada no problema, foi definida como *resolução de problemas*, incluindo os esforços ativos na solução e/ou negociação de um problema. A terceira categoria encontrada, a *evitação*, abarca esforços de recusa em lidar com o problema por meio de distração pessoal, racionalização, distanciamento e até mesmo abuso de substâncias. As estratégias de *coping* envolvidas nesse agrupamento foram caracterizadas como passivas, anti-sociais e indiretas e são indicadas como focadas na emoção. A última categoria diz respeito à *busca por significado*, a qual articula esforços para dar sentido ao evento através da espiritualidade ou da tentativa de aprender com o trauma. Para os pesquisadores, este tipo de estratégia não é contemplado na teoria de Hobfoll, mas emergiu dos próprios dados coletados. Essa investigação atenta para os tipos de estratégias de *coping* possíveis de serem encontradas entre vítimas de desastres; as socialmente focadas mostraram-se as mais comuns, segundo os autores, provavelmente porque a interação com outras pessoas em situações desta natureza é inevitável. As diferenças encontradas entre as amostras das cidades no que diz respeito às categorias de resolução de problemas e de evitação, sugerem que as estratégias de *coping* utilizadas por sobreviventes de desastres podem variar conforme fatores do contexto como: tipo de desastre, extensão dos danos e das mortes, recursos disponíveis e estágio de recuperação da comunidade.

A crescente valorização da abordagem qualitativa traz uma nova possibilidade de olhar os fatos do mundo; e a exploração da experiência pessoal faz surgir com maior facilidade as particularidades de determinada população (Norris et al., 2001). Contudo, a análise quantitativa não perde sua validade, pois, atualmente, ambas convivem como meios legítimos do método científico, em uma relação de *continuum* interativo e não de dicotomia. Esta idéia maximiza a validade, a confiabilidade e a utilidade dos dados produzidos, devendo ser dada maior ênfase à abordagem que melhor se adequar naquele momento à questão do trabalho (Benz & Newman, 1998). A preferência por determinado paradigma, segundo Slife e Williams (1995), deve aliar teoria e método, baseando-se mais do que nos objetivos e sem deixar de considerar os aspectos ideológicos, epistemológicos e

éticos envolvidos. Os interesses implícitos do pesquisador são importantes norteadores para a condução das escolhas metodológicas.

Métodos de Pesquisa com Desastres Naturais: Preferências deste Estudo

Nesta perspectiva, a presente pesquisa propôs uma abordagem qualitativa para investigar o impacto e as estratégias de *coping* de indivíduos em comunidades afetadas por desastres naturais. Essa opção não implica somente uma eleição de método, mas reflete a filosofia de ciência que está por trás das concepções deste trabalho. Para Banyard e Miller (1998), a perspectiva paradigmática da pesquisa qualitativa pressupõe que o mundo é melhor entendido através do estudo da maneira como as pessoas percebem, experienciam e dão sentido aos fenômenos. A busca pela apreensão do contexto de determinado fato, de acordo com Víctora, Knauth e Hassen (2000), propicia um conhecimento aprofundado e uma consequente compreensão e explicação deste. Sendo assim, Banyard e Miller (1998) apontam que a neutralidade do paradigma positivista deve ser reconsiderada, pois os valores e percepções individuais do pesquisador, dos participantes e da cultura em que estão inseridos necessariamente acompanham todos os passos de um estudo, por mais científico que este seja. Esta especificidade pode ser vista como vantajosa no sentido de que propicia ao pesquisador uma abordagem mais colaborativa, enfatizando a percepção subjetiva e a construção pessoal de significados em uma relação de recíproca aprendizagem.

O método de coleta de dados embasado na Teoria dos Sistemas Ecológicos do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1996) denominado de inserção ecológica (Ceconello & Koller, 2003) agrega-se aos objetivos da abordagem qualitativa. Este modelo vem sendo reformulado desde 1979, passando por modificações em relação à ênfase dada, primeiramente, ao ambiente e, depois ao processo propriamente dito. O modelo bioecológico, como ficou denominado após sua reformulação, intenta estudar o desenvolvimento humano através de quatro núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. O processo compõe o núcleo mais importante por ser ele o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento. Esse mecanismo se dá a partir de processos de interação recíproca progressivamente mais complexa de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução com as pessoas, os objetos e os símbolos presentes no seu ambiente imediato. Os processos interacionais foram denominados pelo autor como processos proximais, os quais necessitam da presença simultânea de cinco aspectos para que se caracterizem como tais: (a) para ocorrer o desenvolvimento, é preciso que a pessoa esteja engajada em uma atividade; (b) para sua efetividade, a interação deve

acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo; (c) as atividades devem ser progressivamente mais complexas, por isso um período estável de tempo se faz necessário; (d) para que os processos proximais sejam efetivos, deve haver reciprocidade nas relações interpessoais; e, (e) para que a interação recíproca ocorra, os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner & Ceci, 1994).

A pessoa, como segundo componente do modelo bioecológico, é observada a partir das características biopsicologicamente determinadas e das construídas na sua interação com o ambiente. Elas tanto são produto como produzem o seu próprio desenvolvimento, estando este relacionado com a estabilidade ou a mudança nas características biopsicológicas da pessoa durante seu ciclo de vida (Cecconello & Koller, 2003).

O contexto não se limita a um ambiente imediato, mas é analisado através das interconexões de quatro níveis ambientais: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. Esta concepção foi proposta por Bronfenbrenner (1996) topologicamente como uma organização de encaixe de estruturas concêntricas, uma contida na outra, chamado meio ambiente ecológico.

O tempo, quarto e último componente, é o que permite examinar a influência para o desenvolvimento humano de mudanças e continuidades que acontecem ao longo do ciclo de vida. Essa análise é realizada através de três dimensões incluindo o microtempo, o mesotempo e o macrotempo, os quais focalizam a pessoa em relação aos acontecimentos presentes em sua vida, desde os mais próximos até os mais distantes, como, por exemplo, os históricos (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Desta forma, Bronfenbrenner e Morris (1998), destacam que o pesquisador deve estar atento à dinâmica interacional desses quatro núcleos – processo, pessoa, contexto e tempo – evidenciando a interdependência entre eles. Isto porque os resultados evolutivos decorrentes do processo proximal variam em função das peculiaridades da pessoa, do contexto e das continuidades e discontinuidades que ocorrem ao longo do tempo. Somado a isso, considerando que o processo proximal é bidirecional, coloca-se a necessidade de uma observação do fenômeno em estudo do ponto de vista de todos os participantes envolvidos, pois as relações que acontecem nesse ínterim são sempre recíprocas.

A análise da influência desses quatro núcleos sobre o desenvolvimento humano só é possível, segundo Bronfenbrenner (1996), quando se emprega um modelo teórico-metodológico adequado. A proposta bioecológica de observação dos fenômenos da natureza privilegia a inserção ecológica do pesquisador no ambiente a ser investigado. É necessária a criação de regras rigorosas de coleta de dados que incluam todos os aspectos

presentes em cada componente do modelo acima descrito. Tais preocupações são as bases para a reflexão acerca do construto de validade ecológica, extremamente importante para a pesquisa científica. O autor definiu a validade ecológica como "a extensão em que o meio ambiente experienciado pelos sujeitos numa investigação científica tem as propriedades supostas ou presumidas pelo investigador" (p.24). Esse conceito considera a forma pela qual a situação de pesquisa foi percebida e interpretada pelos participantes, evitando a possibilidade de interpretações equivocadas do pesquisador (Ceconello & Koller, 2003).

Estudos exploratório-descritivos, indicados em temas pouco investigados e planejados dentro de uma abordagem qualitativa que envolva observação naturalística e entrevista são apontados por Ceconello e Koller (2003) como possíveis de incluir o modelo bioecológico de pesquisa. Esse tipo de delineamento tem algumas características importantes ressaltadas por Laville e Dione (1999) como a possibilidade de abertura aos dados, pois uma pesquisa não tem por objetivo ver, mas sobretudo compreender. A finalidade não é representar o mundo, fazer generalizações, mas assegurar a variedade, e o critério principal é a oportunidade de aprendizagem. Nesse sentido, na presente pesquisa a escolha dos participantes e do local da coleta dos dados é não-probabilística e por seleção de caso típico, ou seja, aqueles julgados como exemplares ou típicos da população-alvo desejada. A determinação do tamanho da amostra nem sempre é possível em delineamentos como este, contudo, se estabelece a forma pela qual se pretende selecioná-la.

O modelo bioecológico, dentro dessa perspectiva, enfatiza o processo proximal como sendo central em qualquer investigação científica. Isto se entende retomando, primeiramente, sua definição como sendo uma transferência de energia entre um ser humano em desenvolvimento e os indivíduos, objetos e símbolos presentes no seu ambiente imediato. Essa idéia se aplica ao pressuposto de que qualquer delineamento de pesquisa implica na interação do pesquisador com os participantes e, portanto, deve abordar esses processos, focalizando nas transferências de energia presentes no ambiente imediato (Bronfenbrenner & Evans, 2000). Considerando que na pesquisa qualitativa, como já citado por Banyard e Miller (1998), a relação se coloca como uma recíproca aprendizagem, nesta se apresenta ainda mais a transferência de energia que caracteriza a produção de processos proximais constantes. Outro aspecto, apontado por Ceconello e Koller (2003), que afirma a presença e importância dos processos proximais nas pesquisas científicas é o fato dessa interação não ser efêmera, nem ocasional e ocorrer em uma base estável através de períodos de tempo. Sendo assim, o pesquisador assume um papel essencial enquanto gerenciador dessa energia, o que fornece ao processo proximal uma

função de viabilizar a realização da investigação em si, constituindo-se uma ferramenta através da qual o pesquisador conduz o estudo.

Tais considerações teórico-metodológicas embasam a proposta de Ceconello e Koller (2003) de uma metodologia para o estudo do desenvolvimento no contexto denominada de inserção ecológica. Esta envolve a sistematização dos quatro núcleos definidos pelo modelo bioecológico: processo, pessoa, contexto e tempo. O processo proximal ocorre através da interação do pesquisador com os participantes, bem como com os objetos e símbolos existentes no ambiente imediato, definindo-se como a base de toda a investigação. O processo também pode envolver a triangulação de informações a partir das percepções registradas em diários de campo, entrevistas individuais, de outros membros da equipe e até mesmo de conversas informais dentro do ambiente.

A pessoa é determinada pela presença física do pesquisador no ambiente a que se está estudando e o contexto é analisado através da participação do investigador em diferentes ambientes e da percepção dos próprios participantes sobre os mesmos. O micro e mesossistema são capturados e entendidos a partir da vivência do pesquisador nos diversos contextos em que estão diretamente inseridos os participantes e o relato destes sobre tais contextos. O exossistema é analisado pelo relato dos participantes sobre os ambientes não diretamente freqüentados por eles, mas que influenciam de alguma forma suas vidas. Por fim, o macrossistema é compreendido pela percepção do pesquisador e dos participantes acerca do modo de vida destes, assim como de seus valores e crenças e dos aspectos sócio-econômico-culturais que os cercam. O tempo inclui o acompanhamento dos participantes por um período de tempo relativamente estável, permitindo a análise das mudanças e continuidades que acontecem nos níveis micro, meso e macrotempo. O microtempo enfoca as continuidades e descontinuidades nos episódios de processos proximais imediatos. O mesotempo considera a periodicidade desses processos ao longo de períodos de tempo maiores, como dias e semanas. O macrotempo envolve as expectativas e eventos em mudança dentro da sociedade ampliada e do ambiente físico (Ceconello & Koller, 2003).

As autoras ainda atentam para o fato de que tal método deve ser utilizado com responsabilidade ética pelos pesquisadores, já que passam a integrar o cotidiano dos participantes. O limite entre a inserção ecológica e o pertencimento danoso pode ser tênue caso o investigador não tenha claro seu papel no processo. Essa técnica pode ainda ser utilizada isoladamente para obtenção de dados de qualquer natureza, podendo estes servir como base para aconselhamento psicopedagógico e terapêutico. Porém, não podem ser utilizados como ferramenta única para tomada de decisão sobre a vida de um indivíduo em situações que requerem uma avaliação diagnóstica mais especializada. O mais indicado,

dessa forma, é seu emprego como método de pesquisa sempre garantindo, através do compromisso ético, a proteção aos direitos de seus participantes.

A falta de pesquisas qualitativas na área dos desastres naturais coloca a necessidade do desenvolvimento de estudos que proricem o entendimento de tal fenômeno através da percepção dos próprios sujeitos envolvidos. Dessa forma, conforme Cecconello e Koller (2003), a metodologia qualitativa somada a inserção ecológica permite que o pesquisador possa se colocar como instrumento de observação, investigação, produção, análise e interpretação dos dados. Citando Bastos as autoras afirmam que é por meio disto que ele se transforma no principal instrumento de pesquisa. Sendo assim, a primazia às suas características pessoais, sua postura e atuação constituem a principal fonte de instigação do discurso do entrevistado. O objetivo central é construir uma familiarização, uma certa intimidade com a situação observada, a fim de acessar o fenômeno investigado, tal como ele ocorre em seu ambiente natural.

O panorama dos estudos revisados na área de desastres (Ibañez et al., 2004; Norris et al., 2001) aponta que a compreensão deste contexto – que atinge mais que indivíduos, mas comunidades inteiras – deve ser avaliada pelo discurso de sua coletividade. Neste sentido, a proposta da utilização da técnica de grupo focal como forma de levantamento dos dados vem com o propósito de dar voz ao coletivo, diferenciando-se de praticamente todas as investigações revisadas que, apesar de ter contato com a comunidade afetada, realizaram suas avaliações de forma individual. O único estudo (Nelson, Wangsgaard, Yorgason, Kessler & Carter-Vassol, 2002) encontrado utilizando a técnica de grupo focal na área de trauma foi com casais que, apenas um ou ambos, experienciaram situações traumáticas tais como abuso sexual, acidente automobilístico com morte de filho e guerra. Os dados observados não se mostraram tão diferentes das reações de indivíduos traumatizados descritas em outras pesquisas, bem como da dinâmica comumente verificada em conflitos conjugais em geral. Contudo, sua contribuição reside exatamente na proposta diferenciada de método e na especificidade da lente utilizada pelos autores na interpretação das histórias de trauma trazidas pelos participantes. A leitura sistêmica dos sintomas decorrentes do trauma e de sua dinâmica na relação do casal e destes com seus outros subsistemas através do discurso grupal revelaram implicações clínicas e de pesquisa importantes para a área. É nessa linha que o discurso do coletivo mantém sua justificativa de escolha, caracterizando-se como uma forma adicional de escuta seja ela clínica e/ou de investigação científica. Bandeira (1999) salienta a característica fundamental de tal metodologia que considera as falas individuais como representantes do pensamento do grupo devendo ser analisadas como falas grupais. Essa técnica, de acordo com De Antoni,

Martins, Ferronato, Simões, Maurenre e Koller (2001), tem sido bastante utilizada em delineamentos qualitativos com o objetivo de levantamento de dados a partir da interação grupal, que, segundo Carey (1994) e Morgan (1997), enriquece a percepção destes e dá-lhe confiabilidade. Tal característica é o que diferencia o grupo focal dentro da extensa categoria de entrevistas em grupo; pois, a partir da interação são produzidos além de informações, *insights* que seriam menos acessíveis sem esse aspecto encontrado nos grupos – entende-se, portanto, que o impacto do *setting* grupal pode aumentar a qualidade dos dados.

O conceito de grupo focal não é preciso, conforme Carey (1994), no entanto, aparece amplamente definido como “uma sessão grupal semi-estruturada, moderada por um coordenador grupal, em um *setting* informal com o propósito de coleta de informações sobre um tópico específico” (p. 226). Os encontros podem promover informação e senso de suporte social aos participantes, porém, eles não se caracterizam por serem do tipo educacional, de apoio ou mesmo terapêutico. A questão é: coletar experiências e crenças pessoais relacionadas ao tema determinado.

Historicamente, conforme relatam De Antoni et al. (2001), este método foi inicialmente empregado por Robert Merton e sua equipe com soldados na Segunda Guerra nos anos quarenta para conhecimento da eficácia do material de treinamento e efeito das propagandas persuasivas. Seguiram-se estudos sobre a produtividade dos grupos de trabalho e na área de *marketing*. Somente na década de oitenta que o grupo focal foi incorporado pelas ciências sociais como método de investigação. Para Carey (1994) ele é especialmente útil em estudos na área da saúde envolvendo questões complexas com muitos níveis de sentimentos e de comportamentos. Suas vantagens residem na produção de *insights*, fornecendo tanto melhores dados para o pesquisador, como uma oportunidade de tomada de consciência através da troca de experiências. Contribui também para a exploração de novos conceitos ou novas populações, pois através de um pequeno número de grupos obtém-se um extenso volume de idéias sobre as categorias do assunto em questão. Além disso, favorece o conhecimento das características típicas de uma população, suscitando as especificidades de suas experiências, linguagem, comportamentos e valores (Carey, 1994; Morgan, 1997). Em função de todas essas características De Antoni et al. (2001) apontam que as informações trazidas por um participante podem ser tomadas como dados provenientes do grupo, revelando a compreensão coletiva sobre o tema.

As desvantagens emergem, de acordo com Carey (1994), de fatores psicossociais não-controláveis pelo pesquisador. O fenômeno da primeira impressão influencia as

interações e as contribuições dos membros, visto que os grupos focais costumam contar com apenas um único encontro. As características pessoais que são trazidas ao *setting* formam percepções e julgamentos entre os participantes que afetam o comportamento e a forma de expressão perante o grupo, conseqüentemente afetando os dados. Contudo, os aspectos mais negativos dos grupos focais são a conformidade e a censura, ambos caracterizados pelo ajustamento da postura do indivíduo em resposta às possíveis impressões dos outros membros. A conformidade ocorre quando a pessoa ajusta seu posicionamento na mesma linha de pensamento dos outros participantes e do que ela acredita que o moderador está esperando das contribuições. Já a censura aparece no suprimento de informações potencialmente relevantes, muitas vezes em função do desejo de não exposição ou devido à esperada falta de crédito do moderador ou dos colegas. Algumas destas questões aparecem também como vieses em outros tipos de técnicas, por isso é necessário que o pesquisador tenha consciência de tais limitações durante o planejamento e condução do grupo e na interpretação dos dados. Apesar disso, a autora aponta o grupo focal como uma técnica útil em pesquisa e a qual os participantes relatam como agradável e informativa, provendo suporte e um senso de comunalidade da experiência. A oportunidade de fornecer sua opinião sobre um tema faz com que os indivíduos se sintam importantes e empoderados para isto. Ibañez et al. (2004) descrevem que sobreviventes de desastres comumente sentem como bem-vinda a oportunidade de poder falar de sua experiência, a qual mais serve de auxílio na elaboração do trauma do que é vista como um fator gerador de ansiedade.

A operacionalização do grupo focal deve levar em conta diversos aspectos, começando pela presença de um moderador que poderá ser o próprio pesquisador (Carey, 1994; Morgan, 1997). Este tem o papel de condutor e de mantenedor do debate focado no tópico de interesse, com o desafio de ouvir atentamente o debate e ainda estimular os mais retraídos e passivos a contribuir, como ressaltam De Antoni et al. (2001). Ele deve também disciplinar-se a não emitir opiniões ou julgamentos de valores, pois seu objetivo único é o de coleta de dados. A preparação do moderador afeta enormemente o humor da discussão, por isso Carey (1994) sugere a elaboração de um guia de questões (três a cinco) pertinentes ao tema começando pelo que se chama a pergunta norteadora. No caso da presente investigação estas serão: *Como foi para vocês ter passado pela situação do desastre? O que vocês fizeram para enfrentá-lo?* Este guia deve ser adequado o suficiente para permitir o seu entendimento e a sondagem de detalhes importantes e para perceber as idiossincrasias nos significados mencionados pelos participantes. Segundo De Antoni et al. (2001), a qualidade da estruturação das perguntas através da exploração dos tópicos, bem

como o conhecimento da cultura dos participantes têm função facilitadora e fornecem qualificação ao grupo. Sendo assim, Carey (1994) indica que o moderador deve fazer o mínimo de anotações possíveis, contando para isto com pelo menos um membro da equipe que desempenhará o papel de observador. Os dois devem estar atentos também para as comunicações não-verbais, porém somente o moderador terá permissão para interagir verbalmente com o grupo, ficando o observador incumbido de realizar todas as anotações necessárias e do manuseio dos equipamentos utilizados.

O emprego dessa técnica abarca uma seqüência de etapas de preparação, implementação, análise e interpretação. A fase de preparação inclui o estudo do tópico e a confecção de questões guia; a seleção dos participantes; os procedimentos lógicos; e, a preparação do moderador. A pesquisa sobre o tópico será a base para a construção das perguntas e para o desenvolvimento das posteriores categorias de análise dos dados (Carey, 1994). No recrutamento dos participantes, De Antoni et al. (2001) apontam que experiências em comum devem ser consideradas e o grupo deve tender a ser homogêneo em termos de nível sócio-econômico, idade e escolaridade para facilitar o debate. O número médio de integrantes deve ser de cinco a doze por encontro, considerando a complexidade do tópico, bem como as habilidades, expectativas e necessidades do grupo. Um grupo menor promove uma sensação de confortabilidade do que grupos maiores, de acordo com Carey (1994), tendo os membros mais oportunidade de participação. Quanto aos procedimentos lógicos, aspectos como o ambiente e o material a ser utilizado necessitam especial atenção. O local deve ser confortável e de certa forma privativo para que não ocorram interrupções durante as atividades. A duração dos encontros varia entre uma e duas horas e a determinação de sua quantidade dependerá do objetivo da pesquisa.

A etapa de implementação é o momento de estabelecer a confiança e a aceitabilidade do grupo. Para isto, o estabelecimento de um bom contrato é essencial, através da explanação dos propósitos do estudo e do funcionamento dos encontros. Outro ponto importante é a confidencialidade, pois o *setting* grupal pode eliciar conteúdos pessoais e esta possibilidade deve ser esclarecida pelo moderador já no momento do contrato do grupo. Elementos como o encorajamento à participação, a atenção ao comportamento não-verbal e a busca por maiores esclarecimentos são exemplos de alguns posicionamentos que o moderador deve assumir durante os encontros (Carey, 1994). Para a finalização do grupo, De Antoni et al. (2001) indicam um momento de avaliação da sessão, através da qual os participantes podem expressar seus sentimentos contribuindo para o alívio da ansiedade gerada pela discussão. Além disso, tais informações auxiliam no posterior refinamento da aplicação do método.

A fase de análise e interpretação será guiada pelo propósito do estudo, podendo configurar-se desde uma análise fatorial (para definição dos itens de um questionário, por exemplo) até o emprego da análise de conteúdo ou de discurso. As questões-guia e a delimitação de uma unidade de análise são aspectos essenciais para uma boa condução desta etapa (Carey, 1994; De Antoni et al., 2001). Nesta pesquisa será utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977/1979) e Laville e Dione (1999) como forma de levantamento dos dados em função de suas técnicas de trabalho serem muito semelhantes e complementares em seus contrutos.

Amplamente, o grupo focal é um conjunto de procedimentos de análise das comunicações. (Bardin, 1977/1979). Seu princípio, segundo Laville e Dione (1999), reside em demonstrar a estrutura e os elementos do conteúdo de um determinado material para esclarecer suas diferentes características e para extrair seu significado. Através de um minucioso estudo das palavras e frases, tem por finalidade a descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto da comunicação (Bardin, 1977/1979; Laville & Dione, 1999).

Este processo de levantamento de dados consiste de alguns passos determinados por Bardin (1977/1979) como necessários para sua concretização. A pré-análise é a fase de organização que compreende a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores para a interpretação final. É também nesta etapa que ocorre o que se denomina leitura flutuante do material, na qual o pesquisador deixa-se invadir por impressões e orientações, analogamente à atitude do psicanalista. De forma gradual, a leitura torna-se mais precisa em função das hipóteses e da projeção da teoria que, ao organizar-se, dão origem aos indicadores. Ao final da pré-análise, Bardin (1977/1979) ainda inclui a preparação do material, o que envolve transcrição e organização que facilita a manipulação da análise.

A segunda fase é a de exploração do material e consiste na análise propriamente dita. Tal processo chama-se codificação e corresponde a transformação sistemática (a partir de regras pré-estabelecidas) dos dados brutos pelo recorte, enumeração e agrupamento (Bardin, 1977/1979). O recorte de conteúdos dá origem às unidades de registro ou também denominadas unidades de análise por Laville e Dione (1999). A palavra *unidade* é importante, como ressaltam estes autores, pois designa que cada fragmento de conteúdo dever ser completo em si mesmo quanto ao seu sentido. Nesse sentido, a unidade de registro é a unidade de significação e equivale, de acordo com Bardin (1977/1979), ao segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base para a posterior contagem freqüencial e categorização. A dimensão e natureza das unidades de registro podem variar

desde o nível semântico (tema) até o nível lingüístico ou sintáxico (palavra ou frase), imperando uma certa ambigüidade quanto aos critérios de distinção. Segundo Laville e Dione (1999), a palavra constitui a menor unidade possível e o recorte pelas estruturas de sintaxe é o mais simples que existe. Nem todas as palavras serão de interesse do pesquisador, que se deterá, principalmente, em palavras-chave ou palavras-tema, as quais traduzem idéias conectadas ao objeto de pesquisa. A riqueza da análise cresce na medida em que se amplia o interesse para expressões ou frases que podem se revelar mais eloqüentes. O critério de recorte na análise de conteúdo é sempre de ordem semântica, como afirma Bardin (1977/1979), mesmo que possa se verificar uma correspondência com unidades lingüísticas. Assim, o tema é definido como uma unidade de significação complexa que se valida pela ordem psicológica, podendo ser uma afirmação ou até mesmo uma alusão. Laville e Dione (1999) ressaltam a dificuldade de delimitação e o modo misturado com que se apresentam os temas, entretanto apontam que a procura pelos temas pode aproximar o pesquisador do sentido do conteúdo, pois se vê obrigado a construir suas unidades a partir da compreensão de tal conteúdo. Na mesma perspectiva, Bardin (1979) entende que o tema é, geralmente, o mais utilizado como critério de unidade de registro e ainda insere noção de unidade de contexto, que serve como unidade de compreensão para codificar a anterior. A unidade de contexto diz respeito ao segmento da mensagem cujas dimensões, sempre superiores às da unidade de registro, fornecem elementos para compreender o exato significado da unidade de análise. A enumeração destas conta com regras de modo de contagem que podem envolver presença (ou ausência), frequência, intensidade, direção, ordem e co-ocorrência, contribuindo para o agrupamento e a escolha das categorias.

Para Laville e Dione (1999), a definição das categorias analíticas pode se configurar através de três modelos: aberto, fechado e misto. O modelo aberto é característico dos estudos exploratórios, nos quais conhece-se pouco sobre o assunto e o interesse está em aperfeiçoar o que já se conhece. O raciocínio é, então, indutivo e consiste em uma grade aberta, na qual as categorias vão tomando forma no curso da própria análise. No modelo fechado as categorias são fixadas no início da pesquisa de forma dedutiva da teoria. Este conhecimento prévio embasa a construção de uma grade fechada que será colocada à prova. Recomenda-se, assim, a utilização de tal recurso, até mesmo porque raros são os tópicos de investigação que não contam com uma base teórica. Porém, as críticas à rigidez deste tipo de procedimento fundamentam-se no argumento de que o campo científico visa à renovação e à ampliação de idéias, muito mais do que à ratificação do valor do que se sabe. Como forma de unir as vantagens de cada um dos modelos

anteriores o modelo misto inicia com categorias que são propostas *a priori* apoiadas na teoria, mas que podem ser modificadas, ampliadas e até mesmo eliminadas ao longo do estudo.

Após a elaboração das categorias analíticas, procede-se, então, à categorização definitiva das unidades de registro, que se configura na última parte da fase de exploração. Este processo é definido por Bardin (1977/1979) como a classificação de elementos que constituem um conjunto, segundo diversos critérios. O mais comumente aplicado a discursos simples e diretos é de análise temática, já explanado anteriormente. Para isto, é necessário primeiro realizar o inventário através o isolamento dos elementos e segundo a classificação pela repartição dos mesmos. A qualidade das categorias depende de alguns cuidados quanto a regras de classificação. A exclusão mútua ou exclusividade estipula que cada unidade não pode pertencer a mais de uma categoria. A homogeneidade determina que seja eleito um único princípio condutor da organização classificatória. Na pertinência, é imperativo que as categorias sejam relativas ao conteúdo e objetivos da análise, bem como ao quadro teórico delimitado. A objetividade e a fidelidade contam com o fator de concordância entre codificações e classificações de um mesmo material a partir de uma mesma grade categorial, no sentido de que as distorções provenientes da subjetividade dos juízes não interferem no processo quando se produzem categorias analíticas objetivas e fidedignas. A produtividade é sinônimo de qualidade dos dados na medida em que se considera um conjunto de categorias produtivas quando estas fornecem resultados férteis em novas inferências, hipóteses e em dados exatos. Por fim, a exaustão deve permitir que todas as unidades de registro pertinentes ao propósito do trabalho sejam classificadas, resultando no esgotamento do texto. Tais regras, segundo Laville e Dione (1999), sofrem algumas adaptações no caso da modalidade de análise da categorização ser qualitativa, aspecto discutido na etapa seguinte.

O último momento é descrito por Bardin (1977/1979) como de tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Aqui ocorre a transformação dos dados de maneira a serem significativos e válidos. De acordo com Laville e Dione (1999), o primeiro passo é decidir qual modalidade de tratamento será utilizada, pois por mais literal que se encontre o material após a categorização, esta fase pode assumir um caminho quantitativo ou qualitativo de interpretação. A análise quantitativa conta com operações estatísticas mais simplificadas como as distribuições de frequência e seus derivados (cálculos de coeficientes e análise de variância) ou, mais complexas como a análise fatorial. Estas técnicas possibilitam o estabelecimento de quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos que condensam e põem em destaque as informações coletadas. Dessa forma, o

pesquisador dispõe de resultados significativos para lançar, então, interpretações e inferências sobre os objetivos iniciais e sobre novas descobertas. A objetividade alcançada é o forte desta abordagem, porém a apreensão do significado nem sempre é total. Alguns conteúdos só são realmente compreendidos quando analisados na íntegra.

Na análise qualitativa conserva-se a forma literal dos dados, detendo-se nas peculiaridades, nuances e relações de sentido que, muitas vezes, escapam ao mensurável. Sendo assim, o processo é menos codificado e as regras são mais flexíveis, contudo não se abre mão do rigor e da sistematização, conseguidos através da transparência, explicitação e justificação dos procedimentos. São utilizadas, normalmente, três estratégias de análise qualitativa que obedecem estes pressupostos. O emparelhamento associa os dados a um determinado modelo teórico de forma comparativa para verificação de correspondência. A organização lógica da grade operacional é essencial neste modelo, pois ela será a base de toda a análise e interpretação. A segunda estratégia não se difere da primeira em sua estrutura, entretanto, a chamada análise-histórica preocupa-se com a evolução de um fenômeno ao longo de um certo tempo. Finalmente, a construção iterativa de uma explicação diz respeito a uma elaboração gradual do objeto em estudo sem supor um ponto de vista teórico prévio. O iterativo é aquilo que é repetido, em um processo que progride por aproximações sucessivas, em um ir e vir entre reflexão, verificação e interpretação do conteúdo. Esta modalidade é conveniente aos estudos exploratórios em que o campo de investigação mostra-se menos conhecido (Laville & Dione, 1999).

As inferências e interpretações servem como forma de fechamento do círculo e da abertura de novos horizontes. Estes procedimentos são o prolongamento das reflexões até o momento inicial, na qual se encontra a intenção original da pesquisa. Ocorre um retorno aos fundamentos teóricos, aos objetivos e as hipóteses do estudo para a elaboração de um esquema explicativo coerente e consistente. Primeiramente, responde-se a possibilidade de solução do problema, da dúvida, da comprovação ou não das hipóteses. Na sequência, discutem-se tais respostas através da interpretação e explicação pela teoria, apontando as semelhanças e as contradições acerca do tema. É aqui também que são levantadas críticas ao método e a sua operacionalização, no sentido da sua influência quanto a forma de olhar o objeto de estudo. Por fim, uma boa pesquisa deve suscitar tantas novas questões quantas não poderá responder. A alusão a diferentes perspectivas de hipóteses de entendimento do fenômeno e a propostas de inovações metodológicas são necessárias para a manutenção das inerentes características do campo do conhecimento científico: a dúvida e o desafio de solucioná-la (Laville & Dione, 1999).

Justificativa, Objetivos e Hipóteses

O estudo do impacto dos desastres naturais justifica-se pelo escasso volume de investigações acerca do tema nos países em desenvolvimento (Cao et al., 2003; Ibañez et al., 2004; Norris et al., 2002) – particularmente no Brasil, em que se verifica apenas o trabalho de Coêlho et al. (2004). Estudos observando as estratégias de *coping* utilizadas especificamente no enfrentamento de desastres naturais mostram-se, também, insuficientes, da mesma forma que pesquisas qualitativas avaliando as estratégias utilizadas pelas comunidades atingidas não são encontradas (Ibañez et al., 2004).

A presente pesquisa teve por objetivo investigar o impacto e as estratégias de *coping* de indivíduos em comunidades afetadas por desastres naturais. A partir da revisão da literatura, estratégias de *coping* das dimensões ativa e pró-social esperam ser encontradas no discurso do grupo que será investigado. Acredita-se que a busca por suporte social e a resolução de problemas, especificamente, poderão ser pontuadas pela comunidade, já que se mostraram comuns em situações de desastres. Talvez estratégias classificadas como de evitação ou busca por significado também possam ser observadas.

Como objetivo específico, esse estudo propôs pesquisar a relação psicológica dos indivíduos na comunidade com o seu ambiente. Tal análise teve a finalidade fazer os participantes relatarem sobre sua relação com o ambiente tanto antes do desastre natural como após seu acontecimento, atentando para as mudanças dessa relação, bem como na tentativa de verificar algum indicativo de vulnerabilidade social da comunidade que pudesse estar relacionado à ocorrência do tornado.

MÉTODO

Participantes

Foram realizados dois grupos focais (G1 e G2) com cinco participantes cada um, os quais eram representantes adultos das famílias que foram afetadas pelo tornado ocorrido no dia 29 de agosto de 2005 no município de Muitos Capões no Estado do Rio Grande do Sul (RS). As famílias foram selecionadas pela característica de terem sido atingidas em suas residências na faixa de passagem do tornado, sendo estas danificadas com comprometimento material importante. Todos os representantes selecionados estavam presentes no momento do desastre. Foi realizada ainda entrevista individual com cinco^(*) participantes, sorteados dos dois grupos e com o Major da Defesa Civil do RS. O evento enquadrou-se no critério de tempo estabelecido em função da literatura (Solomon & Green, 1992), tendo acontecido nove meses antes da data de contato com os participantes, que refere às conseqüências psicológicas advindas de desastres naturais podendo aparecer até três anos após o evento, embora muitos sintomas pareçam diminuir por volta de 16 meses.

Major – Homem de 40 anos, reside e trabalha em Passo Fundo. Mora com a esposa e três filhos desde 2001 na cidade em razão de seu cargo como coordenador da Regional Passo Fundo da Defesa Civil. Trabalhou ativamente no atendimento à cidade de Muitos Capões como o coordenador da missão, estando presente desde as primeiras horas após o desastre até o dia 22 de dezembro de 2005 quando foram entregues as casas reconstruídas às famílias atingidas. Atualmente, não se encontra mais no cargo em função da mudança de governo do estado.

Todos os outros participantes foram abordados em uma primeira entrevista para coleta de dados demográficos e convite a participar do encontro em grupo. Na mesma ocasião solicitou-se o preenchimento do TCLE e da Autorização para gravação de áudio.

O primeiro grupo focal (G1) foi realizado no dia 12 de maio deste ano e contou com cinco representantes das famílias atingidas pelo tornado. A seguir serão apresentados alguns dados dos participantes, bem como seus codinomes, os quais foram definidos pela pesquisadora a partir de elementos peculiares de cada um com objetivo de preservar suas identidades.

Dona Pena^(*) – Mulher de 42 anos, residente na cidade há dois anos. Mora com o filho de cinco anos e o marido que, no momento, está sob regime semi-aberto no presídio de Vacaria. Antes do tornado, o casal possuía um bar na avenida central da cidade, do qual retirava o sustento da família. O estabelecimento, assim como a residência domiciliar

foram atingidos pelo desastre e totalmente destruídos. Desse modo, a família sofreu perdas materiais e de atividade laboral. Historicamente, o marido tem quadro de alcoolismo e o filho foi vítima de cirurgia cardíaca aos três anos em razão de um tumor. Atualmente, Dona Pena não está trabalhando, realizando alguns trabalhos manuais com pouca frequência. Ela apresenta um quadro depressivo, possivelmente anterior ao tornado, mas que se intensificou após, tendo abandonado o tratamento psicoterápico e utilizando medicação psicotrópica eventualmente, “quando se sente mal”. O menino, segundo a descrição da mãe, tem sintomas de estresse pós-traumático graves, como crises de pavor associadas a afastamento dos pais e a mudanças no tempo, verbalizando sensação de morte iminente. Dona Pena participou da entrevista individual após o grupo.

Seu Estacionamento – Homem de 43 anos, morador há 18 anos na cidade. Reside com a esposa e uma filha de 15 anos. A casa da família foi atingida pelo desastre e, em sua grande parte, destruída. Seu Estacionamento era funcionário público da prefeitura, porém resolveu demitir-se para iniciar um negócio próprio que ainda não se constituiu. A família já passou por dois eventos traumáticos que foram o suicídio do pai de Seu Estacionamento, e a morte do pai de sua esposa em um acidente automobilístico. O participante relata um quadro de estresse pós-traumático da filha que, desde o tornado, não consegue dormir sozinha e apresenta sintoma de medo incontrolável em situações de mudança climática.

Seu Fumaça^()* – Homem de 49 anos reside há 15 anos no município. Mora com o filho de 21 anos e trabalha como vigia a noite na Prefeitura. Sua casa foi totalmente destruída pelo desastre e reconstruída juntamente com as outras 15 das famílias consideradas de baixa renda. Tem história de doença crônica na família, sendo o irmão paraplégico e a irmã tendo realizado tratamento para câncer de mama. Seu Fumaça colaborou com a entrevista individual após o grupo.

Dona Rapidinha – Mulher de 22 anos, mora há cinco anos no local com o marido e um filho de dois anos. Ela é do lar e o marido trabalha na Prefeitura. A família teve perda total de sua residência e não referiu a alguma situação traumática na história familiar.

Seu Querido – Homem de 62 anos, residente há cinco anos na cidade. Mora com a esposa e uma filha de 19 anos. É aposentado, mas ainda trabalha com agricultura familiar. A esposa sofreu um atropelamento há alguns anos, tendo ficado com uma seqüela de marcha na perna esquerda. Além da perda da residência, o casal foi bastante atingido pelo tornado, apresentando ferimentos que os levaram para o hospital.

O segundo grupo focal (G2) foi realizado no dia 18 de maio de 2006 reunindo cinco participantes, quatro selecionadas das famílias afetadas e uma senhora acompanhante. Esta

veio acompanhando Dona Rouquinha em razão de sua idade e doença e acabou por participar do encontro.

Dona Café^()* – Mulher de 66 anos reside na cidade há 40 anos. Mora sozinha em sua casa que foi parcialmente destruída. Atualmente, ainda está reconstruindo-a, pois resolveu fazer outras reformas. É aposentada e faz alguns trabalhos manuais para fora. Vivenciou o cuidado de dois maridos doentes crônicos por isquemia cerebral até seu falecimento. Dona Café participou da entrevista individual após a realização do grupo.

Dona Simpática^()* – Mulher de 51 anos, mora há 12 no local. Reside com o marido, um filho de 24 e uma filha de 14 anos. Ela é do lar, o marido tem um transporte escolar e o filho trabalha com biscates. A família foi atingida em parte de sua residência, tendo sido ajudada com material de construção para a reforma. A família tem história de acidente automobilístico de um cunhado e de homicídio de outros dois. Dona Simpática colaborou para a entrevista individual após sua participação no grupo.

Dona Rouquinha – Mulher de 71 anos, residindo há três anos na cidade. Mora sozinha ao lado da casa de uma sobrinha. É aposentada e teve sua casa totalmente destruída. Tem história de acidente de automóvel de um sobrinho sem perda de vida.

Dona Primeira^()* – Mulher de 53 anos mora há 24 anos no município. Reside com o marido, duas filhas e dois netos. A família sofreu a perda de uma parte da casa e de todo o galpão em que estocava a colheita de arroz e soja produzida que também foi perdida. Tem histórico de acidente com trator do marido e do filho sem maiores conseqüências. Dona Primeira apresentou reação aguda ao estresse logo após o desastre evoluindo para quadro depressivo. Atualmente esta fazendo tratamento com antidepressivo e relata se sentir melhor. Dona Primeira colaborou com a entrevista individual após o grupo.

Dona Acompanhante – Mulher que veio acompanhando Dona Rouquinha e que foi incluída no grupo, contudo não foi realizada coleta de dados demográficos. Da mesma forma que no estudo de Norris et al. (2001), no qual em algumas situações os indivíduos convidavam familiares ou crianças que estavam presentes durante o encontro, considerou-se as informações trazidas por ela na análise dos dados. Isto em razão de se entender o objetivo do trabalho como justamente o de verificar o impacto e as estratégias de *coping* reconhecidos no discurso do grupo e não de um ponto de vista individual.

A maior parte dos participantes foram mulheres com faixas de idade variadas, muitas vezes pelo fato de que os maridos estavam trabalhando e não puderam acompanhar o grupo. Participaram três homens, dos quais dois estavam sem horário fixo de atividade laboral e o outro trabalhava no turno da noite. Grande parte deles mostrou-se desde o primeiro contato disponível a participar no estudo, colocando isto como uma forma de

retribuição da ajuda ganha na situação do desastre. Alguns demonstraram desconfiança, receio e até mesmo dificuldade por terem que se dispor a falar sobre o evento, fato que trazia muitas recordações ruins e ansiogênicas. Muitos dos que foram contatados e não compareceram aos grupos, verbalizaram, posteriormente, vontade de ter colaborado, mas por motivos pessoais justificaram sua falta.

A maioria das famílias era de baixa renda ganhando entre R\$200,00 e R\$800,00 reais no total da renda familiar que compunha em média quatro pessoas. Destas apenas a Dona Café que reside sozinha não quis que sua casa fosse reconstruída pela Defesa Civil, utilizando as doações e de suas economias para reformá-la de acordo com a sua vontade. Duas das famílias que participaram apresentavam renda maior que R\$1000,00 reais, as quais se encaixaram nos casos de ajuda parcial através das doações de material de construção. O critério de reconstrução das residências pela Defesa Civil na época considerou as condições financeiras de cada família.

Instrumentos e Materiais

Os dados sócio-demográficos foram obtidos através de um questionário (Anexo A) que foi aplicado aos participantes pela pesquisadora no momento do contato inicial com estes. Nesta oportunidade também foram apresentados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) e a Autorização para gravação de áudio (Anexo C).

Foi utilizada a técnica de grupo focal como instrumento de investigação, com sessões previamente planejadas (Anexo D). Como perguntas norteadoras foram propostas as questões: *Como foi para vocês ter passado pela situação do desastre? O que vocês fizeram para enfrentá-lo?* Além disso, foram incluídas as perguntas acerca da relação psicológica entre os indivíduos e o ambiente que iniciou por: *Como era viver aqui antes do desastre? Como é viver aqui agora?* Da mesma forma outras questões surgiram no decorrer das sessões, as quais foram consideradas da mesma forma na análise dos dados.

Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (Anexo E), um diário de campo pela pesquisadora e uma entrevista aberta com o Major. As entrevistas foram aplicadas individualmente com cinco dos participantes escolhidos por sorteio. Tais entrevistas tiveram por objetivo aprofundar o tema, considerando a possibilidade de coletar informações adicionais acerca da vivência do desastre. O diário de campo foi feito durante a inserção ecológica da pesquisadora no local e na comunidade e a entrevista com o Major teve o intuito de agregar informações adicionais sobre o tornado em si e sobre sua visão como coordenador da missão acerca do evento. Tais instrumentos foram úteis em seus dados para fornecer sustentação e confirmação aos resultados obtidos nos grupos focais. A

discussão apresenta todos esses elementos como forma de afirmar a validade ecológica do estudo.

Considerações Éticas

Este estudo, conforme ementa acerca de realização de pesquisa em psicologia com seres humanos proposta pela Resolução nº 016/2000 do Conselho (CFP, 2000), não se enquadra na qualificação de pesquisa com risco mínimo, também por a participação no grupo focal evocar a experiência vivenciada da situação de trauma, mobilizando afetos que podem gerar ansiedade nos participantes. Objetivando minimizar tal situação e seus efeitos, foi realizado um *rapport* com os participantes na ocasião do contato inicial, procurando estabelecer um vínculo e uma relação de confiança, conduta que é apontada por De Antoni et al. (2001) como crucial em situações nas quais o tema da pesquisa tem caráter estressante. Aos participantes que demonstraram mobilização intensa, foi garantido o acesso a atendimento psicológico durante e após o término do estudo através do contato com a rede de saúde mental do município.

Além disso, os cuidados com as normas da ementa sobre a realização de pesquisa em psicologia com seres humanos (CFP, 2000) foram considerados neste estudo. Incluem-se o encaminhamento do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o tratamento dos dados de forma científica e sigilosa – na conclusão da pesquisa, todo material será arquivado no banco de dados do pesquisador responsável.

Delineamento e Procedimentos

O delineamento da presente pesquisa caracterizou-se por um estudo exploratório descritivo de abordagem qualitativa. Apesar de algumas hipóteses terem sido lançadas, o tema sobre estratégias de *coping* de vítimas de desastres naturais ainda é pouco explorado, principalmente no Brasil.

Primeiramente, esse projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para sua apreciação, sendo aceito sem alterações. Seguido a isso, foi realizado um estudo piloto com comunidades que enfrentaram uma situação traumática de estresse (eventos ambientais não caracterizados como desastres do tipo vendavais ou enchentes de pequena proporção) com o objetivo de verificar a efetividade da estruturação do método proposto para esta pesquisa. Os dados levantados nesta ocasião não foram considerados na análise dos resultados da coleta final.

Para seleção dos participantes dos grupos focais, foi feito um mapeamento das

localidades do estado do Rio Grande do Sul atingidas por um evento caracterizado pela Defesa Civil como um desastre natural, que tenha ocorrido entre seis meses e um ano antes da data de início da coleta. Neste mapeamento, foi selecionado o município de Muitos Capões, onde ocorreu um tornado no dia 29 de agosto de 2005. Para o levantamento das famílias atingidas pelo desastre, foi contatada a Prefeitura da cidade, a qual forneceu todas as informações necessárias sobre os possíveis participantes. Posteriormente, foi realizado contato em cada residência familiar para expor a finalidade da investigação e para convidar os responsáveis a participar. Neste momento, foi aplicado o questionário para coleta informações de sócio-demográficas, bem como se solicitou a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e da Autorização para gravação de áudio e vídeo.

A coleta de dados foi feita através da realização de grupos focais, planejados através de um roteiro específico que incluiu: definição dos temas e objetivos; descrição das técnicas e procedimentos; duração prevista; e, avaliação final. Nesta pesquisa foram realizados dois grupos focais com duração média de uma hora. Estes foram realizados respectivamente nos dias 12 e 18 de maio de 2006 em um anfiteatro da Prefeitura do município, local reservado e apropriado para a situação. Os grupos foram conduzidos pela própria pesquisadora e foram utilizados como registro gravação de áudio com prévia permissão dos integrantes, e os apontamentos escritos pela coordenadora. Não foi possível contar com a presença de um observador nos grupos em razão da dificuldade estrutural e financeira de acesso ao local da pesquisa.

Após os grupos, a pesquisadora ainda dirigiu-se às casas dos cinco participantes sorteados para as entrevistas individuais, que foi realizada somente na presença do participante e da pesquisadora. Foi feita uma entrevista individual com o Major gravada em áudio e, posteriormente, transcrita.

Análise dos Dados

O levantamento dos resultados foi feito através da análise de conteúdo segundo Bardin (1979) e Laville e Dione (1999). Inicialmente, os encontros dos grupos focais foram transcritos para a futura análise. O processo consistiu de três fases. Na primeira, na pré-análise, as transcrições dos encontros na íntegra foram divididas pelas falas de cada participante em uma tabela (Anexo F) que serviu de base para o exame do conteúdo. A partir disso, a pesquisadora foi desmembrando as falas e extraindo as partes que correspondessem significativamente para o assunto da pesquisa de acordo com as questões norteadoras. Quanto às estratégias de *coping* fez-se o assinalamento de qualquer referência de estratégia citada como sendo para enfrentar a situação de desastre. Para fins

operacionais a estratégia de *coping* foi definida como “qualquer esforço dos participantes com objetivo de lidar com as demandas geradas pelo desastre”.

Na segunda fase, a de exploração e codificação, a codificadora classificou independentemente os resumos das falas mencionadas para composição das unidades de análise ou registro. Tais unidades foram reunidas e através do auxílio das unidades de contexto foi organizado o agrupamento dos temas em categorias analíticas. Tal organização foi derivada do modelo misto, no qual algumas categorias foram propostas *a priori* assim como outras acabaram surgindo das próprias unidades de registro analisadas.

Após estas duas primeiras fases, a análise foi apreciada pela orientadora da pesquisa. Posteriormente, em conjunto com a pesquisadora objetivou-se chegar a um acordo consensual no exame dos dados. Havendo discordâncias, a dupla discutiu a dúvida até sua resolução.

Na terceira fase, a de tratamento dos resultados, de inferência e de interpretação, a pesquisadora tornou os resultados significativos utilizando-se da abordagem qualitativa dos dados, que prima por se deter às nuances de sentido entre as unidades e categorias. Sendo assim, a pesquisadora participou durante todas as fases da análise, mantendo contato com as transcrições de todos os encontros e aplicando todos os passos descritos.

Os dados obtidos das entrevistas individuais, bem como as informações apontadas no diário de campo da pesquisadora durante todo o processo de coleta de dados através da sua inserção ecológica não foram levantados pela análise de conteúdo. Esses dados foram somente utilizados como informação adicional aos resultados dos grupos, quando identificados elementos confirmatórios ou contraditórios. Tais informações também têm a função de colaborar para a validade ecológica do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados todos os resultados obtidos durante a etapa de coleta de dados realizada no período de inserção ecológica da pesquisadora no município de Muitos Capões. Iniciou-se com a exposição de tal inserção e os processos proximais que fizeram com que esta se caracterizasse metodologicamente. Após, contextualiza-se o local da pesquisa fornecendo dados históricos e demográficos da cidade e a percepção dos participantes das mudanças ocorridas antes e depois do desastre dentro da discussão da relação psicológica da comunidade com o seu ambiente. Posteriormente, descreve-se o evento adverso do tornado a partir das falas dos próprios participantes, explanando suas características físicas de formação, bem como alguns elementos das conseqüências geradas.

As categorias analíticas propriamente ditas são divididas em categorias de reação ao desastre e estratégias de *coping*. Na segunda classe preferiu-se por iniciar cada categoria com a exposição teórica sobre a estratégia em questão para, em seguida, apresentar os dados coletados com os participantes referentes a ela. Isto se deu em razão da escolha inicial de não aprofundar teoricamente cada uma das estratégias de *coping* citadas, optando por fazê-la somente daquelas que aparecessem depois da análise dos dados.

Inserção ecológica: A pesquisadora no local e na comunidade

A inserção ecológica no contexto da pesquisa iniciou desde o primeiro contato realizado com um oficial da Brigada Militar que, atualmente, está sob a coordenação da Regional Passo Fundo da Defesa Civil (REDEC), a qual atende 107 municípios. Esse oficial foi denominado de Major, cargo ocupado por ele dentro da academia militar, e recebeu a pesquisadora em um encontro no aeroporto de Porto Alegre no dia 16 de abril de 2006. Nesta oportunidade a pesquisadora expôs o objetivo do estudo e as características necessárias da amostra, enquanto o Major explicou sua participação no evento do tornado de Muitos Capões. Em função de sua atividade como coordenador da REDEC, foi ele o líder da equipe da Defesa Civil que atendeu a situação de emergência que se instalou na cidade. Ele afirmou que, de acordo com os objetivos da pesquisa, as 18 famílias atingidas pelo tornado seriam as indicadas como população alvo de investigação.

O primeiro contato da pesquisadora com a comunidade foi através de um vídeo fornecido pelo Major, o qual foi produzido pela própria Defesa Civil. Este apresentava algumas fotos da cidade antes de ser atingida, os estragos logo após o evento e o processo de reconstrução até a entrega das casas para a comunidade.

O contato efetivo deu-se no dia cinco de abril de 2006, oportunidade em que o Major havia sido convidado a participar da Festa do Pinhão e Rodeio tradicional na cidade anualmente. O Major informou que este seria um bom momento para que se desse a inserção inicial, na qual aconteceria naturalmente algumas apresentações, as quais eram quase sempre introduzidas por ele da mesma forma: “*esta moça é lá de Porto Alegre e veio aqui para entender porque o povo de Muitos Capões ficou mais feliz depois do tornado, que até em festa a cidade está*”. Apesar de entender que tal apresentação poderia gerar um viés na pesquisa, o fato foi percebido, posteriormente, como uma boa técnica de aproximação empregada, ao focar o lado positivo que o evento havia deixado. A inserção da pesquisadora também foi facilitada pela própria presença do Major como referência, pois este pareceu ser extremamente considerado e admirado pela comunidade, através de expressões de gratidão sinceras e intensas e da lembrança das histórias vividas durante a reconstrução da cidade. As apresentações aconteceram durante todo o dia e incluíram: a Prefeita e outros funcionários da Prefeitura que auxiliariam no processo de seleção e contato com os participantes, bem como no oferecimento da estrutura para o desenvolvimento da pesquisa; certos potenciais participantes da amostra, dos quais alguns se efetivaram; os profissionais da área da saúde e assistência como forma de iniciar uma rede de apoio; e, até mesmo o motorista do ônibus que fazia o caminho de Vacaria até Muitos Capões.

O terceiro contato foi na semana seguinte, dia 12 de maio de 2006, quando a pesquisadora retornou a Muitos Capões, permanecendo por dois dias trabalhando no processo de seleção dos participantes, na abordagem inicial e na realização do primeiro grupo focal. Nesta oportunidade, a pesquisadora estruturou seu ambiente de trabalho em uma sala da prefeitura, onde teve acesso a computador e auxílio de uma funcionária que lhe informava todo e qualquer dado necessário a investigação. Outros ambientes também foram utilizados como o auditório da prefeitura para os encontros dos grupos e as próprias casas dos participantes para as entrevistas iniciais e individuais.

O quarto e último contato da fase de coleta de dados foi durante os dias 18 e 19 de maio de 2006, momento em que a pesquisadora finalizou o processo com a realização do segundo grupo focal e das entrevistas individuais. Esta também foi a hora da despedida e da solicitação de alguns contatos posteriores com funcionários da prefeitura para o repasse de material sobre o município.

Durante todas as estadas na cidade ocorreram diversas conversas informais, as quais foram registradas no diário de campo e utilizadas como subsídio para a análise e discussão dos resultados. Da mesma forma, as percepções e sensações da pesquisadora

acerca do ambiente e das interações observadas foram registradas na medida em que o trabalho acontecia. Tal caminho caracterizou uma efetiva inserção ecológica da pesquisadora no contexto do fenômeno estudado, conforme a idéia de processo proximal definida por Ceconello e Koller (2003). As autoras consideram este como o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento que ocorre nas interações recíprocas progressivamente mais complexas de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução com as pessoas, objetos e símbolos presentes em seu ambiente imediato. Nesse sentido, os processos proximais que ocorreram durante o estudo, dos quais a pesquisadora também fez parte, se tornaram o foco da investigação e o meio pelo qual esta foi conduzida. Retomando os cinco critérios dos processos proximais e relacionando-os com o contexto da coleta de dados da presente pesquisa observou-se a real inserção ecológica realizada:

1. Para que aconteça o processo proximal, é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade – neste estudo, pesquisadora e participantes interagiram e se envolveram nas atividades dos grupos focais e das entrevistas.
2. Para ser efetiva, a interação deve dar-se em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo, não sendo possível ocorrer efetivamente durante atividades meramente ocasionais – nesta pesquisa, foram realizadas visitas às casas dos participantes para o convite aos encontros dos grupos, os grupos propriamente ditos e visitas posteriores para as entrevistas individuais. Em todas essas situações os participantes demonstraram estar sempre disponíveis para o engajamento nas tarefas.
3. As atividades devem ser progressivamente mais complexas, por isso se faz necessário um período estável de tempo – nesta investigação, as visitas informais avançaram para os encontros grupais que seguiram para as entrevistas individuais e sempre tiveram duração igual ou superior a uma hora.
4. Para que a efetividade dos processos proximais seja alcançada deve haver reciprocidade nas relações interpessoais – nesta pesquisa, a interação da pesquisadora com os participantes foi o alicerce para todo o processo de investigação. Nesse sentido, as entrevistas ocorreram na forma de conversa, estando à pesquisadora a disposição para responder as dúvidas dos participantes e prover apoio, quando necessário.
5. Por fim, para que a interação recíproca ocorra, os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento – neste estudo, os temas abordados nas

entrevistas e nos grupos focais despertaram o interesse dos participantes, pois estavam relacionados com a sua vivência do desastre, bem como com as suas histórias de vida.

Ao longo de toda a etapa de coleta dos dados, os mais variados processos proximais aconteceram. Primeiro, para os participantes, que, ao disporem de um espaço para falar sobre a experiência do tornado e das mudanças sofridas em suas vidas, tiveram a possibilidade de refletir, elaborar e aprender com elas. Segundo, para a pesquisadora, que, ao interagir com as famílias e a comunidade, pôde apreender, através das unidades de análise extraídas do discurso destes, categorias analíticas importantes que vislumbram algumas respostas aos questionamentos iniciais do estudo e novas proposições teóricas e metodológicas. Terceiro, para os outros indivíduos, que, de alguma forma tiveram contato com a pesquisadora, os quais puderam dar sua contribuição e aprender algo na interação.

Esses processos proximais, porém, só foram possíveis em razão da inserção ecológica da pesquisadora no ambiente onde vivem as famílias, ou seja, presença regular em sua constância e estabilidade, significativa em sua evolução de complexidade e, recíproca em suas trocas. Todos esses aspectos proporcionaram à pesquisadora uma vivência ímpar no que diz respeito ao processo de sensação e compreensão da experiência de uma comunidade afetada por um desastre natural. A opção por um outro método não possibilitaria o processo de tal forma, vindo a abordagem qualitativa de inserção ecológica ao encontro dos anseios da pesquisadora por uma investigação na qual se pudesse sentir, ouvir, vivenciar e refletir o mais próximo e intenso possível a situação de interesse. Retomando Bastos citado por Cecconello e Koller (2003), quando o pesquisador se coloca como o principal instrumento de investigação, sua postura e atuação constituem a principal fonte de estímulo do discurso do entrevistado. O objetivo central é justamente chegar a um nível de familiarização e intimidade com a situação observada que se consegue, por fim, acessar o fenômeno investigado, tal como ele ocorre em seu ambiente natural.

Contextualização do cenário: O local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Muitos Capões, região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, à 35km de Vacaria – município mãe – e 280km de Porto Alegre. Chamava-se, inicialmente, Raia da Capoeira, conforme Capoense - Informativo da Prefeitura Municipal de Muitos Capões (2006), 7º distrito de Vacaria. Em 18 de outubro de 1995 foi emancipado e conta hoje com nove distritos distribuídos em 1.200Km² de área territorial. Quanto a sua emancipação, os participantes relatam, através de sua relação psicológica com a cidade, uma visão de fraqueza e falta de recursos anterior, afirmando

que após este evento ocorreu um processo de organização e evolução do município, conforme discursos abaixo.

...De acordo que quando ela se emancipou, era uma cidade fraca. Não tinha muitos recursos, agora já tava bem boa. Já ta bem organizada ela, as casa tão boa. (Seu Querido, G1).

Era assim, os recursos era pouco, não tinha muitos recursos..era bem pequeninha... (Dona Pena, G1).

De acordo com censo do ano de 2000, citado no Capoense (2005), o município apresenta uma população de 2.863 habitantes. A economia é baseada no setor agropecuário (75% de área agricultável), principalmente, pelo cultivo de soja que abarca 35.000 hectares. O clima é subtropical, segundo Pereira e Pinto (1998), com estações bem definidas: verões quentes e invernos precipitando geadas e algumas vezes neve. O relevo é de planalto com algumas ondulações, vales e depressões. A altitude média é de 939 metros acima do nível do mar. Os campos são cobertos por gramíneas nativas e pastagens artificiais. Destacam-se os capões, onde predominam o pinheiro araucária juntamente com outras espécies nativas como o cedro, o bugre e a canela. O papagaio charão e do peito-roxo são frequentemente encontrados na Estação Ecológica de Aracuri no distrito de Bom Retiro, apontando a existência de dez mil desses animais em levantamentos já realizados.

Nota-se, assim, uma mudança na perspectiva da evolução do município após sua emancipação que, desde lá, vem em um processo de crescimento estrutural e financeiro. Isto pode ser também notado pelas falas dos participantes em relação às suas percepções antes do tornado.

Tempo passou e ta ficando bonita mesmo, mais do que era. (Dona Acompanhante, G2).

Cidade completa e o tornado abalou. (Seu Estacionamento, G1).

Bonita antes. (Dona Pena, G1).

Tal afirmação aparece da mesma forma, no Capoense (2005): “A partir de 1995, Muitos Capões começou a escrever uma nova história”. O aumento da atividade agrícola no que diz respeito ao número de armazéns de estoque e a diminuição dos custos é um exemplo de desenvolvimento econômico. No âmbito estrutural, engendrou-se um trabalho conjunto com todas as secretarias encabeçadas pela secretaria da administração, o que favorece o bom andamento de todos os setores executivos da cidade. Adicionalmente a isto, as audiências públicas surgem para aproximar a comunidade da administração, passando a ouvi-la e considerá-la em suas necessidades para a elaboração do plano plurianual. A fala do Major em relação ao município demonstra da mesma forma, o potencial da cidade: “*Muitos Capões é a segunda cidade com maior PIB do estado, só perdendo para Triunfo...o problema é que este PIB não fica na cidade...*” (Major, 20.12.06). Percebe-se uma outra perspectiva do nível de desenvolvimento em função de

que a maior parte do produto interno gerado na cidade não é usufruída pelos seus habitantes, mas sim pelos grandes produtores de terra que não são residentes do local. Nesse sentido, se por um lado houve um crescimento estrutural da cidade, por outro a maioria das famílias de Muitos Capões não se desenvolveu em termos sócio-econômicos, se caracterizando ainda por uma população de baixa renda.

Tomando a perspectiva das ciências sociais de desastres, os quais são entendidos como resultado da interface de uma população marginalizada e um ambiente físico deteriorado é que se reflete aqui acerca da hipótese de que a relação da comunidade com o local e suas características de vulnerabilidade pudessem gerar riscos para a ocorrência do tornado. Para os cientistas sociais os desastres são produtos não apenas da forma como as pessoas lidam com o problema, mas como habitam o lugar e se relacionam entre si (indivíduos e coletividade) e com o ambiente, ou seja, um evento que impacta a sociedade, originado de um padrão específico de interação entre um fenômeno natural e uma organização social (Marandola Jr. & Hogan, 2004; Mattedi & Butzke, 2001). A análise da organização social da comunidade de Muitos Capões pré-impacto através do próprio discurso dos participantes revela uma sociedade, na sua maioria, de baixos recursos sócio-econômicos. No seu funcionamento percebe-se uma relação de exploração do ambiente e da mão de obra local por parte dos grandes produtores, levando a riqueza gerada para fora da cidade. Esse padrão tenderia a se configurar em um fator provocador de desgaste do município, na medida em que recupera menos o patrimônio que produz. Entretanto, a referência dos participantes a um enriquecimento do município após sua emancipação e a sua boa condição antes do tornado induz a conclusão contrária. Todos esses aspectos, que não denotam características de vulnerabilidade social e ambiental, aliados ao tipo de desastre são dados que fazem com que se conclua que o padrão de interação específico dessa sociedade em particular não tenha influenciado a ocorrência do tornado.

Esse fenômeno precipitou uma outra mudança de perspectiva em relação à cidade, o qual produziu uma nova percepção dos cidadãos. Os participantes da pesquisa apontaram sensações de vazio, tristeza e falta em relação ao ambiente.

Mas é que ali que ali ficou aquele, aquele... Aquele vão sabe, despovoado assim. (Dona Pena, G1).

Daí ficou feio... Sim, não dava nem gosto de sair. Não dava gosto de caminhar, nem de nada mais. Dava uma tristeza de ver. Dava vontade de chorar, casa quebrada, madeira quebrada, madeira desenraizada... (Seu Querido, G1).

As manifestações de que a retomada da imagem anterior através da reconstrução está acontecendo estão presentes. Porém, mais marcante é a contraposição de que as marcas não desapareceram.

E destruiu um monte de coisa e depois... agora já ta construído, reconstruíram de novo... (Seu Fumaça, G1).

Foi uma coisa que deixou marcas pra todo mundo né, foi uma coisa muito triste, mas graças a Deus ta tudo construído de novo. (Dona Rapidinha, G1).

Eu acho que era bonito... apesar de agora ta ficando tudo bem bonita...mas sempre falta uma coisa, sabe que lembra de certo o tornado pra mim...eu penso assim sabe.... ta tudo muito bonito... mas sempre ficou um quê... (Dona Primeira, G2).

Pra mim era melhor antes do que agora. (Dona Rouquinha, G2).

Descrição do desastre natural: O tornado

Era um dia diferente. O céu parecia que havia sido pintado em um tom de cinza desigual. O vento soprava como se prenunciasse algo. Anoiteceu e a luz faltou. Um barulho ensurdecedor abateu a cidade... (Capoense, 2005, p.12).

O tornado ocorreu às 21hs de 29 de agosto de 2005 vindo do norte. Tal evento foi caracterizado como um desastre do tipo natural por vários aspectos. Mostrou-se como um evento súbito que teve o poder de aterrorizar e gerar perdas substanciais de muitos indivíduos simultaneamente, definição de desastre trazida por Norris (2002). Considerado como inusual na região, seu impacto excedeu a possibilidade da comunidade lidar com seus efeitos através de recursos próprios, característica de desastre assinalada por Arcos et al. (1994) e que remete a uma situação de estresse extrema. Nessa perspectiva, a dificuldade de resposta do município ao evento deve-se a diversos fatores. Um fator importante verificado por Buckland e Rahman (1999) em seu estudo é a vivência de eventos anteriores como auxiliando em um melhor preparo da comunidade em lidar novamente com um próximo episódio, circunstância contrária a do desastre investigado, no qual a cidade não possuía nenhuma experiência anterior semelhante a um tornado. Além disso, o nível de desenvolvimento da comunidade que inclui capital social, econômico e humano é um importante determinante da eficácia da comunidade em lidar com o desastre, aspectos avaliados pela Defesa Civil e Prefeitura como impossibilitando o município em enfrentar o evento com seus recursos próprios. A definição operacional proposta pela Defesa Civil Federal (<http://www.defesacivil.gov.br/situacao/index.asp>) e que foi utilizada como referência na presente pesquisa, de que um desastre compreende uma situação na qual o município necessita tomar medidas excepcionais, de urgência, ou ainda, comprometer toda sua capacidade administrativa, corrobora com as características que se desdobraram após o evento. A necessidade que apresentou o município de apelar para o auxílio da Defesa Civil do estado demonstra na prática a aplicação desta definição. Este órgão, a partir de seus parâmetros internos declarou, juntamente com a prefeitura, o evento

como uma situação de emergência. Na entrevista com o Major este esclarece o porquê de não ter sido decretado estado de calamidade pública.

...chegamos a conclusão de que não haviam vítimas e também em função da vontade do poder público em decretar situação de emergência...então não era uma calamidade pública, era um evento adverso com prejuízos econômicos bastante expressivos, eles foram estimados em três milhões e meio, mas isso comparado com o produto interno bruto do município e também com o fato de não ter havido vítimas, não classifica esse evento como sendo uma calamidade pública e sim uma situação de emergência... (Major, 20.12.06).

A descrição de uma das participantes fala de “uma coisa estranha” horas antes. Tanto nas entrevistas individuais quanto em conversas informais com a comunidade a referência a este “clima estranho” no dia do episódio também se mostrava presente.

É, era aquele vento, aquele calor, era abafado, tinha uma coisa ruim, uma coisa estranha. É, era aquele vento, aquele calor, era abafado, tinha uma coisa ruim, uma coisa estranha. (Dona Simpática, G2).

Os desastres naturais são decorrentes de forças geofísicas e do tempo tais como maremotos, tornados, terremotos e inundações (Norris, 2002). O Ministério da Integração Nacional (2005) divide os desastres naturais em função de suas causas, sendo a do evento em questão de origem eólica. Estes são relacionados com a intensificação do regime dos ventos ou com a forte redução da circulação atmosférica. Os tornados são vórtices ou redemoinhos de vento formados na baixa atmosfera, caracterizando-se por nuvens escuras, de formato afunilado como uma tuba, que descem até tocar a superfície da Terra com alta velocidade de rotação e forte sucção. Eles destroem em sua trajetória grande quantidade de edificações, árvores e outros elementos do território atingido. O tornado supera a violência do furacão, porém sua duração é menor e a área afetada é de menor extensão. Suas causas compreendem: (a) os processos convectivos, nos quais se formam grandes nuvens *cumulonimbus*; e, (b) o encontro de massas de ar altamente diferenciadas e de grande intensidade. Nessas condições, a instalação de uma célula de baixa pressão nas camadas superiores da atmosfera provoca o efeito chaminé e a ascensão do ar para a alta troposfera, produzindo o efeito de vórtice responsável pela sucção. A pressão atmosférica, que normalmente é de 760 mmHg no nível do mar, pode cair para 580 mmHg no interior de um tornado provocando fortes correntes tangenciais. A velocidade do vento na periferia do vórtice pode atingir números inimagináveis correspondentes a 800 Km/h, enquanto que a corrente ascendente pode alcançar até 320 Km/h. São esses motivos que causam a destruição altamente concentrada e extremamente violenta dos tornados. Os tornados ocorrem em todos os continentes, entretanto no Brasil são pouco frequentes, sendo observados, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, especialmente nos estados de São Paulo e Paraná. Os serviços meteorológicos possuem condições de alertar a Defesa Civil

sobre a provável ocorrência de um tornado em uma região determinada com algumas horas de antecedência, entretanto a predição exata do local e do efeito seguido pelo fenômeno é de extrema dificuldade.

Na entrevista com o Major, este pode fornecer as características do fenômeno de Muitos Capões, que continham diferenças de pressão, temperatura e composição atmosférica. O tornado formou-se em decorrência do choque de uma massa de ar fria vinda da Patagônia, a qual continha em sua composição gelo e a característica nuvem *curnulonimbus*, e de uma massa de ar quente que se encontrava estacionada em cima do estado do RS vinda do Atlântico, tendo as duas uma diferença de temperatura superior a 25 graus Celsius. Este fenômeno já havia sido alertado pelos órgãos meteorológicos da Defesa Civil nacional e divulgados pela Defesa Civil do estado aos corpos de bombeiros da região. Contudo, segundo o Major, esses alertas ocorrem com frequência: *“Devemos ter aí em torno de 20 até 30 alertas destes por ano, muitos desses eles não se configuram, ou se transformam apenas em vendavais ou em chuvas de granizo em locais específicos ou até em zonas desabitadas como é o caso da região da fronteira.”*(20.12.06). Sendo assim, o Major explica que os alertas não são divulgados publicamente para que não causem alarme e produzam uma situação de caos na população.

A magnitude e a força do evento chamaram a atenção do Major que ainda não havia se deparado com uma situação como esta. O tornado mostra-se relativamente pequeno em tamanho, tendo o de Muitos Capões atingido uma faixa de apenas 200 metros aproximadamente, mas destrói com muita facilidade. De acordo com o Major, fatos como o arremesso de um casal a aproximadamente uns 60 metros de sua casa, um fogão a lenha encontrado há mais de dois quilômetros da cidade e o levantamento da secretaria da agricultura de mais de 44 mil pinheiros destruídos, apontam o poder devastador do evento adverso. Ele foi classificado como um tornado pelo efeito que deixou no solo do local, se constituindo num funil em espiral que produziu sucção por torção. Quanto às suas características de classificação ele foi identificado como F3 (escala que vai de F1 a F5) com 240 Km/h de velocidade e duração de três a cinco segundos.

Em relação às descrições físicas, os participantes citaram desde a percepção das cores do ambiente, até o som do tornado. Entretanto, o Major afirma que quando do recebimento da notícia, as pessoas não sabiam determinar exatamente que fenômeno havia ocorrido, mas que este tinha destruído boa parte do município de Muitos Capões.

...quando eu levantei cedo, já tava aquele vermelhão assim ó, começando lá pra Lagoa Vermelha pra lá. E cada instante aumentava mais um pouco, durante o dia foi aumentando. E eu tava lá no mato trabalhando, e lá reboleava as copa dos pinheiro, e eu olhava aquele vermelhão lá, e tinha um rouidão por baixo lá. (Seu Querido, G1).

Tinha muito vento, muito vento né. (Dona Simpática, G2)).

Faz barulho, tipo uma válvula. (Dona Rapidinha, G1).

Parecia o barulho de um avião (voando) bem baixinho. (Seu Querido, G1).

Um jato, e quando ele passou foi levando tudo, rápido. Retorceu as ferragem tudo que tem ali atrás. (Seu Fumaça, G1).

Todas as pessoas atingidas diretamente na faixa de passagem do tornado relataram não ter conseguido tempo de avistá-lo. Entretanto, algumas descrições foram recebidas de outras pessoas que disseram tê-lo visto.

...deu aquele estouro que não deu nem tempo de ver, foi assim de vereda assim. (Dona Café, G2).

Quem contou pra nós que ele é tipo de um funil, que bem no meio tem uma boca. Que naquela boca vira um ar de fogo né, pelo que eu me lembro que me contaram que ele era assim né. Só que ele baixa e levanta, quando ele vem, ele vem baixando, baixando. (Dona Pena, G1).

Contudo, no que diz respeito ao relato das conseqüências do evento, todos os participantes demonstraram uma memória viva de como o tornado atingiu a cidade. Tais relatos falam da forma como o tornado atingiu as casas e dos resultados causados.

Nós vimo assim que foi desmontando, dando aquelas pedrada, paulada nas casa, mas com uma força, uma força, que vi que tava desmontando mesmo as coisa que tinha feito. (Seu Querido, G1).

...eu vou fechar aquela porta, ta vindo tanto vento... Daí quando eu fui fechar a porta não achei mais a porta, aquela porta já tinha passado pela sala, foi parar no corredor... (Dona Café, G2).

Até mesmo as pessoas com quem a pesquisadora manteve contato durante sua inserção no município, em suas narrações sobre o ocorrido, evidenciaram lembranças claras dos efeitos produzidos. Outro depoimento que confirma a magnitude da destruição é o do Major que ao chegar na cidade após o tornado descreve:

Eu me recordo da cena quando nós chegamos, os faróis do carro focaram sobre a cidade... tava literalmente no chão, as edificações tinham sido totalmente destruídas... não havia energia... os postes de energia elétrica estavam todos no chão, e as casas estavam todas destruídas, especialmente aquelas da faixa que depois nós identificamos como sendo a região central da cidade. (Major, 20.12.06).

O evento, segundo dados fornecidos pela Defesa Civil e pela prefeitura apresentados em reportagem da Zero Hora (30.08.2006), destruiu 18 casas e outros três prédios (clubes, câmara dos vereadores e banco), danificou 61 imóveis e feriu 16 pessoas. No contato com o Major, este relatou informações de que o evento atingiu 82 edificações, danificando 61 destas e destruindo totalmente 21. Apenas 16 delas foram reconstruídas em sua totalidade com os recursos do governo do estado do RS e das doações, em razão destas famílias incluírem o grupo definido como de baixa renda. Essa definição foi dada pela Defesa Civil e pela prefeitura em função das famílias não possuírem condições financeiras

e estruturais para arcar autonomamente com a reconstrução de suas residências. Em relação ao número de feridos, foram registrados 16 casos. Não houve vítimas fatais, o que foi considerado como bastante saldo positivo pelo Major em razão da magnitude do evento adverso que se deu.

O desastre ocasionou um prejuízo de R\$ 3,53 milhões de reais ao município, equivalente a seis meses de orçamento da prefeitura. O mutirão de doações arrecadou R\$ 81,6 mil em dinheiro, 120 mil tijolos, 20 mil quilos de alimentos, 60 mil peças de roupa, cinco mil pares de sapatos e mais de 300 móveis (Zero Hora, 30.08.06).

A resposta inicial ao desastre finalizou-se em três dias após o evento, conforme depoimento do Major, enquanto a reconstrução da cidade e das casas destruídas foi realizada até o dia 22 de dezembro do mesmo ano, dia no qual foram estas foram entregues à comunidade. Tal data foi uma meta determinada pelos órgãos de liderança que atenderam ao evento, na qual tanto a Prefeitura quanto a Defesa Civil concordaram com o fato de que as famílias desabrigadas tivessem suas casas reconstruídas dias antes da data do Natal. O Major descreve com alguns dados essa missão: *“Foi montada uma força tarefa com quinze oficiais da brigada militar (policiais com habilidades de pedreiro e carpinteiro)...e mais uma equipe quinze funcionários da Prefeitura, e construímos uma casa de 48m em questão de três dias fazíamos uma edificação, nós tivemos 16 casas em 90 dias.”*(20.12.06). A liderança como um aspecto da eficiência na tomada de decisões é referida por Buckland e Rahman (1999) como um fator que influencia a eficácia em lidar com desastres. Este fator é corroborado pela declaração do Major sobre a parceria feita pela sua equipe com a equipe da Prefeitura, ambas representadas pelas figuras dele e da Prefeita. Os dois são considerados pela população uma dupla de liderança que fez a diferença em termos de comando das tomadas de decisões e de condução do planejamento e execução de todo o enfrentamento do evento do tornado na cidade.

Categorias Analíticas

As categorias analíticas foram divididas em reações ao desastre e estratégias de *coping*. Ambas são apresentadas através das subcategorias relacionadas que derivaram da análise de conteúdo do discurso dos participantes nos grupos. Elementos das entrevistas individuais e das conversas informais que complementam e corroboram com as categorias também são incluídos.

Reações ao Desastre

As reações ao tornado encontradas no discurso dos participantes foram divididas em três categorias a partir da análise de conteúdo do material produzido nos grupos. Estas incluem reações físicas e emocionais dos participantes e manifestações do próprio contexto.

Reações Físicas

Algumas reações físicas que foram relatadas como tendo ocorrido no momento do desastre são características de quadros de reação aguda a estresse de acordo com o *The ICD-10 Classification of mental and behavioural disorders: Clinical descriptions and diagnostic guidelines* - CID-10 (OMS, 1993) e o DSM-IV-R (APA, 2003) como a de amnésia lacunar ou dissociativa. Nos grupos ela foi descrita por uma participante, mas também foi bastante observada nas conversas informais com outros membros da comunidade e em algumas entrevistas individuais.

Olha, eu nem sei o que eu pensei... Agora que nem eu digo, todo mundo me fala: como é que você não se machucou... eu não sei.. .Sim, porque eu não me lembro, não me lembro de muita coisa. (Dona Pena, G1).

Uma manifestação dissociativa típica como a ameaça ou o desfalecimento em si foi descrito por Dona Simpática como uma reação sua logo após a passagem do tornado: “*E daí eu quis desmaiar por umas duas vezes...*”(G2). Outros sintomas de dissociação são discutidos na categoria das reações emocionais, por serem considerados mais próximos desta. No entanto, entende-se que este tipo de sintomatologia é constituído de uma mescla tanto de sinais fisiológicos visíveis quanto de conflitos emocionais.

Outro sinal apontado pelo CID-10 (OMS, 1993) como comum a uma situação traumática é um estado inicial de “atordoamento”. Tal sintoma foi assinalado claramente por Seu Estacionamento quando ele pronuncia: “*No início a gente fica meio perdido, meio atrapalhado.*”(G1).

A reação física de dificuldade de concentração que evolui com o quadro de estresse pós-traumático segundo o DSM-IV-R (APA, 2003) foi destacada por Dona Café: “*E a gente fica esquecida também, eu que já era meio esquecida agora fiquei esquecida mesmo.*”(G2). Nos contatos informais e em algumas entrevistas individuais o mesmo sintoma foi assinalado como tendo aparecido após o evento.

A dificuldade em manter o sono também peculiar de estados de reação aguda a estresse e estresse pós-traumático conforme DSM-IV-R (APA, 2003) foi vivenciada por Seu Querido e descrita em sua fala: “*...de vez em quando ficar se alembando e até de noite a gente fica acordado, e começar a perder o sono, a gente se alembra né.*”(G1). Algumas mães citaram, igualmente, a impossibilidade de seus filhos adormecerem nas

noites seguintes ao tornado, tendo, na maioria das vezes, que dormirem acompanhados de algum adulto.

Sinais de desespero e pavor que trazem consigo, entre outras, reações fisiológicas de taquicardia e sudorese puderam ser percebidos em falas que descreviam gritos de pânico no momento e logo após a passagem do tornado.

Daí eu comecei a gritar dizendo: o que é isso meu Deus, será que nós vamos morrer eu digo...

(Dona Simpática, G2).

E ele gritava desesperado: eu não quero morrer, eu não quero morrer... (Seu Estacionamento, G1).

...O recurso é eu gritar e ver se ela ta viva, daí eu fiquei gritando, gritando... (Seu querido, G1).

Muitos dos sinais verbalizados pelos participantes são combinações de reações fisiológicas e emocionais como esta anterior. Sendo assim, algumas das manifestações emocionais discutidas a seguir têm da mesma forma, sintomas físicos incluídos.

Reações Emocionais

As manifestações emocionais foram as mais diversas. Desde sinais claros de reação aguda a estresse até sintomas mais tardios típicos de estresse pós-traumático. Além disso, a descrição de cada um dos participantes acerca de sua sensação e pensamento no instante da passagem do tornado revelou dados bastante interessantes.

Todos os participantes, salvo Dona Pena e Dona Café, referiram ao pensamento e sensação intensos de morte.

Eu achei que nós ia morrer também, mas eu tinha que dar coragem pra ele...eu só peguei no reflexo ele e encostei a cabeça dele em mim... (Seu Estacionamento, G1).

Eu só pensei: eu tô morto. Só pensei eu tô morto. Não tem tempo nem de pensar, mas eu comigo pensei aquilo. (Seu Fumaça, G1).

Eu só pensei assim quando deu aquele fogo que caiu a parede em cima de mim: agora temo morto. Vai ser hoje, é agora... (Seu Querido, G1).

Eu também pensei que eu tinha morrido, que tinha né, mas não morri. (Dona Rapidinha, G1).

O que passou pela cabeça foi que nós tamo aqui agarrado os quatro e vamos morrer aqui os quatro. (Dona Primeira, G2).

Eu também achei que nós ia morrer. (Dona Rouquinha, G2).

O que é isso meu Deus, será que nós vamos morrer eu digo... (Dona Simpática, G2).

Relatos de reações de outras pessoas, parentes e amigos, demonstraram da mesma forma tal impressão. Não foram encontrados estudos na área de desastres que abordassem o tema da morte nessa perspectiva. Tal variável é associada aos sintomas psicológicos dos sobreviventes decorrentes da perda de pessoas próximas, mas não investigando as vivências desses sobreviventes em experimentar a iminência da morte como realidade.

Dona Café descreveu uma sensação de coragem, que mostra um outro tipo de reação a uma situação de estresse extremo caracterizado por um estado de completa

mobilização de recursos com vistas à sobrevivência, que alerta mente e corpo se colocando estes em prontidão de ataque ou fuga (Aldwin, 1994). A participante apontou não entender de onde veio a sensação dizendo: *“Mas olha, meu deu uma coragem uma coragem... É como eu disse, me deu aquela coragem assim que eu não sei de onde...”*(G2). Por outro lado, Dona Pena não conseguiu descrever qual o pensamento na hora em razão de sua amnésia dissociativa já referida. Contudo, em seu relato foi possível observar um comportamento quase instintivo de proteção ao filho: *“Quando eu puxei o trinco da porta, o trinco foi e levantou tudo. Daí eu disse pro meu guri: se agarra na perna da mãe. Eu me agachei em cima dele assim e não vi mais nada.”*(G1).

Os sinais do quadro psiquiátrico de reação aguda a estresse se manifestaram através de aspectos como a dissociação. O sintoma de dissociação, incluso nos critérios diagnósticos desse quadro clínico de acordo com o DSM-IV-R (APA, 2003) foi apontado por uma sensação de “se estar a passeio” ou como “se estivesse num sonho”.

...era um filme de terror... (Dona Pena, G1).

...não dava pra acreditar... (Dona Rapidinha, G1).

...parece que ela veio de novo, ela chegou... Da impressão que ela saiu e agora ta voltando, é diferente... (Dona Simpática, G2).

Eu também, a casa da minha sobrinha que era antes, eu assim, parece que ela ta passeando.

(Dona Rouquinha, G2).

A reação de dissociação mais prolongada associada a sinais fisiológicos de torpor e paralisia foi descrito por Dona Primeira tanto no grupo como em sua entrevista individual. Referiu a uma reação de paralisia logo após a passagem do tornado, mantendo-se agarrada ao neto sem conseguir se movimentar. Conseqüente a isso ela fala: *“...me levaram pro sítio né ... eu tava lá, mas eu levei mais de mês pra cair na real que eu não tinha casa...”*(G2).

Sintomas de estresse pós-traumático foram verificados no discurso a partir de referências à *flashbacks*, persistência na revivência do trauma e o próprio comportamento de esquiva constante já destacado como uma categoria dentro das estratégias de *coping*, que serão destacados mais adiante. Esses aspectos corroboram os encontrados na pesquisa qualitativa de Norris et al. (2001) acerca dos sintomas de estresse pós-traumático entre vítimas de desastres. Os critérios mais freqüentes foram sofrimento psicológico relacionado a eventos ($n=14$), hipervigilância ($n=12$), recordações aflitivas recorrentes ($n=10$) e esforço para evitar atividades que ativem lembranças do trauma. Aliado a isto, existe o fato de que o TEPT tem sido o mais estudado e o mais prevalente dos transtornos psiquiátricos verificado entre os sobreviventes, sugerindo que os desastres podem ocupar um papel importante na etiologia das psicopatologias (Cao et al., 2003; Sharan et al., 1996; Wang et al., 2000). As falas dos participantes refletem da melhor forma esses sinais.

...Sabe aquela luz do corpo de bombeiros, aquela coisa, eu não gosto nem de lembrar aquilo...

(Dona Pena, G1).

Vai chegando aquele dia, aquele mês principalmente né. (Dona Pena, G1).

Até poucos mês atrás ela não parava, não podia ver uma nuvem no céu ou um ventinho, ela se trancava dentro de casa, bem fechadinha... (Seu Querido, G1).

Tanto no G1 quanto no G2 os participantes recordaram o fato de no meio da madrugada ter iniciado um vendaval mais forte. Este ocorrido surtiu efeitos na possibilidade de reviver o trauma conforme o relato de Dona Primeira: “*Quando veio eu digo: pronto agora é que nós vamos de vez.*”(G2). Tal possibilidade até hoje quando retorna através de ventos mais fortes ou clima de temporal manifesta pânico e sensação de reviver o desastre pela maioria dos participantes. Estudos longitudinais (Bland et al., 1996; Wang et al., 2000) confirmam tais dados, revelando que os sinais podem ainda se manifestar anos após o trauma. Wang et al. (2000) mostraram um aumento das taxas de sintomas psiquiátricos de 18,8% (três meses depois) para 24,2% (nove meses depois). Em seu estudo prospectivo com crianças (três, sete e dez meses após) LaGreca et al. (1996) observaram que 30% da amostra persistiu apresentando níveis severos ou muito severos de TEPT mesmo dez meses depois do evento. Tais resultados indicam que vítimas de desastres podem levar algum tempo para demonstrar sintomas psiquiátricos decorrentes do trauma e persistirem com eles anos após o ocorrido. Esse sintoma também foi narrado por outros membros da comunidade e mostrou-se bastante comum nas crianças conforme as conversas informais durante a inserção da pesquisadora.

A gente fica ressabiado, eu tá louco. (Seu Fumaça, G1).

Esses dias umas cinco e meia que pretio e veio de vereda, meu filho se jogou no chão e só gritava: eu vou morrer, eu vou morrer, eu vou morrer. (Dona Pena, G1).

Eu, a minha menina ali, quando vem um temporal ou qualquer coisa... ela tem que dormir com a mãe dela... (Seu Estacionamento, G1).

Eu tinha medo de ficar em casa... Eu ia mandar construir pra cima de novo, mas depois me lembrei... o dia que tiver umas nuvens no céu não subo lá. (Dona Café, G2).

Referências a sintomas de depressão foram descritos por três participantes: Dona Primeira, Dona Pena e Seu Estacionamento. Tal fator se alia aos achados de estudos que apontam a depressão como uma das reações emocionais mais frequentes em comunidades afetadas por desastres (Briere & Elliot, 2000; Figueira, 2004; Sharan et al., 1996). Seu Estacionamento ressalta que as perdas e a persistência em recordar o trauma são alguns dos fatores que contribuem para o estado de depressão.

...de repente, a gente tava bem organizado e ai perdeu tudo. Aquilo que já tava feito com dificuldade, então até a gente esquecer tudo 100% é complicado. Dá um pouquinho de depressão. (Seu Estacionamento, G1).

Dona Pena e Dona Primeira afirmaram estar fazendo tratamento para depressão

durante as entrevistas individuais. As duas relataram sintomas de desânimo, humor deprimido, perda de interesse, vontade de morrer, inapetência e dificuldade no sono, todos típicos de um quadro depressivo de acordo com o CID-10 (OMS, 1993).

Norris et al. (2001) da mesma forma encontraram sintomas de depressão através da análise de conteúdo das expressões de sofrimento que não puderam ser incluídas como critérios do TEPT. Foram definidos quatro agrupamentos compreendendo o 'ataque de nervos', a depressão, o trauma duradouro e as queixas somáticas. Destaca-se que a depressão pode não aparecer de forma clara num primeiro momento de escuta dos indivíduos como os sintomas de TEPT aparecem. Entretanto, em uma avaliação mais aprofundada as referências a sentimentos e reações fisiológicas características de um quadro depressivo tendem a se revelar. O estudo longitudinal de Kaniasty e Norris (1993), que avaliou adultos antes e depois de uma enchente severa, revelou que o estresse causado pelo desastre estava associado com o aumento de sintomas depressivos tanto no nível individual quanto no da comunidade até um ano após o evento.

Sentimentos de perda foram expressos de várias formas, desde a referência às perdas materiais quanto às perdas que dizem respeito à identidade psicológica dos indivíduos e da comunidade. Todos os recursos identificados no modelo de conservação de recursos proposto por Hobfoll (1989,1998) foram atingidos pelo evento estressante do tornado aqui investigado. A comunidade teve perdas de recursos de objetos na medida em que houve uma perda substancial de lares e com estes se perdeu o senso de proteção e segurança. Algumas pessoas perderam seus trabalhos, seu sustento (recursos de condições) e com eles sua identidade laboral, o senso de pertencimento e de produtividade. Todos, de uma forma ou de outra, perderam dinheiro e tempo, recursos de energia que forneceria a chance deles se recuperarem mais rapidamente.

Só que assim ó, como foi uma coisa que estragou muita madeira, pinheiro, árvore, tudo, tem lugares que não adianta nem tentar procurar as coisas, não tem como se acha. (Dona Pena, G1).

Eu quando vi chegou na nossa casa assim e destruiu tudo... O que tinha dentro de casa não sobrou nada. (Seu Querido, G1).

Ah, o que a gente lembra assim que, de repente, a gente tava bem organizado e ai perdeu tudo. (Seu Estacionamento, G1).

É, pra quem tinha tudo, vivia daquilo ali né... (Dona Pena, G1).

A perda da identidade também se revela nos próprios bens materiais pelo seu valor de se reconhecer neles, função simbólica já descrita por Hobfoll (1989) de determinados recursos que auxilia o indivíduo a definir sua identidade. A destruição e perda de seus objetos pessoais são encaradas como a destruição e a perda da própria identidade, de uma referência de identificação. Sendo assim, são recursos terciários por representarem

simbolicamente um valor de identidade e indiretamente de necessidade de sobrevivência. Interpretam-se ainda, estes recursos como de objeto por serem em si presenças físicas no ambiente.

Nem que fosse aquelas coisas velhas que a gente tinha, sempre tava bom...porque tava inteiro.
(Seu Querido, G1).

Eu não sei, porque a casa que eu morava, apesar de ser alugada, era a minha casa. Dona Rouquinha, G2).

Os participantes não se reconhecem nem mesmo em seu ambiente conforme descreveu muito bem Dona Simpática: “*Parece que ali mudou, mudou tudo, não é a mesma cidade.*”(G2). Um exemplo de que na identidade das pessoas também está incluída sua relação e inserção no ambiente é a sua declaração logo após: “*Meu filho quando abriu a porta e enxergou: mãe, mas onde foi parar a Dona Café, a casa dela não ta mais?*”(G2).

A sensação de vazio parece ser a melhor palavra que define e representa a perda psicológica sentida pela comunidade, juntamente com a tristeza produzida por todas essas perdas. Ambos são destacados com clareza por Dona Simpática (G2):

...ficou um vazio né...não tem mais o clube...você abre a janela todo dia...faltou, ficou ali um pedaço né...acho que depois que reconstruir tudo...de repente pode apagar...mas não apaga, não tem quem apague...pode ter ficado uma casa melhor, mas aquela imagem que a gente tinha de antes não vai apagar.

Mas foi horrível, nós ficar sem nada, molhar tudo de vereda em segundos, é coisa mais triste que tem. G2).

Outras reações que representa a perda da busca pela identidade são os pensamentos/comportamentos de busca por familiares e sobreviventes. Estes se destacaram como um dos primeiros atos/pensamentos dos participantes imediatamente após a passagem do tornado. No discurso dos participantes e das outras pessoas que a pesquisadora manteve contato se verificava sempre a afirmação à busca imediata pelos familiares e outros sobreviventes.

Nada, olhei pro lado nada. E o meu marido onde é que tava? Vai saber. Olhei e pedi pro Fanho achar o meu marido né... (Dona Pena, G1).

Eu me lembro, eu não sei quem era, porque tava tudo escuro...a gente escutava só assim: cadê o fulano, já acharam o fulano. (Seu Fumaça, G1).

Eu lembro que depois que eu cai no chão de novo daí eu gritei, eu chamei pra ver se ela tava viva. (Seu Querido, G1).

...o filho da comadre que mora na frente gritou: ta tudo bem ai? Ta e ai? Também, então tem que ver na mãe. Ai ele foi correndo por trás do ônibus pra ir na casa da comadre pra ver se tava tudo bem... (Dona Simpática, G2).

Tal reação foi observada como a primeira manifestação das pessoas de um modo geral, juntamente com o pedir socorro aos outros. Está confirmação veio após o

questionamento da pesquisadora quanto a esta hipótese. Essa reação pode ser compreendida como um recurso de condição, de acordo com Hobfoll (1998), por se configurar em um estado que busca o acesso a outros recursos. Na medida em que se está buscando encontrar um familiar ou sobrevivente procura-se também uma sensação de alívio em paralelo à busca da identidade. Dentro disso, ele adquire valor em si próprio pelo papel de alívio e protetivo que exerce.

Pra ver se achava as pessoas. Ai encontramos a filha do Seu Querido e o namorado. Daí fomos procurar ele e a esposa, daí encontramos e ficamos ali num conhecido nosso. (Dona Rapidinha, G1).

O primeiro que soltou, que apareceu lá não sei de onde veio foi o meu filho, ele perguntou assim: onde é que ta todo mundo, e ele dizia: o pai, e eu: onde é que ta teu pai? (Dona Primeira, G2).

E eu, a única coisa que eu pedia mais era da Dona Primeira, não foi Dona Rouquinha. Mas eu pedia: e a Dona Primeira, e a Dona Primeira. Que a gente mora do lado e vive junto. (Dona Café, G2).

Eu não tentei salvar nada, não vi nada de nada, só a minha filha ligou pros irmãos pra ver se não tinha acontecido alguma coisa e pra dizer que tava tudo bem... (Dona Primeira, G2).

Essa reação que aparece quase como uma resposta instintiva, também foi observada tanto no instante da passagem do tornado como no momento seguinte, conforme descrição de alguns participantes.

...e daí fomos pro quartinho lá todo mundo... Tava ele assim agarrado no pescoço dela. (Dona Primeira, G2).

Então fomos todos ali pra perto deles: eu, meu filho mais velho, o do meio e meu marido. Só que eu me agarrei nele e o meu marido se ajoelhou no chão, entre o banheiro e o meu quarto e ficou ali ajoelhado. (Dona Simpática, G2).

Mas nós se agarramos tudo depois e agradecemos que tamo tudo vivo. (Dona Simpática, G2).

Através de todos esses dados acerca das reações fisiológicas e emocionais dos participantes afetados pelo tornado de Muitos Capões foi possível observar a presença de sintomas de alguns quadros psiquiátricos que corroboram estudos anteriores. Além disso, verificou-se o processo de estresse através dos sentimentos de perda dos recursos propostos por Hobfoll (1989, 1998). Investigações acerca desse tipo de sintomatologia como decorrentes da exposição a desastres têm sido largamente exploradas e apontam, segundo Armenian et al. (2000), que a morbidade psiquiátrica está entre os aspectos mais preocupantes em termos de saúde pública.

Reações do Contexto Social

Esta categoria foi incluída com o objetivo de ressaltar um fato descrito pelas participantes do G2 que pode ser entendido como uma reação comum de um contexto de desastre. Tal fato diz respeito ao comportamento de saqueadores que se aproveitam da

situação de desorganização do ambiente decorrente do evento. Decidiu-se incluir a reação como uma categoria a parte por alguns aspectos: a polaridade nos comportamentos de suporte social e ao mesmo tempo de invasão de outros membros da comunidade com uma intenção de deterioração; e, a não identificação desse tipo de reação em estudos anteriores. Conforme as participantes narraram, vários foram os episódios de saques feitos nas casas atingidas que ficaram desabitadas enquanto a comunidade se organizava para a reconstrução do que havia sido destruído.

E não dava pra deixar a casa sozinha, porque vinham as pessoas e pegavam. (Dona Simpática, G2).

Lá em casa levaram muita coisa... Eu fui procurar os meus documentos e tinha 50 reais junto e não achei. Depois deixaram na brigada os documentos. (Dona Rouquinha, G2).

Elas demonstraram novamente um sentimento de perda diante da situação, expressando uma impotência em relação à vontade de proteger e cuidar do que era seu. A auto-estima e o senso de vulnerabilidade entendidas por Hobfoll (1998) como recursos pessoais são aqui potencialmente abalados.

Lá também, não tinha como...a casa toda aberta, se desse eu colocava uma lona e ficava lá, mas não dava. Não tinha porta mais. (Dona Café, G2).

Estratégias de Coping

As estratégias de *coping* foram codificadas, resultando em cinco categorias analíticas: (a) busca por suporte social; (b) resolução de problemas; (c) evitação; (d) apoio na religião; e, (e) busca por significado. Com exceção da categoria apoio na religião todas as outras categorias foram as mesmas encontradas por Ibañez et al. (2004), único estudo encontrado que investigou as estratégias de enfrentamento de vítimas de desastres utilizando a abordagem qualitativa. A categoria de apoio na religião tem sido há algum tempo sugerida como uma nova dimensão do *coping* em função de muitos estudos que revelam a frequência de sua utilização em situações de estresse (Carver, Scheier & Weintraub, 1989, Panzini, 2004).

Busca por Suporte Social

Há algumas décadas atrás, estudos científicos não consideravam a existência de uma relação entre eventos estressores e suporte social. Observações posteriores indicaram que situações estressantes proporcionavam mudanças significativas nesse tipo de comportamento, podendo tanto aumentá-lo quanto diminuí-lo. Relações positivas entre as duas variáveis tendem a proteger os indivíduos de experiencarem efeitos negativos do estressor, caracterizando o modelo de mobilização de suporte. Por outro lado, eventos que evocam confusão, mecanismos de defesa ou prejuízos são estressores frequentemente

inibidores de comportamentos pró-sociais. Além disso, situações como quadros patológicos crônicos representam uma ameaça clara à eficácia do suporte social. Estressores ambientais e sociais como poluição sonora e violência urbana produzem conflitos interpessoais que afetam a disposição das pessoas nas transações de ajuda. Este entendimento resultou no modelo de deterioração do suporte social, o qual pressupõe que o estressor induz a erosão do suporte social, situação que afeta diretamente o impacto do evento no bem-estar da pessoa. (Kaniasty & Norris, 1993).

Ao considerar o suporte social, conforme Hobfoll (1998) como um meio de obter, conservar e proteger os recursos valorizados pelos indivíduos, quando este não desempenha tal papel, torna-se mais difícil a recuperação desses recursos. Assim pode ser percebida uma situação de desastre natural, de acordo com Kaniasty e Norris (1993), na qual as pessoas atingidas necessitam de todo o tipo de suporte social que existe em razão da característica multifacetada do impacto de um evento como este. Estes autores preconizam que os desastres naturais têm a capacidade de exaurir o suporte social. Embora os desastres tendam a mobilizar suporte imediatamente após o seu choque, observa-se que, da mesma forma, a necessidade tende a exceder a eficiência do suporte disponível. Sendo assim, para eles o desastre natural é um bom exemplo de evento que ao longo do tempo se modifica de um alto catalisador de ajuda espontânea até um fatigador em longo prazo dos recursos suportivos da comunidade atingida. Seus estudos empíricos com vítimas de enchentes corroboraram com suas hipóteses na medida em que encontraram relação entre as perdas pessoais e a destruição da comunidade com a percepção dos indivíduos mais velhos da ocorrência de declínio do apoio social três a seis meses após o desastre.

Essa perspectiva não foi observada com esta objetividade na comunidade investigada neste estudo. Entretanto, alguns indícios semelhantes de deterioração do suporte social entre as pessoas puderam ser verificados em conversas informais. As verbalizações revelaram uma percepção que ocorreu no período posterior ao tornado, de que muitos estavam interessados somente nos donativos e não na ajuda como um todo, o que provocou indignação e desprezo por parte dos benfeitores fazendo com que estes deixassem de se interessar em auxiliar ao longo do tempo. Curiosamente, tal dado não se fez presente em nenhum momento nos grupos, o que talvez possa ser interpretado como a influência da variável de deseabilidade social por parte dos participantes. Outro aspecto pelo qual não foi possível observar esse mecanismo inibidor do suporte foi o próprio contexto do desastre. Apesar do município não ter sido capaz de arcar com toda a resposta ao tornado, excedendo seus recursos internos, o evento não alcançou uma magnitude tão ampla nem o tempo de exposição a ele foi tão extenso para que esse processo ocorresse

mais claramente. Desastres como o furacão Katrina (http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2005/09/050912_katrinacosts.shtml.)

devastaram cidades inteiras, caracterizando até mesmo estado de calamidade pública, o que gera uma situação confusa e extremamente caótica que, de verdade tornam-se potenciais depredadores da capacidade de suporte social entre as pessoas.

Em uma visão mais positiva da relação do desastre com o suporte social a busca por este foi, juntamente com o apoio na religião, a estratégia de *coping* mais vezes identificada no discurso dos participantes. Esta percepção assemelha-se a encontrada no estudo de Ibañez et al. (2004) que sugerem a busca por suporte uma estratégia universal entre vítimas de desastres. Todos os participantes, sem exceção, referiram-se ao apoio social como uma estratégia de enfrentamento da situação de crise.

Olhei e pedi pro Fanho achar o meu marido né. Ai ele disse: então eu vou levar vocês lá no Seu Estacionamento, que até então o povo ainda tava disperso, chovia, mas ainda tinha um quarto que dava pra gente ajeitar as crianças né. (Dona Pena, G1).

A ajuda da prefeita também foi... (Seu Estacionamento, G1).

É, já bateu dali a pouco começou a chegar todo o pessoal da defesa, do aeroporto, dos bombeiros. (Seu Fumaça, G1).

...o Fulano e a esposa emprestaram a casa e cuidaram da gente, quando nós voltamos do hospital. (Seu Querido, G1).

É, escutaram pelo rádio e que ajudaram a gente. (Dona Rapidinha, G1).

Outra explicação que Ibañez et al. (2004) apresentam reside no fato de que as interações com outros que estão experienciando o desastre ou que provêm ajuda é, em todos os eventos adversos, inevitável. Além disso, os autores ainda salientam que os sobreviventes fatalmente dependem dos sistemas de suporte como as famílias, amigos e vizinhança.

A busca por suporte social tem sido concebida como uma estratégia de *coping* enquanto categoria há algumas décadas. Nos estudos mais antigos os pesquisadores ainda diferenciavam a busca por suporte social instrumental da busca por suporte social emocional, apesar de afirmarem que ambos ocorriam simultaneamente (Carver, Scheier & Weintraub, 1989). Atualmente, a procura por suporte social tem sido incluída na maioria das escalas de avaliação de *coping* como uma dimensão única. Essa categoria analítica foi relacionada ao tipo de estratégia de *coping* focada socialmente e classificada, conforme modelo de Hobfoll (1998), como tendo característica ativa, pró-social e direta. No estudo de Ibañez et al. (2004) esta envolvia busca ativa de suporte através da expressão das emoções e das necessidades do momento para outras pessoas ou do próprio provimento de suporte, corroborando com os dados encontrados na presente pesquisa como pode ser verificado nas falas abaixo.

Daí nós começamos a ligar, ligamo pra nora, pra essa aqui, contemos pra ela o que tinha acontecido, ai pedimos socorro pros cunhado. (Dona Simpática, G2).

... até que vieram tirar nós dali... (Dona Rouquinha, G2).

É, nós ligava de vereda pra um bocado de sobrinho, minhas irmãs... (Dona Primeira, G2).

...o Seu Estacionamento veio nos buscar pra nos levar prum vizinho... (Dona Café, G2).

O suporte social é reconhecido pelos participantes também através do sentimento de gratidão. Este vem sendo teorizado e debatido em termos psicológicos há mais de 200 anos. Atualmente, da integração de todas as revisões teóricas decorreu a concepção de que a gratidão seja entendida como um afeto moral. Tal proposição não remete a que as emoções e expressões de gratidão sejam em si morais, mas que a gratidão resulta e estimula o comportamento moral no momento em que este é motivado a considerar o outro. McCollough, Kilpatrick, Emmons, e Larson (2001), os autores que propõem esse ponto de vista, remetem a gratidão analogamente a outras emoções morais como a empatia e a culpa justamente pela especificidade das funções desses construtos no domínio moral. A empatia pode motivar o comportamento pró-social em razão de, através dela, a pessoa identificar-se com as necessidades dos outros, enquanto a culpa pode gerar ações reparadoras do indivíduo quando este percebe que causou dano ao interesse de outro. Já a gratidão opera na situação em que as pessoas são o recipiente do comportamento pró-social. Esta idéia vem ao encontro dos resultados apresentados na medida em que o sentimento de gratidão é expresso pelos participantes em consequência do comportamento pró-social de outras pessoas. O aspecto da ação pró-social descrita pelos autores coaduna-se da mesma forma, com a noção da dimensão pró-social do *coping* proposta por Hobfoll (1998).

O sentimento de gratidão aparece direcionado a Deus nesta fala, porém diz respeito aos comportamentos pró-sociais da comunidade e de outras cidades ao redor. Nesse sentido, a gratidão mostra-se combinada com a busca por suporte social em um sentido mais amplo.

...tem que agradecer a Deus de ter a ajuda de toda a comunidade, dos municípios vizinhos que ajudaram tudo né... (Dona Primeira, G2).

As três funções moralmente relevantes da gratidão são definidas por McCollough et al. (2001) como: (a) barômetro moral; (b) reforço moral; e (c) motivação moral. Na primeira a gratidão serve como um sinalizador de mudança nas relações sociais que promove o bem-estar dos envolvidos. A segunda diz respeito à expressão de gratidão por um ato pró-social funcionar como um reforçador para que novos comportamentos desse tipo ocorram no futuro. Por último, a motivação moral exerce um estímulo à reciprocidade de atos pró-sociais, estando provavelmente por trás de expressões de altruísmo. É nessa

perspectiva que o *coping* pró-social exposto por Hobfoll (1998) integra-se à gratidão, quando envolve ações adaptativas como cuidar e/ou buscar cuidados de outros ou comportar-se positivamente nas interações sociais. A gratidão é experienciada, segundo McCollough et al. (2001), exatamente nos momentos em que o indivíduo percebe que outros agem com o objetivo de promover o seu bem-estar. É por isso que o barômetro moral demonstra a generosidade em resposta à ação do outro; que a gratidão enquanto estimuladora, motiva seus beneficiários a engajarem-se em atos pró-sociais; e, que quando expressa a estes, motiva-os a posicionarem-se mais pró-sociais no futuro.

Resolução de Problemas

A propriedade elementar da estratégia de resolução de problemas é o esforço ativo direcionado na busca da solução de um problema envolvendo processos de tomada de decisão, planejamento e generalizadamente cuidar de uma situação. Entretanto, ela aparece combinada com outras estratégias, sendo descrita por alguns autores como incluindo exercício de cuidado e negociação expressos por tentar modificar a mente de outra pessoa, retirar algo de positivo da situação e barganhar (Ibañez et al., 2004; Skaggs & Barron, 2006). Observa-se assim que a resolução de problemas alia-se a busca por suporte social e de significado, demonstrando que sua utilidade não se limita a solução prática da situação propriamente dita.

Essas combinações proporcionam outros resultados que envolvem o alívio de sintomas emocionais, como referido por Endler, Parker e Summerfeldt (1998) na medida em que ressaltam a associação positiva entre estratégias de *coping* orientadas para a tarefa e variáveis relacionadas com a saúde como o sofrimento psicológico. As estratégias focadas no problema, nas quais também pode ser incluída a resolução de problemas, são destacadas por Aldwin (1993) como fatores críticos na adaptação ao trauma. Solomon et al. (1988) encontraram menores taxas de estresse pós-traumático entre soldados de guerra que associaram a estratégia de resolução de problemas com a percepção de suporte social. Contudo, em situações traumáticas percebidas como incontroláveis e desprovidas de possibilidades de mudanças, especialmente destacados os desastres tecnológicos, a resolução de problemas relaciona-se com níveis maiores de sofrimento, justamente pelo sentimento de frustração gerado (Aldwin, 1993).

Esta categoria, como o esperado, também foi bastante encontrada no discurso dos participantes. Ela é interpretada como contendo as mesmas dimensões da categoria anterior (ativa, pró-social e direta) pelo modelo de Hobfoll (1998), porém focada no problema. No estudo de Ibañez et al. (2004) a resolução de problemas foi mencionada pelos participantes através das ações que lidavam com perdas de recursos tangíveis como comida. Além disso,

os autores atentaram para a presença freqüente da expressão “nós” como significando a importância da resolução de problemas da comunidade em detrimento das necessidades individuais.

Nas citações dos participantes desta investigação mostra-se presente, da mesma forma, o enfrentamento com recursos físicos como obras, energia elétrica e pertences pessoais. O pronome plural “nós” também aparece, demonstrando a característica coletiva da estratégia.

Num primeiro momento foi meio crítico, foi meio improvisado né... Mas depois foi indo, as obras... (Seu Estacionamento, G1).

Daí que começaram a trazer bateria, farolete, porque era a única maneira, porque todo mundo ficou sem luz. (Dona Pena, G1).

Nós colocamos tudo nas sacolas e amarramos e botamos em cima da estante. (Dona Simpática, G2).

Então todo dia ele vinha me trazer aqui pra juntar as minhas coisas num carrinho e levar. Eu tava vendo uma casa pra mim morar enquanto faziam a minha. (Dona Rouquinha, G2).

Esses recursos remetem aos recursos de objeto descritos por Hobfoll (1998) que são inevitavelmente dizimados por eventos traumáticos do tipo desastres, sejam eles naturais, tecnológicos ou provenientes de conflitos sociais. Sendo assim, o resgate desses recursos necessita fatalmente da resolução de problemas, o que sugere que esse tipo de estratégia de *coping* seja, da mesma forma que o suporte social, uma estratégia universal no campo dos desastres.

O depoimento do Major demonstra, através da descrição dos passos realizados por eles logo após a notificação do evento, como essa estratégia se torna imperativa na prática. Tal descrição é, também, um exemplo claro do atributo particular de esforço ativo que qualifica a resolução de problemas, demonstrando exemplos de tomadas de decisão, planejamento e, de uma forma geral, o cuidar de uma determinada situação.

De pronto eu procurei uma sala onde pudesse me estabelecer e coordenar as ações...encontrei uma sala onde tinha um mapa...passamos a nos situar...em conjunto com a Prefeita decidimos montar uma equipe para o levantamento dos danos...especialmente num primeiro momento na área da saúde para saber das vítimas... (Major, 20.12.06).

Na maioria das vezes a resolução dos problemas vinha acompanhada da estratégia de apoio social, revelando um tipo de suporte instrumental conforme classificação de estudos anteriores (Carver et al., 1989). Os dois exemplos a seguir demonstram essa característica.

Não foi preciso nem arranjar um lugar pra abrigar todas as famílias, acabaram tudo indo pra casa de um e outro...E a Prefeita mesmo, a ajuda da Prefeita que dizia: eu te levo, pra onde tu quer ir, tu tem pra onde ir, se tu não tem a gente arranja. (Dona Pena, G1).

Tocou o celular e ela perguntou: Dona Primeira o que tu precisa ai? Eu disse: aqui, agora, precisa tudo. Daí eles vieram de vereda né, trouxeram lona, colchão... (Dona Primeira, G2).

A estratégia de resolução de problemas foi referida por uma participante como sendo necessária até hoje. Isto porque a reconstrução e o restabelecimento da estrutura familiar dependem de muito trabalho.

Eu acho assim, é brabo né, mas fazer o que, tamo com um monte de gasto e temo que trabalhar pra pagar as dívidas, seguir em frente né.... o primeiro ano que nós passamos por conta...perdemos tudo...nós tava de aluguel...e agora nós tava com a nossa casa, a dos filhos e o galpão. Mas ele disse: não tem por onde, Deus é maior e nós vamos construir tudo de novo. (Dona Primeira, G2).

Sendo assim, pode-se verificar que quanto maiores as perdas de recursos físicos, maiores serão as necessidades básicas atingidas pela destruição e mais imperativo será o uso da resolução de problemas. Tal estratégia é utilizada ativamente desde o momento de resposta ao desastre e se estende até a etapa de reconstrução, que é variável quanto a sua duração (Ibañez et al., 2004). Na comunidade de Muitos Capões, apesar das reconstruções das casas terem sido concluídas em um período relativamente curto esse estágio não se deu por finalizado. Isto faz com que a população tenha que lançar mão de esforços ativos em relação aos recursos ainda não recuperados. Entre eles verificam-se obras públicas, reparos nas residências atingidas e até mesmo a atividade laboral de alguns participantes. Este último recurso coaduna-se com os dados encontrados por Ibañez et al. (2004) no relato dos seus participantes que montaram um plano de reinserção das pessoas desempregadas no mercado de trabalho de forma rápida.

Evitação

A literatura (Compas, Banez, Malcarne & Worsham, 1991; Gamble, 1994) atenta para o fato de que eventos incontrolláveis, como é o caso deste desastre natural, geram maiores frequências de estratégias de evitação. Ela é considerada um tipo de resposta ao trauma intrinsecamente relacionada a situações de desastres que invocam evitações cognitivas, afetivas, comportamentais e psicológicas (Carlson & Dalenberg, 2000). Em todas, as referências à sua utilização foram feitas de forma clara e afirmativa, mesmo aquelas relatadas nas situações informais. A estratégia de evitação foi apontada por quase metade dos participantes como um recurso para o enfrentamento da situação de trauma.

...eu não gosto nem de lembrar aquilo... (Dona Pena, G1).

Eu tento disfarça com outra coisa. Tento me distrair. (Seu Estacionamento, G1).

A gente não pode nem falar, né...É de esquecer do que passou. (Dona Rouquinha, G2).

...eu até prefiro até esquecer...não tem como, mas a gente tem que tentar né. (Dona Primeira, G2).

Nota-se que os discursos descrevem a utilização dessa estratégia no presente, para o enfrentamento das lembranças e emoções acompanhadas delas. Do mesmo modo, Dell’Aglío (2000) encontrou a categoria evitação/distração como sendo utilizada pela sua amostra para enfrentar a emoção desencadeada pelo evento relatado. Na avaliação da ação efetiva diante do evento estressante, a autora observou menos respostas para essa categoria. Esta diferença parece explicar o porquê de não se ter verificado indicações de emprego da evitação ou distração como estratégia de *coping* no momento do tornado ou logo após sua ocorrência. Da mesma forma, no estudo de Ibañez et al. (2004), as referências ao uso dessa tática foram dirigidas às rememorações, aos sentimentos, às discussões relacionadas ao assunto. Por outro lado, os autores consideram reações de entorpecimento e dissociação imediatas ao trauma como uma forma de evitação quando entendidas como resultado do esforço em manter a informação traumática inconsciente. Este tipo de dado foi encontrado ao mesmo tempo entre os participantes e discutido na categoria de reações ao desastre.

Nesse sentido, a classificação dessa estratégia por Hobfoll (1998) como focada na emoção parece confirmar os achados acima. Para ele a evitação abarca esforços de recusa em lidar com o problema por meio de distração pessoal, racionalização, distanciamento e até mesmo abuso de substâncias. As estratégias de *coping* envolvidas nesse agrupamento são caracterizadas como passivas, anti-sociais e indiretas, orientando para um tipo de enfrentamento não adaptativo.

A distração propriamente dita apareceu para Ibañez et al. (2004) mais aplicada nas relações sociais, na medida em que os respondentes a utilizaram para ajudar outros a não pensar no evento. Na presente pesquisa, esse tipo de enfrentamento não foi diretamente descrito nos grupos, porém apareceu nas entrevistas individuais de Dona Pena, Dona Primeira e Seu Estacionamento e em conversas informais com outros habitantes. Todos relataram utilizar a distração, principalmente com as crianças como forma de auxiliá-las a cessar seus recorrentes pensamentos sobre o trauma. Os autores sugerem que, diferentemente do que propôs Hobfoll, a evitação/distração ao invés de ser uma estratégia inteiramente anti-social, se configura também em uma estratégia comunitária de característica pró-social. Losoya, Eisenberg e Fabes (1998) igualmente afirmam que o *coping* evitativo pode ser relacionado com um comportamento social adequado e destacam que é mais utilizado à medida que aumenta a idade. Dessa forma a estratégia de evitação ou distração pode ser concebida como uma maneira construtiva de lidar com o evento traumático, afastando-se do problema e engajando-se em uma outra atividade, prevenindo que a situação de conflito se agrave.

Apoio na Religião

Um número cada vez maior de estudos tem referido a espiritualidade/religiosidade vinculada ao bem-estar psicológico das pessoas. Atualmente, o *coping* religioso tem sido foco de muitas pesquisas e compreende o uso de crenças e comportamentos religiosos para facilitar a solução de problemas e prevenir ou aliviar as conseqüências emocionais negativas de situações estressantes. Ele tem sido relacionado com resultados de saúde mental de uma ampla gama de eventos de vida críticos tais como doenças graves e traumas (Pargament, Smith, Koenig & Perez, 1998; Pargament, Tarakeshwar, Ellison & Wulff., 2001; Schiff, 2006).

A religião pode oferecer uma variedade de estratégias ou do que os autores também chamam de métodos de *coping* religioso que cobrem uma variedade de comportamentos, cognições, emoções e relações conforme Tabela 2 adaptada por Panzini (2004) de Pargament, Smith et al. (1998) e Pargament, Tarakeshwar et al. (2001).

Tabela 2

Método de Coping Religioso

Métodos Positivos	Descrição
Reavaliação religiosa benevolente	Redefinir o estressor através da religião como benevolente e potencialmente benéfico.
<i>Coping</i> religioso colaborativo	Tentar controlar e resolver os problemas em parceria com Deus.
Foco religioso	Buscar alívio da situação estressante focando-se na
Conexão espiritual	Busca de conexão com forças transcendentais.
Ajuda através da religião	Esforço para prover conforto e suporte espiritual a outros.
Apoio espiritual	Procurar por conforto e segurança renovada através do amor e do cuidado de Deus.
Apoio de membros e/ou freqüentadores da instituição religiosa	Procurar por conforto e renovação da confiança através do amor e cuidado dos membros e freqüentadores da instituição religiosa.
Perdão religioso	Buscar ajuda na religião para mudar os sentimentos de raiva, mágoa e medo associados a uma ofensa para a paz.
Métodos Negativos	Descrição
Reavaliação de Deus como punitivo	Redefinir o estressor como punição divina aos pecados individuais.
Reavaliação demoníaca ou malévola	Redefinir o estressor como fenômenos do mal ou atos do demônio.
Reavaliação dos poderes de Deus	Redfinir os poderes de Deus para influenciar a situação estressante.
<i>Coping</i> religioso	Esperar passivamente que Deus resolva os problemas.
Descontentamento	Expressão de confusão e descontentamento com Deus.
Descontentamento religioso interpessoal	Expressão de confusão e descontentamento com membros e freqüentadores da instituição religiosa.
Intervenção divina	Súplica por intervenção divina direta.

Estes não aparecem meramente como defensivos, passivos, focados na emoção ou formas de negação. Eles cobrem uma grande variedade de comportamentos, emoções, pensamentos e relações, desempenhando papel importante no enfrentamento de períodos de estresse. Ao considerar o *coping* religioso como um construto multidimensional entende-se que, normalmente, os métodos de *coping* religioso não são utilizados sozinhos. Na maioria das vezes eles são aplicados em combinação, mostrando-se interrelacionados através de dois padrões já comentados: o positivo e o negativo. Investigações científicas sugerem que o padrão positivo tem correlação com baixos níveis de sofrimento psicológico

e com o auto-relato de maior crescimento pessoal. Já o padrão negativo é associado com altos níveis de depressão, baixa qualidade de vida, mais sintomas que denotam sofrimento mental e uma maneira “dura” em lidar com os outros (Pargament, Tarakeshwar et al., 2001; Pargament, Smith et al., 1998).

Pargament, Smith et al. (1998) hipotetizaram em seu estudo dois grandes padrões de relação dos métodos de *coping* religioso: o positivo e o negativo. O padrão positivo de *coping* religioso inclui uma relação segura com Deus, uma crença de que existe um bom significado para a vida a ser encontrado e um senso de conexão espiritual com os outros. No pólo oposto está o padrão negativo que se expressa por uma menor relação de segurança com Deus, uma visão pessimista e agourenta do mundo e uma luta religiosa na busca e na conservação de um significado para a existência humana (Pargament, Smith et al., 1998; Pargament, Tarakeshwar et al., 2001).

A categoria apoio na religião foi assinalada no meio do discurso da maioria dos participantes, mesmo que fosse através de uma única frase: “*Mas graças a Deus, estamos vivo*”(Seu Estacionamento, G1). Da mesma forma, sua referência foi encontrada entre as outras pessoas com quem a pesquisadora manteve contatos informais.

Pedidos de proteção e rezas quase automáticas segundos antes do tornado foram relatados. Tais discursos denotam os métodos de *coping* religioso destacados por Panzini (2004) do tipo intervenção divina e conexão espiritual. No primeiro aparece a súplica por uma ação direta da divindade de que salve os mais próximos, enquanto no segundo predomina a busca por uma conexão com as forças transcendentais durante a passagem do tornado como se esse ato fosse cessar o que estava ocorrendo.

Jesus, que passa na idéia da gente né, naquela hora. Digo: Jesus não me mata eu, minha mulher e meus vizinho. E eu não vi mais nada. Foi só o que deu pra dizer. (Seu Querido, G1).

E depois começou a dar uns raio, relâmpago, e nós um pouco rezava, um pouco chorava.

Daquele jeito a gente tava. (Dona Café, G2).

O tipo de posicionamento delegante que é verbalizado por Dona Primeira revela uma espera passiva para que Deus resolva o problema através da entrega da situação em suas mãos: “*Dali a pouco, paulada, meu Deus do céu, daí eu pensei: só com Deus agora, ponho na mão de Deus.*”(G2). Neste observa-se o uso de um método de padrão negativo, do qual se pode hipotetizar como sendo um dos fatores que contribuiu para que a participante tenha desenvolvido um quadro de reação ao desastre inicialmente de dissociação severa e, posteriormente de depressão. Sua conduta defensiva e desconfiada no início do primeiro contato com a pesquisadora, bem como seu posicionamento “frio” em lidar com os outros também corrobora com os dados de Pargament, Smith et al. (1998) que

encontraram menos colaboração dos participantes que utilizavam mais métodos de *coping* religioso negativo nas entrevistas e uma atitude “dura” na relação com outros.

A sensação de fé era tão intensa que as pessoas chegaram a permanecer paradas rezando logo após o evento ao invés de se movimentar na direção de outra ação de enfrentamento, revelando novamente a presença do *coping* religioso delegante. Crenças de que o poder de Deus poupou objetos e pessoas também são exemplos desta confiança muitas vezes inquestionável e que caracteriza a reavaliação religiosa benevolente. Nesta o tornado é redefinido através da religião como benevolente, tendo poupado certos objetos e a vida propriamente dita de todos (Panzini, 2004).

Mas eu me alembro que nós ficamos no quartinho lá só rezando... (Dona Rouquinha, G2).
...e aquela Santa ali, não quebrou nada. O coração de Jesus também, caiu em cima da pedra e não quebrou nada. O prato da Madre Paulina também caiu lá de cima da mesa que tinha lá em cima...eu nem lembrava...não sei aonde caiu, nem quem achou...só sei que não aconteceu nada com aquele prato. (Dona Café, G2).

A gratidão aparece novamente no discurso dos participantes, agora atribuída a Deus através do uso da estratégia de reavaliação religiosa benevolente (Panzini, 2004). Neste caso, a gratidão é orientada para a reavaliação de uma ajuda positiva de forças não-humanas, as quais contribuíram para o bem-estar do indivíduo. Pessoas gratas tendem a inclinar-se à espiritualidade, como confirmado nos resultados do estudo de McCullough, Emmons e Tsang (2002). Eles justificam tal hipótese através de alguns aspectos. O primeiro deles afirma que muitas das religiões pelo mundo recomendam a gratidão como uma característica humana desejável o que faz com que sujeitos espiritualizados e religiosos adotem um olhar e uma postura de ser grato perante a vida. O segundo fala de se deparar com um resultado positivo que não pode ser atribuído a um esforço humano intencional, no qual indivíduos com inclinações espirituais têm a possibilidade de manter a alternativa de atribuir o fenômeno positivo a um agente não-humano, experienciando ainda mais gratidão. Estes mesmos indivíduos, em seu terceiro aspecto, tendem a atribuir a intervenção divina de Deus aos resultados positivos, mas não aos avaliados como negativos. Isto decorre no fato de que muitos eventos de vida positivos que não são devidos às ações de outra pessoa podem ser percebidos como ocasiões para se ser grato a Deus, embora eventos negativos provavelmente não o fossem. Dessa forma, os autores concluíram que pessoas inclinadas à espiritualidade têm mais forte disponibilidade em experienciar a gratidão do que pessoas que não compartilham do senso de religiosidade. É nesse sentido que se pode sugerir que a espiritualidade/religiosidade tende a facilitar sentimentos de gratidão.

A gratidão a Deus também é apontada pelos autores como sendo uma estratégia de *coping* comum para lidar com eventos de estresse agudo ou crônico, talvez como uma forma análoga a “achar o lado bom” da situação. Eles ainda apontam que experiências de gratidão podem estar relacionadas a melhoras no controle de sintomas cardíacos e em aspectos gerais de saúde (McCullough et al., 2002). Entre os participantes, verbalizações de agradecimento a Deus pela vida e saúde são registradas até hoje nos momentos em que o assunto é abordado.

...porque graças a Deus o que eu agradeço é que sobraram a minha família... (Dona Rapidinha, G1).

E eu ergui as mãos pro céu e agradei a Deus por nós ta toda família viva e bem e toda a comunidade também. (Dona Primeira, G2).

Porque, claro, graças a Deus a gente tem umas casa boa, temo nossa casinha montada. (Dona Pena, G1).

Os pedidos por proteção começam a ser referidos como enfrentamentos para situações nas quais os participantes sentem-se novamente ameaçados. Estes pedidos denotam um tipo de *coping* religioso colaborativo, no qual se tenta controlar a condição estressante em parceria com Deus (Panzini, 2004).

Eu só penso em Deus e que não vai acontecer, tem que ter fé em Deus. (Dona Pena, G1).

Eu só penso em Deus e em Nosso Senhor Jesus Cristo e na Santa Bárbara, que ta lá em casa na chave do portão que eu tava na mão naquele dia. (Seu Fumaça, G1).

De uma forma geral, os métodos de *coping* mais utilizados foram os de padrão positivo. Tal dado confirma os achados de Pargament, Tarakeshwar et al. (2001) e Pargament, Smith et al. (1998) que encontraram uma maior utilização de métodos positivos do que negativos no estudo de suas amostras. Mais frequentemente, as pessoas desenham um quadro de abordagem religiosa que reflete uma relação segura com Deus, um senso de espiritualidade e uma visão de mundo digna de confiança. Esta relação proporciona menos sintomas de sofrimento mental, referência a um maior crescimento psicológico e espiritual como resultado da vivência e maiores taxas de cooperação nas entrevistas.

Busca por significado

O significado é descrito por Skaggs e Barron (2006) como central no processo de perseguir uma vida caracterizada como determinada e objetivamente direcionada. Este significado que oferece direção para a vida de um indivíduo pode ser interrompido quando do encontro com um evento estressante (Lazarus & Folkman, 1984). Quando o estressor é avaliado como negativo, como uma doença e até mesmo um evento traumático, a pessoa esforça-se na tentativa de compreender o que está acontecendo com o propósito de recuperar o senso de controle e de reafirmar ou reajustar a direção de sua vida. Aquelas que não conseguem integrar o evento negativo dentro do curso de sua vida têm maior

probabilidade de experimentar sofrimento emocional e de apresentar dificuldades de adaptação (Skaggs & Barron, 2006). É nesse sentido que a busca por significado tem sido caracterizada como uma importante estratégia que colabora como reguladora da emoção e no processo de ajustamento ao trauma (Aldwin, 1993; Fairbank et al., 1991).

Através do estudo da análise conceitual do conceito de significado, Skaggs e Barron (2006) encontraram, em sua revisão, que a literatura o divide em significado global e significado situacional. O significado global, encarado como as percepções significativas da vida de uma pessoa, foi definido como as significações de vida generalizáveis do indivíduo advindas dos seus propósitos, objetivos, valores e crenças sobre o que é importante. A isto se soma um senso de que a vida é compreensível e previsível. O significado situacional foi delimitado como a interpretação pessoal de um evento ou situação percebida como importante ou significativa e que tem um impacto nos seus valores, crenças, compromissos e no senso de ordem da vida. Os autores propuseram um modelo de caso diagramado pela Figura 4 que apresenta a conceitualização do processo de busca por significado a partir de um evento inesperado, significativo e avaliado como negativo. Neste são definidos os antecedentes, os atributos críticos e as conseqüências da busca por significado.

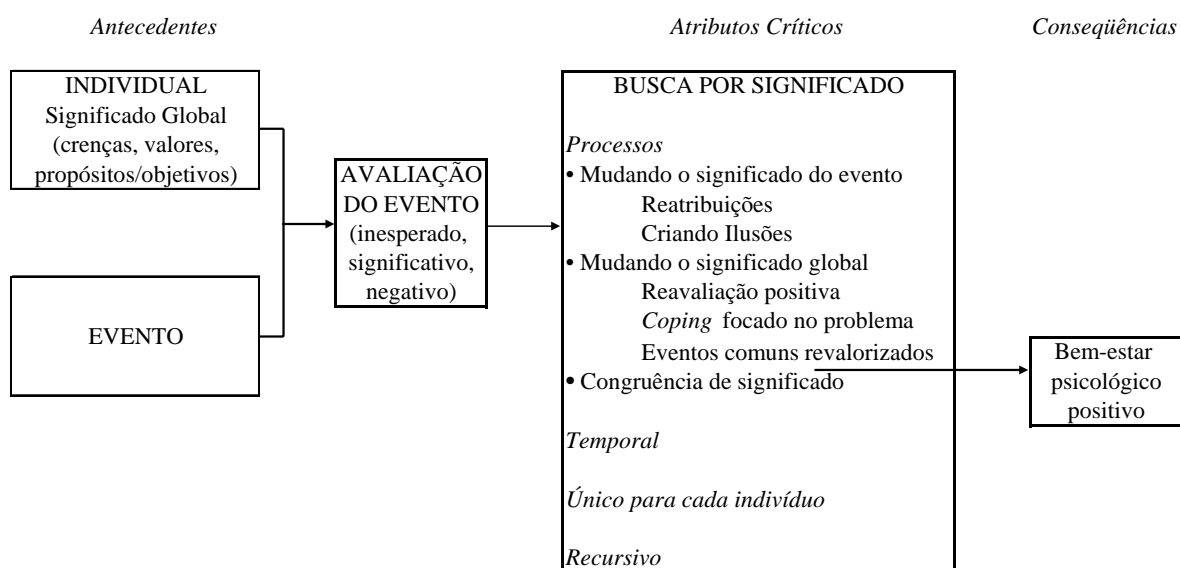


Figura 4. Antecedentes, atributos críticos e conseqüências da busca por significado, de Skaggs e Barron (2006)

O processo inicia no encontro dos antecedentes que são as condições que devem estar presentes *a priori* da presença do conceito. São eles o indivíduo e o evento. O primeiro traz consigo seu significado global, considerado semelhante à noção de esquema de vida que compreende a representação cognitiva particular do seu mundo. As pessoas

encontram significado na vida através das suas criações, experiências e contato com o mundo, mesmo que seja com uma situação ruim que não pode ser modificada. No momento em que o evento ocorre, Lazarus e Folkman (1984) explicam que ocorre simultaneamente a avaliação deste, a qual diz respeito à avaliação do efeito do evento no significado global. A pessoa imediatamente questiona-se de se seu significado global, especialmente os objetivos de compromissos pessoais, está sendo ameaçado ou não. Essa avaliação do evento é descrita por Park e Folkman (1997) como o primeiro componente do significado situacional, no qual ainda se inclui a busca por significado propriamente dita e o significado como resultado.

Os atributos críticos são as características do conceito que podem ser identificadas quando um fenômeno acontece e neste caso são quatro: (a) a busca por significado é um processo; (b) a busca por significado é temporal; (c) a busca por significado é única para cada indivíduo; e, (d) o processo da busca por significado é repetitivo (Skaggs & Barron, 2006). O processo da busca por significado já tinha sido explicado por Lazarus e Folkman (1984) a partir do processo de avaliação cognitiva que categoriza todos os aspectos de um enfrentamento considerando sua significância para o bem-estar. A busca por significado tem a propriedade de mudar ao longo do tempo, dia após dia, hora após hora, dependendo das novas informações, dos eventos subsequentes e das experiências em lidar com o evento de origem conforme Lipowski (1983). A busca por significado não pode ser recebida de outra pessoa, ela é uma experiência pessoal relativa a uma pessoa específica em uma situação específica. E por último, os componentes desse processo podem se sobrepor e a pessoa poderá reiniciá-lo a qualquer momento (Park & Folkman, 1997).

As conseqüências são fenômenos que aparecem como resultado da ocorrência do conceito. Tais conseqüências podem ser positivas quando o significado situacional mostrar-se congruente com o significado global. A experiência de incongruência entre essas duas instâncias remete a conseqüências percebidas como negativas, acarretando dificuldades de adaptação e sofrimento psicológico do indivíduo (Park & Folkman, 1997).

A categoria busca por significado, apesar de estar presente como uma estratégia comum entre pessoas afetadas por situações de desastre, até mesmo como uma reação natural ao trauma, apareceu, em parte, através de um estímulo vindo das perguntas da pesquisadora. Em sua investigação Ibañez et al. (2004) compreenderam que este tipo de estratégia não é contemplado na teoria de Hobfoll, mas emergiu dos próprios dados coletados, como é, igualmente, o caso da presente pesquisa. Outra característica relevante dessa estratégia, conforme os autores, está no fato de que ela não se constitui em uma resposta de *coping* imediata ao desastre, mas que aparece ao longo do tempo.

As primeiras falas foram a respeito do que Skaggs e Barron (2006) descrevem como a busca por significado através da criação de ilusão e da reavaliação positiva. Citações que envolvem pensamentos de otimismo e intenção positiva foram afirmadas por alguns participantes.

Tem que se animar, que nenhum tornado da de novo... (Dona Rapidinha, G1).

Nóis nasceu de novo. Muita gente diz: agora é vida nova. (Seu Querido, G1).

O otimismo busca a mudança do significado do evento com o objetivo de resgatar o senso de eficácia e controle sobre o evento. A criação, em parte, de uma ilusão a partir do otimismo revela a tentativa de acreditar em um futuro melhor. Contudo, o otimismo torna-se irreal quando o futuro é percebido como mais brilhante do que pode realmente ser (Skaggs & Barron, 2006). Nesse caso, não existe a certeza de que um novo evento não possa ocorrer no mesmo local. Sendo assim, a crença em tal teoria remete ao uso da criação de uma ilusão como forma de alívio e conforto e de restabelecimento do controle.

A segunda estratégia na busca por significado é lançada mão, segundo Skaggs e Barron (2006), no momento em que as tentativas de mudança do significado do evento forem insuficientes em retomar a congruência perdida. O foco concentra-se, então, na modificação do significado global diretamente, conduzindo a uma visão positiva do evento. Esse tipo de estratégia é descrito na literatura como sendo de extrema importância no processo de ajustamento ao trauma (Fairbank et al, 1991; Skaggs & Barron, 2006). São três os meios pelos quais se aplica o significado positivo: (a) a reavaliação positiva, que redefini prioridades; (b) o *coping* focado no problema, que estabelece novos objetivos; e, (c) a revalorização de eventos comuns, pela revisão do sistema de crenças (Skaggs & Barron, 2006).

A partir daí surgiram outras formas de discurso que tinham o mesmo objetivo: encontrar um significado, uma explicação para o desastre, assim como uma lição de toda a experiência. A reflexão acerca do material *versus* o estar vivo foi bastante explorada. A valorização da vida torna-se algo extremamente importante após uma vivência de risco intenso que girou em torno de uma sensação de morte iminente. Aparece aqui a mescla dos métodos descritos por Skaggs e Barron (2006) da redefinição de prioridades através da percepção dos benefícios do trauma e a conseqüente avaliação dos objetivos a se seguir, bem como um chamar a atenção para o que se tem de mais simples, fornecendo um significado especial a isto.

...porque não adianta morrer as pessoas e sobrar as coisas. Porque bem material a gente trabalha e constrói, é difícil, mas a gente consegue. (Dona Rapidinha, G1).

Eu acho assim...as pessoas se apegam muito a bens matéria...De repente se esse alguém foi a gente tem que pagar fazer o que. A gente deveria valorizar mais a vida... (Seu Estacionamento, G1).

Não é dinheiro, não é nada. (Seu Querido, G1).

Ela tava muito apavorada com a casa e eu disse: a casa é temporária, você ta viva, o teu filho ai tava chorando. (Seu Estacionamento, G1).

Tais reflexões foram seguidas do debate em torno da vulnerabilidade inerente ao estar vivo e da conclusão de que o se manter vivo é o mais importante que restou entre tantas perdas. Esta característica de pensamento também foi encontrada na pesquisa de Ibañez et al. (2004), na qual os participantes consideraram as perdas em comparação com o que não haviam perdido. As pessoas demonstraram satisfação pelo que tinham em função das perdas de outros da comunidade. Tal conclusão foi relatada por Dona Primeira em sua entrevista individual no momento em que ela expressa que, apesar de ter tido algumas perdas materiais, nada se compara com a perda completa das residências dos outros membros da comunidade. Dessa forma, ela mostra-se consciente de sua condição após o desastre e grata por isto. O fato de não ter havido vítimas fatais foi o que possivelmente fez com que todos os participantes refletissem sobre a vulnerabilidade e o valor da vida como único bem realmente significativo em uma situação de trauma. Este dado foi encontrado, ao mesmo tempo, na comunidade em geral através das conversas informais estabelecidas ao longo da inserção da pesquisadora, confirmando que essa atribuição de significado extremamente valorativa da vida por todos diz respeito a não ter ocorrido nenhuma morte decorrente do evento.

É tudo vulnerável...de repente em 10 segundo, 20 segundos vocês perder a vida, perder tudo e você não é nada. (Seu Estacionamento, G1).

É isso ai, é só a vida, se escapemo, se salvemo com a vida. Não aconteceu nada, graças a Deus, não aconteceu nada, mas era pra ter acontecido. Deus o livre. (Seu Fumaça, G1).

A utilização da espiritualidade também aparece como recurso de significado como já apontado por Ibañez et al. (2004). A própria religião é considerada por Park e Folkman (1997) um exemplo de significado global, na medida em que a religiosidade se constitui em uma orientação filosófica que afeta o entendimento e as crenças do indivíduo sobre o mundo. Uma mistura de idéias de punição de Deus com lições de igualdade entre as pessoas foi registrada em um mesmo discurso. A punição vem através do método de *coping* religioso negativo de reavaliação de Deus como punitivo, no qual o tornado é ressignificado como uma punição divina aos pecados de luxúria (Panzini, 2004). Esses aspectos mostram-se muito próximos das estratégias utilizadas e discutidas na categoria de apoio na religião. Aqui esta pode ser considerada como em combinação com a busca por significado.

Eu penso assim ó: que Deus faz isso pra mostrar as coisas. Porque tem muitas pessoas assim que reclamam...eu tenho tudo né...eu acho que a gente pode ter tudo que tem...mas eu acho que o ser humano é tudo igual...eu penso assim...pra Deus não tem diferença.... Acho que as pessoas tem que ser tudo unido. Tem que ser unido...não tem diferença só porque anda mais bem vestido ou não. (Dona Rapidinha, G1).

...querem progresso a qualquer preço...de repente alguém paga por isso. (Seu Estacionamento, G1).

O que eu falei...que ninguém é mais do que ninguém...rezar muito e ter fé em Deus, porque olha, não é fácil. (Dona Primeira, G1).

Essas idéias contraditórias que vislumbram a dicotomia do físico *versus* o espiritual se seguem na narrativa quando os participantes tentam encontrar uma causa para o evento. Aqui, a atribuição ou reatribuição de uma causa para o tornado remete a busca de mudança do significado do evento em si. É o tipo de atribuição de responsabilidade explicado por Park & Folkman (1997) como o processo de endereçar a alguém ou a algo o encargo do ocorrido.

Nem Deus não manda eu acho. Quem manda é a natureza. (Dona Simpática, G2).

As reatribuições de responsabilidade são baseadas em inúmeros fatores, estando as criadas para eventos negativos implicadas de um freqüente julgamento moral que, muitas vezes, é acompanhado de sentimentos de injustiça e raiva. A confusão na atribuição de uma causa para o evento se mostra clara no discurso dos grupos pela mudança de direcionamento do elemento responsável (Park & Folkman, 1997). O conteúdo conta tanto com julgamentos morais, passando pela explicação mais simples e objetiva e chegando, por último, à estratégia positiva de reavaliação religiosa benevolente. Através desta o grupo redefine o evento a partir da religião para encará-lo como benevolente na medida em que poupou a vida de todos (Panzini, 2004).

A natureza. O que Deus fez foi acudir nós e não deixar morrer ninguém. (Dona Primeira, G2).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou investigar o impacto e as estratégias de *coping* de indivíduos em uma comunidade afetada por um tornado através da Teoria de Conservação de Recursos (Hobfoll, 1989; 1998) e do Modelo Multiaxial de *Coping* (Hobfoll, 1998). A primeira entende que as pessoas se esforçam para obter, conservar e proteger os elementos que valorizam e ainda por promovê-los. Estes elementos são chamados recursos e que configuram por si só a unidade necessária para se entender o estresse. Este é previsível de ocorrer como um resultado de situações que representam: (a) uma ameaça da perda dos recursos; e, (b) a perda verdadeira dos recursos requeridos para sustentar os indivíduos nidificados em famílias inseridas em uma organização social. Além disso, pelo fato de as pessoas investirem na obtenção posterior dos recursos valorizados, o estresse pode ocorrer em uma terceira condição: (c) quando os indivíduos não recebem ganhos razoáveis por eles mesmos ou por seus grupos sociais seguidos de tal investimento, tornando-se isto, por si só, uma perda. O combate a estes eventos estressantes é realizado através das estratégias de *coping* definidas por Hobfoll (1998) como as reações comportamentais e cognitivas que os indivíduos utilizam para preservar seus recursos guardados, investidos e construídos. O processo de *coping* é compreendido pelo autor, em certa medida, diferentemente das outras abordagens (Folkman & Lazarus 1984; Rudolph et al., 1995), que o consideram dentro de uma relação do indivíduo com o ambiente, mas permanecem com a percepção individual do processo. Seu modelo apresenta o ponto de vista do indivíduo no contexto social, o qual é de natureza interdependente do *coping*, já que este é sempre realizado por indivíduos nidificados em famílias inseridas em um cenário social. O pressuposto que sustenta tal modelo é o de que, em qualquer circunstância, as pessoas lidam como pessoas que estão inseridas em alguma forma de configuração familiar e em uma conjunção de membros de algum tipo de tribo que possui certas regras e guias que permeiam seus pensamentos e comportamentos. As pessoas respondem de acordo com as suas identidades sociais e com o seu lugar dentro de uma estrutura social. Nesse sentido, é necessário vincular o *coping* pessoal e social do indivíduo dentro do complexo ecológico do tipo de estressor com o qual ele está lidando.

No caso do enfrentamento de desastres, evento estressor eleito para este estudo e descrito em termos sociológicos como um acontecimento ou uma série deles que alteram o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade, um modelo de *coping* social parece apresentar-se de forma adequada. O desastre se constitui, primeiramente, em um fenômeno social e, portanto, deve ser identificado em termos sociais, bem como os processos

decorrentes dele.

No que diz respeito às estratégias de *coping* identificadas entre os participantes, os dados demonstram que estas são semelhantes às utilizadas por outras populações em outros estudos. A busca por suporte social mostrou-se prevalente, aparecendo no discurso de, praticamente, todos os membros da comunidade com os quais a pesquisadora obteve contato, assim como com as pessoas que integraram as equipes de coordenação e execução do trabalho de resposta ao desastre. Esses resultados sugerem que tal categoria de estratégia pode ser concebida como universal entre sobreviventes de desastres. Esse aspecto configura-se assim provavelmente por dois motivos: os sobreviventes invariavelmente se engajam em interações sociais após o evento que acabam resultando por fim, na maioria das vezes, em algum tipo de apoio social; e, pela inerente necessidade de auxílio imposta pela situação de destruição, injúria e possível risco de vida que um fenômeno deste tipo revela.

Alguns dados corroboram com a importância encontrada na estratégia de suporte social em situações de desastres. Ela tem sido incluída na maioria das escalas de avaliação de *coping*, por demonstrar o importante papel que representa através do apoio de pessoas significativas em situações de estresse (Seidl et al., 2001). Estudos quantitativos na área de desastres têm encontrado forte associação entre a percepção de maior suporte social com a recuperação de quadros de transtorno de estresse pós-traumático (Solomon et al., 1988) enquanto os qualitativos verificam da mesma forma, uma maior prevalência dessa estratégia relatada pelos participantes (Ibañez et al., 2004). É nesse sentido que se torna inquestionável o fato de que para lidar com as ameaças e com as perdas em si, os sobreviventes de desastres necessitam que todo o suporte que lhes possa ser oferecido. Isto se dá em função da natureza multifacetada que o impacto de um desastre exerce em uma sociedade, afetando desde os recursos primários até a própria vida das pessoas.

Por outro lado, Kaniasty e Norris (1993) apontam que, embora os desastres tendam a mobilizar suporte imediatamente após o seu choque, observa-se que a necessidade tende a exceder a eficiência do suporte disponível. Para eles o desastre natural é um bom exemplo de evento que ao longo do tempo muda de um alto catalisador de ajuda espontânea até um fatigador dos recursos que dão suporte à comunidade atingida. Essa hipótese não foi a mais saliente nos dados obtidos entre os participantes deste estudo, entretanto, aspectos como o interesse manifestado somente pelos donativos e não na ajuda como um todo e, a indignação e desprezo provocados nos benfeitores fazendo com que estes deixassem de se interessar em auxiliar ao longo do tempo são narrativas que expõem tal mecanismo de exaustão da estratégia. A variável de desejabilidade social é a

interpretação proposta para explicar o fato desses discursos não terem aparecido em grupo, mas nas conversas informais ao longo da inserção ecológica da pesquisadora. Outra variável pela qual se entende que não é possível observar esse mecanismo de degradação do suporte diz respeito à própria magnitude do desastre. Esta não excedeu os recursos internos do município de tal forma a revelar esse processo claramente. Contudo, independente do contexto e da extensão das demandas, da presença ou não de vítimas fatais e da avaliação dos recursos, o senso de confiar em alguém e a necessidade imposta pelas características dos desastres em geral torna a estratégia de suporte social um elemento, desse processo especificamente, que desempenha função fundamental no enfrentamento do trauma.

O suporte social apareceu, frequentemente, combinado com a estratégia de resolução de problemas, a qual também foi percebida como universal em situações de desastres, através dos dados obtidos nesta investigação. Os recursos perdidos em eventos como estes são resgatados através da resolução de problemas, que é utilizada ativamente desde o momento de resposta ao desastre e se estende até a etapa de reconstrução. Na maioria das vezes, foi observada a associação do suporte social dito instrumental ao emprego da resolução de problemas nos relatos dos participantes. Desde muito tempo essas duas estratégias vêm sendo descritas na literatura de trauma (Freedy et al., 1992; Solomon et al., 1988) como demonstrando relação positiva com baixos níveis de sofrimento mental, contribuindo para uma adaptação e recuperação mais rápida do indivíduo apesar de diminuir sua contribuição ao longo do tempo.

Nas circunstâncias nas quais há percepção de falta de controle e de impotência frente a aspectos burocráticos e extensão dos danos envolvidos, este tipo de estratégia mostra-se pouco eficaz, pois os esforços na resolução de problemas são quase sempre frustrantes (Aldwin, 1993). Tal dado não foi descrito nos grupos desta pesquisa e nem mesmo verificado em outros momentos de contato com a comunidade. Isto talvez pela própria conclusão que Baum et al. (1983) propõem que os desastres tecnológicos mostraram-se mais frustrantes do que os desastres naturais e que se diferenciam destes em relação às ameaças que são colocadas em função de tal evento. Todavia, qualquer estratégia de *coping* que envolva, em alguma medida, seu foco no problema é considerada resposta inevitável em situações de desastres, por se caracterizar pelo esforço ativo direcionado na busca da solução de um problema incluindo processos de tomada de decisão, planejamento e generalizadamente cuidar de uma situação. Consequentemente, ela se faz crucial para a adaptação ao trauma, contribuindo na recuperação das reações físicas e emocionais geradas e, da mesma forma, inevitáveis em eventos como este.

O tipo de resposta ao desastre da comunidade de Muitos Capões remete a alguns aspectos interessantes que envolvem as reflexões anteriores. Ele foi caracterizado por uma extrema rapidez, por uma eficiência no planejamento e nas tomadas de decisões, pelo envolvimento conjunto geral de toda a população e pelo extenso auxílio externo. Todos esses aspectos caracterizam duas estratégias *coping*: resolução de problemas e suporte social. Ambas podem ser observadas como sendo utilizadas não somente de forma individual, mas com uma intensidade em sua expressão coletiva. Tanto uma quanto outra já não podem se dissociar de tal caracterização, na medida em que envolvem mais de um sujeito. Porém, no caso particular de fenômenos como os desastres que envolvem um grande número de pessoas, percebem-se tais estratégias significativamente coletivas, fato ressaltado pelo uso da expressão “nós”, “eles” e pelos planejamentos e ações realizados em grupo.

Outro aspecto importante é o de que a adaptação positiva da comunidade percebida na inserção da pesquisadora, apesar do despreparo estrutural da cidade para lidar com um desastre natural, pode dever-se também a esse tipo de resposta ao evento. Os resultados desses esforços não se fazem somente no tempo recorde de reconstrução e entrega das casas, mas na recuperação de quadros de depressão e de estresse pós-traumático observados nas entrevistas. Muitos sintomas de TEPT foram descritos e vivenciados pelos participantes, entretanto, poucos foram os casos que preencheram os critérios diagnósticos para esse quadro psiquiátrico. O mais comum foram os casos identificados entre as crianças, as quais se mostram bastante propensas conforme a literatura (LaGreca et al., 1996). Os adultos, na sua maioria, relataram ainda perceberem a presença do sintoma de possibilidade de revivência do trauma, dado igualmente confirmado por estudos anteriores (Wang et al., 2000).

A depressão, da mesma forma, foi diagnosticada em apenas duas participantes, das quais uma já tinha desenvolvida a doença anteriormente ao tornado. Esta foi a única que demonstrou uma persistência dos sintomas, caracterizando-se provavelmente por um quadro de depressão recorrente. A outra participante vinha apresentando melhora progressiva dos sinais de depressão através do tratamento medicamentoso ao qual estava se submetendo, demonstrando uma resposta adaptativa ainda considerada como esperada e adequada em situações traumáticas.

Outra estratégia comum em quase metade dos participantes e que se configurou, da mesma forma, como uma reação física e emocional foi a estratégia de evitação. Quanto mais intensa a experiência, maior probabilidade de que o indivíduo apresente uma resposta ao trauma envolvendo esforços evitativos, sejam eles reações imediatas ao evento como o

entorpecimento e a dissociação (Ibañez et al., 2004) ou estratégias de evitação do tipo distração e afastamento comportamental posteriores para lidar com a emoção desencadeada (Dell’Aglío, 2000). Eventos em que se encontram maiores perdas de vida, a evitação também é mais observada (Ibañez et al., 2004), não sendo o caso do cenário aqui pesquisado. Talvez por isso, a referência a essa estratégia não tenha sido mais freqüente do que a encontrada.

A evitação através das reações de entorpecimento, dissociação e esquiva constante discutidas na categoria das reações físicas e emocionais foram verificadas no discurso de alguns participantes, exemplificando a evitação atuando tanto como uma reação ao estresse como uma resposta de *coping*. Este dado corrobora com dois estudos (Ibañez et al., 2004; Norris et al., 2001), um acerca das estratégias de *coping* e outro sobre as reações psicológicas de amostras praticamente iguais, que apontam os mesmos resultados. Serve também para que não se esqueça da já bastante discutida, mas não exaurida questão de diferenciação entre esses dois processos. Ao mostrar-se particularmente tênue, essa distinção é justificada pelo esforço ainda encontrado nas revisões teóricas (Antoniazzi et al., 1998) justamente como forma de contribuir para uma clara categorização e posterior entendimento dos dados obtidos em uma pesquisa nessa área.

A evitação em sua forma positivamente adaptativa, como destacada em alguns estudos (Ibañez et al., 2004; Losoya et al., 1998) foi expressa pela estratégia de distração usada especialmente com o objetivo de auxiliar outros a lidarem com a situação de estresse causada pelo tornado. Ela foi mais comumente relatada pelos adultos em seus esforços na atenuação dos sintomas aflitivos das crianças, porém também foi percebido em outras relações sociais. Sendo assim, ela se torna, diferente da classificação anti-social de Hobfoll, uma estratégia comunitária de característica pró-social. É nesse sentido que o *coping* evitativo tem sido encarado também como um comportamento social adequado e construtivo no manejo do desastre, na medida em que o indivíduo aparta-se do estressor e envolve-se com outra atividade, prevenindo que a situação de conflito se agrave. É nesse sentido que se sugere que a evitação agregada à busca por suporte social e à resolução de problemas são estratégias, que em determinadas circunstâncias, assumem um caráter coletivo como proposto nesta pesquisa a partir do modelo de *coping* de Hobfoll (1998).

A evitação pode ser adaptativa por reduzir o estresse, aumentar a esperança e permitir pequenos períodos de pesar e sofrimento que não oprimam psicologicamente o indivíduo. A evitação é encarada por como uma estratégia de *coping* positiva quando empregada em estressores de curto período de tempo. Ela se torna negativa em termos

adaptativos quando utilizada com o intuito de desengajamento completo da situação por um longo período de duração (Ibañez et al., 2004).

A estratégia de apoio na religião, apesar de não ter sido apontada como categoria específica nos estudos revisados em desastres (Fairbank et al., 1991; Ibañez et al., 2004), apareceu com uma frequência bastante significativa entre os participantes desta pesquisa. A religiosidade, de uma forma geral, vem sendo colocada em destaque especialmente em situações avaliadas como mais difíceis, como relata Carver et al. (1989). Durante muito tempo, muitas das pesquisas no âmbito da religião e do bem-estar focaram aspectos globais tal como a frequência da prática religiosa, que inclui rezar e participar de cultos, e sua relação com o bem-estar. A constatação de que essas variáveis mostravam-se distantes de se relacionarem, deu início a uma análise de medidas mais objetivas as quais introduziram a noção de *coping* religioso e seus métodos de expressão (Pargament, Tarakeshwar et al., 2001).

Pargament, Smith et al. (1998) afirmam que os métodos de *coping* religioso, através de seus dois padrões de ação (negativo e positivo) podem ser fonte de sofrimento tanto quanto de solução no enfrentamento do estressor. Nos dados obtidos pelos participantes da presente pesquisa, o *coping* religioso foi utilizado tanto positiva quanto negativamente.

Os métodos delegante e de intervenção divina, ambos negativos e caracterizados respectivamente por comportamentos de espera e súplica revelando certo posicionamento passivo perante a divindade, pareceram colaborar no desenvolvimento de sinais de estresse pós-traumático e posteriores quadros depressivos entre alguns participantes. Isto possivelmente por essa passividade conseqüentemente se aplicar a própria situação estressora, perante a qual as pessoas apresentaram reações caracterizadas por uma paralisia (entorpecimento e dissociação) que as impossibilitava de enfrentar ativamente o problema no momento necessário.

Por outro lado, o padrão positivo pode ter contribuído para a amenização dos sintomas gerados pelo desastre quando utilizados métodos identificados no discurso dos grupos do tipo conexão espiritual e benevolente. Isto também se revelou no estudo de Schiff (2006) com estudantes religiosos e não-religiosos em Jerusalém, encontrando um melhor ajustamento no grupo religioso, o qual referiu a uma visão mais positiva do mundo em termos de benevolência e significado. A religiosidade foi hipotetizada pela autora como podendo moldar o trauma em partes integrantes da vida ao invés de um estressor externo que requer esforços de *coping*. Outra inferência foi de que se esse grupo possui mais valores coletivos que re-enfatizam a importância do senso de controle pessoal, eles tendem a sofrer menos com a perda de tal controle que surge com a exposição ao terrorismo.

Existe ainda a não exclusão da possibilidade desses adolescentes experienciarem um desajustamento similar aos do grupo não-religioso, porém não referindo aos sintomas de sofrimento. Isto porque se sentem mais compromissados em aderir ao lema e às expectativas do grupo, as quais podem exigir uma expressão de ajustamento positivo do tipo “o terrorismo não vai nos abalar”.

Nessa perspectiva, alguns estudos (Pargament, Smith et al., 1998; Pargament, Tarakeshwar et al., 2001) levantam a idéia de que, a utilização dos métodos negativos possa, em alguma medida, contribuir para o crescimento pessoal dos indivíduos. A demonstração real, em um primeiro estágio, da dor e do conflito religioso acrescida do sofrimento emocional, pode surtir efeitos benéficos um tempo depois do momento agudo do trauma. A expressão ativa de tais pensamentos e sentimentos, sem o uso da negação como recurso, pode tornar o processo de aceitação e adaptação às mudanças provocadas pelo trauma mais fácil. Sendo assim, estudos longitudinais são indicados para que se averigüem quais os efeitos que a mobilização do *coping* religioso pode acarretar na saúde dos indivíduos a longo prazo, particularmente da implicação dos métodos negativos tidos como os mais prejudiciais.

A espiritualidade/religiosidade combinou-se com a estratégia de busca por significado, como é o caso no estudo de Ibañez et al. (2004) e como vem sendo tratada na área de *coping* e trauma. A busca por uma causa para o tornado faz com que a idéia de punição apareça pelo método de *coping* religioso negativo de reavaliação de Deus como punitivo, no qual o tornado é ressignificado como uma punição divina aos pecados de luxúria. O método positivo de reavaliação religiosa benevolente se mostra presente através da redefinição do evento a partir da religião para encará-lo como benevolente na medida em que poupou a vida de todos.

Sendo assim, observa-se entre os participantes deste estudo a alta freqüência da estratégia de *coping* de apoio na religião, bem como o seu papel em termos de amenizar o sofrimento dos sobreviventes expressos pelas reações emocionais identificadas. Tais fatos demonstram a necessidade de que tal categoria seja considerada de forma independente nos estudos futuros de enfrentamento de desastres justificadamente pela importância verificada nos resultados encontrados.

A estratégia de busca por significado foi bastante referida pelos participantes, respostas advindas dos questionamentos quanto ao sentido e ao aprendizado em relação ao desastre. Os dados corroboram com estudos que descrevem as estratégias de dar sentido ao trauma e aprender com ele como aspectos comuns entre os sobreviventes e de extrema importância no processo de enfrentamento (Ibañez et al., 2004; Linley & Joseph, 2004). A

busca por significado engloba todos esses esforços, que são lançados mão na tentativa de compreender o que está acontecendo com o propósito de recuperar o senso de controle e de reafirmar ou reajustar a direção de sua vida. Os estudos demonstram que as pessoas com maior dificuldade em integrar o evento negativo dentro do curso de sua vida têm maior probabilidade de experimentar sofrimento emocional e de apresentar dificuldades de adaptação (Skaggs & Barron, 2006).

A criação de ilusão e a reavaliação positiva (Skaggs & Barron, 2006) foram os métodos empregados, respectivamente, com o objetivo de resgatar o senso de eficácia e controle sobre o evento e de modificar o significado global diretamente, conduzindo a uma visão positiva do evento. O otimismo e a intenção positiva observados nos pensamentos dos participantes são aspectos característicos de categorias de estratégia de *coping* focadas na emoção (Lazarus & Folkman, 1984).

Estratégias de encontrar um significado, uma explicação para o desastre, assim como de elaborar uma lição de toda a experiência foram outras formas encontradas pelos sobreviventes em lidar com o ocorrido. A sensação de morte iminente fez com que, os métodos de redefinição de prioridades pela percepção dos benefícios do trauma, a avaliação dos objetivos a se seguir no futuro, e o chamar a atenção para o que se tem de mais simples (Skaggs & Barron, 2006) fossem utilizados como meios de valorização da vida.

Outra avaliação verificada entre a comunidade foi a de “colocar na balança” o que foi realmente perdido com o que ficou preservado, estratégia pela qual as pessoas demonstraram satisfação pelo que tinham em função das perdas de outros da comunidade (Ibañez et al., 2004). Contudo, o que mais se mostrou valorizado nesse processo de comparação foi a preservação da vida. Não ter havido vítimas fatais foi o aspecto que mais pesou no discurso da comunidade e na percepção da equipe que coordenou as etapas de resposta e reconstrução como contribuindo para um saldo positivo do desastre.

Todos esses meios de entender, dar sentido e aprender com a passagem do tornado na comunidade de Muitos Capões, bem como o fator real da não ocorrência de mortes, parecem ter contribuído, da mesma forma, para a amenização de sintomas de estresse pós-traumático e de depressão entre os participantes. Essa observação é encontrada em outros estudos que definem a estratégia de busca por significado como um importante regulador da emoção e colaborador no processo de ajustamento ao trauma (Aldwin, 1993; Fairbank et al., 1991).

Tal categoria, apesar de ter sido estimulada a aparecer no discurso dos grupos pelas perguntas da pesquisadora num primeiro momento, podendo ser considerada uma das

limitações do estudo, foi compreendida como um catalisador de produção dos dados. As perguntas acerca do sentido e do aprendizado em relação ao tornado e o desastre decorrente dele foram incluídas nos grupos de forma consciente. Isto em função da própria revisão bibliográfica apontá-la como comum em resposta a eventos traumáticos, sendo as questões referentes a essa possibilidade utilizadas como um teste de hipóteses. Da mesma forma foram os dados sobre o tema da morte, que foram incitados pela pergunta direta de “o que você pensou/sentiu durante a passagem do tornado?”. Este resultado talvez não fosse possível de ser obtido caso a pesquisadora não tivesse estimulado que os participantes refletissem e descrevessem suas reações exatamente no momento em que o tornado estava passando. O questionamento direto de “qual foi a primeira coisa que você fez depois que o tornado passou?” teve por objetivo iniciar a investigação das estratégias de *coping* utilizadas desde o início. Esta, porém revelou as reações entendidas como que representando a busca pela identidade perdida que foram os pensamentos/comportamentos de busca por familiares e sobreviventes. No discurso dos participantes e das outras pessoas que a pesquisadora manteve contato se verificava sempre a afirmação à busca imediata pelos familiares e outros sobreviventes. Esse aspecto pode ser interpretado, igualmente, como uma resposta de *coping*, dependendo da perspectiva que se toma para a análise. É nesse sentido, que tal dado instiga a uma discussão e investigação mais detalhada da reação relatada como forma de esclarecer essas diferenciações.

Outra contribuição deste estudo foi a verificação da variável gratidão como frequentemente referida nos grupos. Ela apareceu como um sentimento e uma forma de *coping* associada tanto à estratégia de suporte social como a de apoio na religião. Combinada à primeira, ela se mostrou no sentimento em estar grato pela ajuda recebida. Neste dado, as três funções da gratidão (McCollough et al., 2001) descritas anteriormente se fizeram presentes na medida em que a generosidade foi demonstrada em resposta à ação do outro; a gratidão enquanto estimuladora motivou os beneficiários a engajarem-se, da mesma forma, em atos pró-sociais, propagando-os por toda a comunidade; e, foi expressa como produzindo um posicionamento mais pró-social após o tornado e para o futuro. Esses movimentos envolvendo a gratidão são uma das representações das ações adaptativas realizadas pela comunidade de Muitos Capões em cuidar e/ou buscar cuidados de outros ou comportar-se positivamente nas interações sociais, revelando também a noção do *coping* pró-social de Hobfoll (1998).

Relacionada à religião, a gratidão foi experienciada no sentir-se grato a Deus através da estratégia de reavaliação religiosa benevolente (Panzini, 2004). Ela foi orientada para a reavaliação de uma ajuda positiva de Deus, as quais contribuíram para o bem-estar de

todos. Esse dado confirma os achados de McCullough et al. (2002) que remetem a uma alta correlação entre a inclinação a espiritualidade e a disposição à gratidão. Todos esses aspectos sugerem a necessidade de maiores investigações acerca do papel da gratidão na saúde e no bem-estar dos indivíduos, bem como atentar para a sua forte associação com as variáveis religiosidade e saúde física.

Já desde o final do século passado, estudiosos do *coping* já propunham a inserção de novas categorias de estratégias como busca de suporte social, religiosidade e distração (Carver et al., 1989), as quais têm sido exaustivamente estudadas desde então. Essas mesmas categorias desempenharam especial papel dentro da comunidade estudada demonstrando o processo das estratégias de *coping* coletivo sugerido como um novo ponto de vista nesse campo de concentração. Especificamente no campo dos desastres, todas as categorias identificadas nos discursos já foram abordadas em alguma medida. Entretanto, necessitam de estudos mais aprofundados acerca de cada uma, principalmente em relação ao novo ponto de vista sugerido nesta pesquisa que descreve o *coping* coletivo associado a esse tipo de evento estressor. Da mesma forma, sugere-se o desenvolvimento de medidas de *coping* específicas para situações de desastres com a perspectiva tanto do processo individual como do coletivo.

A atenção mais detalhada às novas variáveis que foram observadas no cenário de desastre pesquisado aqui, como a sensação de morte iminente, a busca imediata por familiares e a gratidão, faz-se necessária. Neste estudo elas representaram outros possíveis caminhos a seguir em futuras pesquisas com comunidades que são afetadas por desastres, podendo trazer novas descobertas não só em relação ao processo de *coping*, mas de outros processos envolvendo uma vivência tão particular como esta. Nesse sentido, é dada a Psicologia a oportunidade não só de desenvolver teórica e empiricamente conhecimentos sobre as formas de reagir das pessoas atingidas por desastres, mas de influenciar nos rumos da sociedade em um de seus aspectos mais fundamentais no que diz respeito a sua sobrevivência.

Este último aspecto se torna ainda mais importante quando atenta-se para a influência que a mídia exerce sobre a opinião pública acerca do tema e para as questões éticas envolvidas em razão da sua postura em tratar do assunto. Raftery (1997) expressa a forma agressiva e excitada com que câmeras e jornalistas aproximam-se dos cenários de desastres. Seu objetivo está em registrar a melhor cena sem a mínima consideração com as vítimas e seus familiares. O interesse não se restringe a história que será contada nas manchetes, mas o processo em si é extraordinariamente excitante a eles. Abre-se a oportunidade de sair dos meios mundanos da política e das colunas sociais para entrar na

essência da sobrevivência através do drama humano. Estes elementos fornecem o combustível necessário para o início das sucessivas recriações de um mesmo conto por um período curto de tempo até que outro evento ocorra.

Da mesma forma, pesquisadores e terapeutas da área da Psicologia podem sentir-se atraídos por motivos muitas vezes semelhantes. Mesmo que suas intenções e razões sejam as mais adequadas, ainda assim é difícil evitar a rapidez com que se é sugado e atraído para dentro da vida de indivíduos e de comunidades, quando estes estão no momento de maior carência e vulnerabilidade possível (Raftery, 1997). Sendo assim, torna-se imperativo o debate dos aspectos éticos envolvidos na pesquisa com eventos traumáticos.

Para o autor, qualquer pesquisa que aborde experiências traumáticas é por si só intrusiva e por isso são necessários alguns cuidados diferenciados de outros tipos de investigação científica. Iniciando pela escolha do paradigma da pesquisa, deve-se optar pelo que ele chamou personológico em detrimento do positivismo lógico, o que significa reconhecer que o entrevistar constitui entrar e interpretar no mundo do participante. Dessa forma, a abordagem qualitativa em conjunto com o método de inserção ecológica propostos neste estudo traz uma possibilidade adequada de conduta exploratória, aliando dois fatores importantes: o propósito de apreender e de compreender os fenômenos através dos olhos dos próprios informantes; e a consideração da figura do pesquisador como ativo nos processos proximais que se estabelecem do início ao fim deste íntimo contato. Estes permitem que o pesquisador respeite a visão e a experiência dos participantes estando consciente das suas e que se aproxime deles através de uma conduta gradativamente mais complexa, atenuando uma nova sensação de intrusão.

Outro aspecto ressaltado por Raftery (1997) reside no fato de que o prever as reações dos participantes ao processo de investigação mostra-se dificultoso na medida em que os efeitos da exposição a uma situação de desastre são muito complexos. Portanto, garantias de possíveis reações ou a previsão de riscos são elementos do contrato ético que só se revelarão de fato no momento de início da coleta dos dados. Isto não diminui a responsabilidade do pesquisador de informar os possíveis riscos envolvidos, bem como de garantir o acesso a atendimento psicológico caso necessário.

O desafio para o pesquisador-psicólogo com pessoas afetadas por desastres é o de encontrar um equilíbrio entre o respeito, a privacidade e a segurança de seus participantes e a necessidade de avanço do conhecimento científico na área. Esta postura muitas vezes leva a decisões e negociações difíceis, solicitando do pesquisador um posicionamento firme e consciente de todo o processo (Raftery, 1997). A experiência deste estudo mostrou que o primeiro contato torna-se fundamental para que os próximos passos se façam

possíveis. Neste, dois foram os aspectos essenciais para a receptividade e o acolhimento da pesquisadora pela comunidade como um todo: a inserção através do Major, que representava uma figura familiar, importante e conectada diretamente com o fenômeno de interesse científico; e, o fato de ter acontecido em um momento informal, durante uma festa do município, propiciando uma aproximação mais natural da pesquisadora com os participantes e outros membros da comunidade que auxiliaram de alguma forma no decorrer do processo.

Outro setor para o qual as pesquisas com eventos traumáticos são de suma importância é o da administração e políticas públicas de saúde. Em termos de estrutura, o Brasil fez recentemente investimentos nas redes de meteorologia dos estados e na promoção de estudos sobre a previsão de fenômenos climáticos extremos no território brasileiro. A primeira chamada investiu R\$ 6,8 milhões com o objetivo de apoiar os centros meteorológicos estaduais, ajudando-os a melhorar seus sistemas de coleta, interpretação e disseminação dos dados. A segunda distribuiu R\$ 6 milhões para redes de pesquisa multidisciplinares com o intuito de ampliar a capacidade de observação, previsão e alerta de eventos meteorológicos e climatológicos extremos no Brasil e no Oceano Atlântico Tropical e Sul. Estes incluem enchentes e secas, furacões e ciclones que têm intenso impacto na Defesa Civil e no gerenciamento de outras ações de segurança pública (Marques, 2006). Nota-se, assim, uma preocupação e uma iniciativa efetiva no país de construir uma ação coordenada para a construção de um sistema articulado de previsão que informe e prepare a população para a ocorrência de fenômenos extremos, salvando vidas e diminuindo o impacto destes nos setores mais vulneráveis.

No que diz respeito ao planejamento de políticas de prevenção e de adequados modelos de intervenção na saúde dos indivíduos, as informações substancialmente embasadas fornecem os elementos necessários para que isso ocorra adequadamente. Reflexões acerca de risco e vulnerabilidade, da relação homem-ambiente, das ações pré e pós-desastre, das reações e respostas emocionais conseqüentes do evento são alguns exemplos de temas pertinentes. Todos têm sido, desde o século passado, bastante explorados pela literatura internacional, porém ainda necessitam ser verificados na população brasileira. É nesse sentido que as ciências humanas e da saúde adquirem papel fundamental como berço do desenvolvimento de conhecimento científico na área de desastres no Brasil.

Uma visão positiva em relação ao tema, focando cada vez mais os aspectos saudáveis dessas populações, tem sido outra tendência encontrada nos estudos estrangeiros. Investigações acerca do conceito de resiliência e da noção de crescimento pessoal através

da percepção dos benefícios do trauma são tópicos com um grande volume de publicações (Bonanno, Galea, Bucciarelli & Vlahov, 2006; Cryder, Kilmer, Tedeschi & Calhoun, 2006). A resiliência aparece cada vez mais prevalente, fazendo com que os estudiosos debruçem-se para o desenvolvimento de modelos (Landau & Saul, 2002) e programas (Newman, 2005) facilitadores desta capacidade. Ela é considerada por Landau e Saul (2002) uma competência inerente ao ser humano e às comunidades em que está inserido, sendo definida em termos de resiliência da comunidade como a capacidade da mesma de ter esperança e fé para suportar a maioria dos traumas e perdas, superar a adversidade e prevalecer, na maior parte das vezes com recursos, competência e união. Para a alma humana prevalecer e perpetuar-se através das gerações, é preciso estar apta a acessar e utilizar seus recursos biológicos, psicológicos, sociais e espirituais no enfrentamento do impacto e das conseqüências imediatas do trauma, bem como a promover uma recuperação duradoura rumo à cura. Verifica-se aqui a proximidade do processo de *coping* com esse conceito, na medida em que quanto maior a capacidade de resiliência da comunidade, tanto mais facilmente ela poderá lançar mão de suas estratégias de *coping*.

Igualmente, estudos sobre o crescimento pessoal pós-trauma têm trazido informações e até mesmo modelos que surgem de investigações realizadas com crianças e adolescentes. A associação entre as variáveis de crença na competência pessoal, ambiente social suportivo e crescimento pós-trauma (Cryder et al., 2006), e a correlação positiva do crescimento adverso após o trauma com a utilização de mais estratégias de reinterpretação positiva, suporte social satisfatório, focadas no problema e envolvendo otimismo, aceitação e religiosidade (Linley & Joseph, 2004) encontradas nesse tipo de pesquisa sugerem, novamente, uma grande proximidade do processo de *coping* com o resultado de crescimento pessoal. A partir do momento em que este aparece em decorrência da percepção dos benefícios do trauma, pode-se inferir que tal percepção é mediada pelas estratégias de *coping* que estão sendo utilizadas pelo indivíduo e pela comunidade no enfrentamento do evento. Tais hipóteses envolvendo todas essas variáveis instigam a inúmeros problemas de pesquisa futuros que servirão de subsídios aos órgãos que planejam ações preventivas e de recuperação de comunidades atingidas por desastres.

Tanto a resiliência quanto o crescimento pessoal pós-trauma através da percepção dos benefícios do trauma são temas que auxiliam na justificativa e na corroboração dos dados desta pesquisa. Primeiramente, a aceitação de que a resiliência é uma competência da comunidade, ou seja, uma habilidade coletiva traz consigo a possibilidade da concordância de que exista, da mesma forma, um *coping* coletivo. Por conseqüência, essas estratégias de *coping* coletivo identificadas entre os participantes são as mesmas

encontradas nos estudos de crescimento adverso: suporte social, focadas no problema e evitação pela distração. As outras estratégias citadas como se relacionando ao crescimento adverso aparecem da mesma forma, no discurso dos grupos e da comunidade categorizadas como a busca por significado e o apoio na religião, porém não foram interpretadas como estratégias coletivas.

A presente pesquisa, em razão de todas essas inferências e conclusões, constitui-se no início de um campo fértil de investigação para a Psicologia que se mostra ainda muito incipiente no que concerne ao impacto dos desastres na vida dos seres humanos. Aliada a ela considera-se a iniciativa do Conselho Federal de Psicologia que realizou em meados do ano de 2006 o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres. Neste confirmou-se o fato do desenvolvimento dessa área em outros países ser bastante diferenciado, além da concordância da classe “psi” da necessidade de maior produção científica envolvendo o tema.

Algumas limitações são observadas nesta pesquisa. O pequeno tamanho da amostra e a natureza exploratória do estudo restringem os dados coletados ao cenário investigado, impossibilitando-os de serem generalizados para outras populações. Entretanto, a falta de pesquisas no Brasil, bem como a opção pela técnica de grupo focal exigiram tanto uma abordagem de caráter exploratório quanto uma amostra suficientemente reduzida para o tempo delimitado do estudo. Sugere-se que estudos futuros repitam o método empregado com amostras diferentes e se possível com um maior número de participantes. Os quadros psiquiátricos observados entre os participantes e outros informantes durante a inserção da pesquisadora não podem ser interpretados como decorrentes direta e exclusivamente da vivência do desastre. Tanto os transtornos depressivos como os de estresse pós-traumático associados às reações físicas e emocionais podem ter sua origem anterior ao tornado, apenas intensificando seus sinais após o trauma. Esse fator é, na maioria das vezes, esquecido pelos estudos sobre o impacto psicológico dos desastres, mas tem sido ressaltado com bastante insistência por outros. A indicação de que em investigações qualitativas as entrevistas iniciais sejam transcritas e analisadas antes do segundo contato para posterior verificação dos achados e construção de esclarecimentos dos dados com os participantes não foi possível nesta pesquisa em função da dificuldade de acesso da pesquisadora até o local por motivos de distância, estrutura e financeiro aliada ao tempo restrito para a fase de coleta. Essas mesmas razões impossibilitaram a pesquisadora de contar com um observador durante a aplicação dos grupos focais. Essa limitação afeta a etapa de análise, que restringe o julgamento e a classificação do conteúdo apenas aos olhos da pesquisadora, o que conseqüentemente pode surtir efeito de viés nos resultados.

Esta pesquisa, por todos os seus aspectos, sejam suas forças ou limitações, as suas hipóteses confirmadas ou não, sejam eles formais ou informais, adquire um significado que extrapola os muros da universidade. E somente desta, pois a delicadeza, o desespero, a paixão, o erro e o cuidado que se encontra em cada partícula que a compõe, isto sim é o que caracteriza sua cientificidade. São esses os fatores que fornecem sustentação para toda a argumentação desenvolvida.

A experiência de ouvir e compartilhar das sensações e das lembranças mais doloridas de uma comunidade abruptamente assolada por um tornado faz brotar revolta e esperança na mesma medida. A revolta pela dificuldade do ser humano em importar-se com o seu ambiente, a sua casa; pela impossibilidade a que se impõe em importar-se com o próximo; mas, principalmente, ao contra-senso de não se importar consigo mesmo. O descuido com o planeta o qual habita não é exclusivo de um ou outro, mas de todos, considerando o que existe de mais literal nesta palavra. A negligência com o próximo mostra-se a cada esquina que se passa, sem que se levante a cabeça até mesmo para olhar o que se está negligenciando. Porém, o mais assustador está no desleixo íntimo de cada um, fonte de todos os outros. Dessa forma, a lição é de que tudo faz parte de tudo, não existe divisão e, sendo assim, não há como fugir, não há como negar.

E de que isso ai serviu de lição pra nós e pra muita gente. (Seu Estacionamento, G1).

REFERÊNCIAS

- Ackerman, N. W. (1986). *Diagnóstico e tratamento das relações familiares*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.
- Aldwin, C. M. (1993). Coping with traumatic events. *PTSD Research Quarterly*, 4(3), 1-8.
- Aldwin, C. M. (1994). *Stress, coping and development: An integrative perspective*. New York: The Guilford Press.
- American Psychiatric Association. (2003). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th ed.). Washington, DC: Author.
- Amirkhan, J. H. (1990). A factor analytically derived measure of coping: The coping strategy indicator. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(5), 1066-1074.
- Antoniazzi, A. S. (1999). *Desenvolvimento de instrumentos para a avaliação de coping em adolescentes brasileiros*. Unpublished doctoral dissertation, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Antoniazzi, A. S., Dell'Aglio, D. D. & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de *coping*: Uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 3(2), 273-294.
- Arcos, P. G., González, F. C., Huerta, M. G. & Cueto, A. E. (1994). The concept of disaster and its application in Asturias. *Revista de Sanidad e Higiene Publica*, 68(5-6), 573-578.
- Armenian, H. K., Morikawa, M., Melkonian, A. K., Hovanesian, A. P., Haroutunian, N., Saigh, P. A., Akiskal, K. & Akiskal, H. S. (2000). Loss as a determinant of PTSD in a cohort of adult survivors of the 1988 earthquake in Armenia: Implications for policy. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 102(1), 58-64.
- Arnt, R. A., Spitz, L. & Zaidhaft, S. (2001). Trauma - aspectos psicológicos e psiquiátricos. In E. Freire (Eds.), *Trauma - a doença dos séculos* (pp. 493-498). São Paulo: Atheneu.
- Bandeira, D. R. (1999). *Avaliação de um projeto social do ponto de vista do desenvolvimento psicológico de seus participantes*. Unpublished doctoral dissertation, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Banyard, V. L. & Miller, K. E. (1998). The powerful of qualitative research for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 26(4), 485-505.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). São Paulo,

- Brasil: Edições 70/Livraria Martins Fontes. (Original published in 1977)
- Baum, A. Fleming, R. & Singer, J. E. (1983). Coping with victimization by technological disaster. *Journal of Social Issues*, 39(2), 117-138.
- Benz, C. R. & Newman, I. (1998). Qualitative-quantitative research: A false dichotomy. In I. Newman & C. R. Benz (Eds.), *Qualitative-quantitative research methodology: Exploring the interactive continuum* (pp.1-12). USA: Southern Illinois University Press.
- Bland, S. H., O'Leary, E. S., Farinaro, E., Jossa, F. & Trevisan, M. (1996). Long-term psychological effects of natural disasters. *Psychosomatic Medicine*, 58(1), 18-24.
- Bonanno, G. A., Galea, S., Bucciarelli, A. & Vlahov, D. (2006). Psychological resilience after disaster. *Psychological Science*, 17(3), 181-186.
- Briere, J. & Elliott, D. (2000). Prevalence, characteristics, and long-term sequelae of natural disaster exposure in the general population. *Journal of Traumatic Stress*, 13(4), 661-678.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. & Ceci, S. J. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review*, 101(4), 568-586.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol 4* (pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Bronfenbrenner, U. & Evans, G. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9(1), 115-125.
- Buckland, J. & Rahman, M. (1999). Community-based disaster management during the 1997 red river flood in Canada. *Disasters*, 23(2), 174-191.
- Caldera, T., Palma, L., Penayo, U. & Kullgren, G. (2001). Psychological impact of the Hurrican Mitch in Nicaragua in a one-year perspective. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 36(3), 108-114.
- Cao, H., MacFarlane, A. C. & Klimidis, S. (2003). Prevalence of psychiatric disorder following the 1988 Yun Nan (China) earthquake: The first 5-month period. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 38(4), 204-212.
- Carey, M. A. (1994). The group effect in focus group: Planning, implementing, and interpreting focus group research. In J. M. Morse (Eds.), *Critical Issues in the qualitative research methods* (pp. 224-241). Thousand Oaks: Sage.

- Carlson, E. B. & Dalenberg, C. J. (2000). A conceptual framework for the impact of traumatic experiences. *Trauma, Violence and Abuse, 1*(1), 4-28.
- Carver, C. S. Scheier, M. F. & Weintraub, J. K. (1989). Assessing coping strategies: A theoretically based approach. *Journal of Personality and Social Psychology, 56*(2), 267-283.
- Carver, C. S. & Scheier, M. F. (1994). Situational coping and coping dispositions in a stressful transaction. *Journal of Personality and Social Psychology, 66*(1), 184-195.
- Capoense (2005). Informativo da Prefeitura Municipal de Muitos Capões, 1, 1-12.
- Catapano, F., Malafrente, R., Lepre, F., Cozzolino, P., Arnone, R., Lorenzo, E., Tartaglia, G., Starace, F., Magliano, L. & Maj, M. (2001). Psychological consequences of the 1998 landslide in Sarno, Italy: A community study. *Acta Pshychiatrica Scandinavica, 104*(6), 438-442.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 16*(3), 515-524.
- Coêlho, A. E. L., Adair, J. G. & Mocellin, J. S. P. (2004). Psychological responses to drought in northeastern Brazil. *Interamerican Journal of Psychology, 38*(1), 95-103.
- Compas, B. E. (1987). Coping with stress during childhood and adolescence. *Psychological Bulletin, 101*(3), 393-403.
- Compas, B. E., Banez, G. A., Malcarne, V. & Worsham, N. (1991). Perceived control and coping with stress: A developmental perspective. *Journal of Social Issues, 4* (4), 23-34.
- Conselho Federal de Psicologia (2000). *Resolução para pesquisa com seres humanos*. Resolução nº 016/2000. Brasília, DF.
- Coyne, J. C. & Smith, D. A. F. (1991). Couples coping with a myocardial infarction: A contextual perspective on wife's distress. *Journal of Personality and Social Psychology, 61*(3), 404-412.
- Cryder, C. H., Kilmer, R. P., Tedeschi, R. G. & Calhoun, L. G. (2006). An exploratory study of posttraumatic growth in children following a natural disaster. *American Journal of Orthopsychiatry, 76*(1), 65-69.
- De Antoni, C., Martins, C., Ferronato, M. A., Simões, A., Maurenre, V., Costa, F. & Koller, S. H. (2001). Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 53*(2), 38-53.
- Dell'Aglio, D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Unpublished doctoral dissertation, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade

Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

- Dell’Aglia, D. D. & Hutz, C. S. (2002). Estratégias de *coping* de crianças e adolescentes em eventos estressantes com pares e com adultos. *Psicologia USP*, 13(2), 203-225.
- Endler, N. S. & Parker, J. D. A. (1990). Multidimensional assessment of coping: A critical evaluation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(5), 844-854.
- Endler, N. S., Parker, J. D. A. & Summerfeldt, L. J. (1998). Coping with health problems: Developing a reliable and valid multidimensional measure. *Psychological Assessment*, 10(3), 195-205.
- Fairbank, J. A., Hansen, D. J. & Fitterling, J. M. (1991). Patterns of appraisal and coping across different stressor conditions among former prisoners of war with and without posttraumatic stress disorder. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(2), 274-281.
- Figueira, I. (2004). Tsunami 2004 - Qual será o impacto psiquiátrico dessa tragédia? *Psiquiatria Hoje – Jornal da Associação Brasileira de Psiquiatria*, 6, 18-22.
- Foley, V. D. (1990). *Introdução à terapia familiar*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas.
- Folkman, S. & Lazarus, R. S. (1985). If it changes it must be a process: Study of emotion and coping during three stages of a college examination. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48(1), 150-170.
- Folkman, S., Lazarus, R. S., Gruen, R. & DeLongis, A. (1986a). Appraisal, coping, health status, and psychological symptoms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(3), 571-579.
- Folkman, S., Lazarus, R. S., Dunkel-Schetter, C., DeLongis, A. & Gruen, R. (1986b). Dynamics of a stressful encounter: Cognitive, appraisal, coping and encounter outcomes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(5), 992-1003.
- Freedly, J. R., Shaw, D. L., Jarrel, M. P. & Maters, C. R. (1992). Towards an understanding of the psychological impact of natural disasters: An application of the conservation resources stress model. *Journal of Traumatic Stress*, 5(3), 441-454. Abstract retrieved in July 26, 2005, from Periódicos Capes database.
- Gamble, W. C. (1994). Perceptions and controllability and other stressor event characteristics as determinants of coping among young adolescents and young adults. *Journal of Youth and Adolescence*, 23(1), 65-84.
- Hobfoll, S. E. (1989). Conservation of resources: A new attempt at conceptualizing stress. *American Psychologist*, 44(3), 513-524.
- Hobfoll, S. E. (1998). *Stress, culture, and community: The psychology and philosophy of stress*. New York: Plenum Press.

- Ibañez, G. E., Buck, C. A., Khatchikian, N. & Norris, F. H. (2004). Qualitative analysis of coping strategies among Mexican disaster survivors. *Anxiety, Stress, and Coping*, 17(1), 69-85.
- Kaniasty, K & Norris, F. H. (1993). A test of the social support of deterioration model in the context of natural disaster. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64(3), 395-408.
- Kelly, C. (1998). A review of contribution to Disasters: 1977-1996. *Disasters*, 22(2), 144-156.
- La Greca, A. M., Silverman, W. K., Vernberg, E. M. & Prinstein, M. J. (1996). Symptoms of posttraumatic stress in children after Hurricane Andrew: A prospective study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64(4), 712-723.
- Landau, J. & Saul, J. (2002). Facilitando a resiliência da família e da comunidade em resposta a grandes desastres. *Pensando Famílias*, 4(4), 56-78.
- Laville C. & Dionne J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lazarus, R. S. & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.
- Linley, P. A. & Joseph, S. (2004). Positive change following trauma and adversity: A review. *Journal of Traumatic Stress*, 17(1), 11-21.
- Lipowski, Z. J. (1983). Psychosocial reactions to physical illness. *Canadian Medical Association Journal*, 128(9), 1069-1072. Abstract retrieved in November 13, 2006, from Periódicos Capes database.
- Losoya, S., Eisenberg, N. & Fabes, R. A. (1998). Developmental issues in the study of coping. *International Journal of Behavioral Development*, 22(2), 287-313.
- Marandola Jr., E. & Hogan, D. J (2004). Natural hazards: O estudo geográfico dos riscos e perigos. *Ambiente e Sociedade*, 7(2), 95-110.
- Marques, F. (2006). Tempo de Prever. *Revista Pesquisa FAPESP: Ciência e Tecnologia no Brasil*, 127, 30-31.
- Mattedi, M. A. & Butzke, I. C. (2001). A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. *Ambiente e Sociedade*, 9, 93-114.
- McCullough, M. E., Kilpatrick, S. D., Emmons, R. A. & Larson, D. B. (2001). Is gratitude a moral affect? *Psychological Bulletin*, 127(2), 249-266.
- McCullough, M. E., Emmons, R. A. & Tsang, J-E. (2002). The grateful disposition: A conceptual and empirical topography. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(1), 112-127.
- Ministério da Integração Nacional (2005). *Manual de desastres: Desastres naturais*.

Brasília, Brasil: Autor.

- Morgan, D. L. (1997). *Focus group as qualitative research*. Newbury Park, CA: Sage.
- Nelson, B. S., Wangsgaard, S., Yorgason, J., Kessler, M. H. & Carter-Vassol, E. (2002). Single- and dual-trauma couples: Clinical observations of relational characteristics and dynamics. *American Journal of Orthopsychiatry*, 72(1), 58-69.
- Newman, R. (2005). APA's resilience initiative. *Professional Psychology: Research and Practice*, 36(3), 227-229.
- Norris, F. H., Weisshaar, D. L., Conrad, M. L. I., Diaz, E. M., Murphy, A. D. & Ibañez, G. E. (2001). A qualitative analysis of posttraumatic stress among Mexican victims of disaster. *Journal of Traumatic Stress*, 14(4), 741-756.
- Norris, F. H. (2002). Psychosocial consequences of disasters. *PTSD Research Quarterly*, 13(2), 1-8.
- Norris, F. H., Friedman, M. J., Watson, P. J., Byrne, C. M., Diaz, E. & Kaniasty, K. (2002) 60,000 disaster victims speak: Part I. An empirical review of the empirical literature, 1981-2001. *Psychiatry*, 65(3), 207-239.
- Panzini, R. G. (2004). *Escala de coping religioso-espiritual (escala CRE): Tradução, adaptação e validação da escala RCOPE, abordando relações com saúde e qualidade de vida*. Unpublished master's thesis, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Panzini, R. G. & Bandeira, D. R. (2005). Escala de coping religioso-espiritual (escala CRE): Elaboração e validação de construto. *Psicologia em Estudo*, 10(3), 507-516.
- Pargament, K. I., Smith, B. W., Koenig, H. G. & Perez, L. M. (1998). Patterns of positive and negative religious coping with major life stressors. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 37(4), 710-724.
- Pargament, K. I., Tarakeshwar, N., Ellison, C. G. & Wulff, K. M. (2001). Religious coping among religious: The relationship between religious coping and well-being in a national sample of Presbyterian clergy, elders and members. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 40(3), 497-513.
- Park, C. L. & Folkman, S. (1997). Meaning in the context of stress and coping. *Review of General Psychology*, 1(2), 115-144.
- Pereira, R. de C. C. & Pinto, T. M. de O. (1998). [*Muitos Capões – RS: Um resgate histórico*]. Unpublished raw data. Trabalho de conclusão de curso não-publicado. Curso Integrado de História e Geografia, Universidade de Passo Fundo, Lagoa Vermelha, RS.
- Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia Ambiental: A busca de um ambiente melhor. *Estudos de*

Psicologia, 2(2), 337-398.

- Raftery, J. (1997). Doing better than the media: Ethical issues in trauma research. *Australasian Journal of Disaster and Trauma Studies*, 1(2), No pagination specified.
- Rudolph, K. D., Denning, M. D. & Weisz, J. R. (1995). Determinants and consequences of children's coping in the medical setting: Conceptualization, review, and critique. *Psychological Bulletin*, 118(3), 328-357.
- Schiff, M. (2006). Living in the shadow of terrorism: Psychological distress and alcohol use among religious and non-religious adolescents in Jerusalem. *Social Science & Medicine*, 62(9), 2301-2312.
- Schwartz, J. E., Neale, J., Marco, C., Shiffman, S. S. & Stone, A. A. (1999). Does trait coping exist?: A momentary assessment approach to the evaluation of traits. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(2), 360-369.
- Schwarzer, R. & Schwarzer, C. (1996). A critical survey of coping instruments. In M. Zeidner & N. S. Endler. (Eds.), *Handbook of coping: Theory, research, applications* (pp. 107-132). New York: Wiley.
- Seidl, E. M. F., Tróccoli, B. T. & Zannon, C. M. L. C. (2001). Análise fatorial de uma medida de estratégias de enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(3), 225-234.
- Seiffge-Krenke, I. & Klessinger, N. (2000). Long-term effects of avoidant coping on adolescents' depressive symptoms. *Journal of Youth and Adolescence*, 29(6), 617-630.
- Sharan, P., Chaudhary, G., Kavathekar, S. A. & Saxena, S. (1996). Preliminary report of psychiatric disorders in survivors of a severe earthquake. *American Journal of Psychiatry*, 153(4), 556-558.
- Shoaf K. I., Sarren, H. R., Nguyen, R. H. & Bourque, L. B. (1998). Injuries as a result of California earthquakes in the past decade. *Disasters*, 22(3), 218-235.
- Skaggs, B. G. & Barron, G. L. (2006). Searching for meaning in negative events: Concept analysis. *Journal of Advanced Nursing*, 53(5), 559-570.
- Slife, B. D. & Williams, R. N. (1995). *What's behind the research: Discovering hidden assumptions in the behavioral sciences*. Thousand Oaks: Sage.
- Smith, S. M. (1983). Disaster: Family disruption in the wake of natural disaster. In C. R. Figley & H. I. McCubbin (Eds.), *Coping with catastrophe Vol II* (pp. 120-147). New York: Brunner/Mazel.
- Solomon, Z., Mikulincer, M. & Aviztur, E. (1988). Coping, locus of control, social support, and combat-related posttraumatic stress disorder: A prospective study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55(2), 279-285.
- Solomon, S. D. & Green, B. L. (1992). Mental health effects of natural and human-made

- disasters. *PTSD Research Quarterly*, 3(1), 1-8.
- Suls, J., David, J. P. & Harvey, J. H. (1996). Personality and coping: Three generations of research. *Journal of Personality*, 64(4), 711-735.
- Um ano depois, Muitos Capões refeita* (2006, August 30th). Zero Hora, p.04.
- Víctora, C. G., Knauth, D. R. & Hassen, M. N. A. (2000). *Pesquisa qualitativa em saúde: Uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Wang, X., Gao, L., Shinfuku, N., Zhang, H., Zhao, C. & Shen, Y. (2000). Longitudinal study of earthquake-related PTSD in a randomly selected community sample in north China. *American Journal of Psychiatry*, 157(8), 1260-1266.
- Wooding, S. & Raphael, B. (2004). Psychological impact of disasters and terrorism on children and adolescents: Experiences from Australia. *Prehospital Disaster Medicine*; 19(1), 10-20.
- World Health Organization (1993). *The ICD-10 Classification of mental and behavioural disorders: Clinical descriptions and diagnostic guidelines*. Geneva, Switzerland: Author.

ANEXOS

Anexo A

QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

Data:

1. Nome _____
Sexo _____ Idade _____ Renda Familiar: R\$ _____
2. A família mora há quanto tempo na região? _____
3. A família já passou por outra situação de trauma? () não () sim
() desastre natural () acidente automobilístico () doença aguda () doença crônica
() morte inesperada () outra, qual? _____
4. Algum membro da família faleceu em função deste evento? () não () sim, quem e como? _____
5. Houve perdas materiais? Quais? () casa () emprego () invalidez () outras, quais? _____
6. Quando isto ocorreu? _____

Anexo B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: O impacto e as estratégias de *coping* de comunidades afetadas por desastres naturais
Coordenadora: Mestranda Fernanda Menna Barreto Krum

Professora Orientadora: Dra. Denise Ruschel Bandeira

Natureza da pesquisa: Você é convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo debater sobre como o desastre natural afetou você e as outras pessoas que moravam aqui e o que vocês fizeram para enfrentá-lo.

Participantes: Chefes de famílias que foram atingidas pelo desastre natural.

Envolvimento na pesquisa: Ao integrar este estudo você deve concordar em participar de um encontro em grupo juntamente outras pessoas que também sofreram a mesma situação que a sua. O grupo será realizado em um local de fácil acesso para os participantes, contando com dois encontros de uma hora e meia de duração cada. É previsto ainda que os grupos sejam gravados em áudio e vídeo com autorização dos participantes.

Como se trata de um tema que pode trazer lembranças e sentimentos desconfortáveis será oferecida possibilidade de apoio psicológico durante e após o término da pesquisa em serviço da comunidade se você assim o desejar. Você tem a liberdade de se recusar a participar, podendo ainda desistir de sua participação em qualquer fase do estudo, sem nenhum tipo de prejuízo para você.

Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, entrando em contato com o coordenador através dos telefones (51)3316-5352 ou (51)8414-2111.

Sobre os grupos: Os encontros serão marcados com antecedência. Será solicitado que você fale sobre como o desastre afetou você e as outras pessoas que moravam aqui e o que vocês fizeram para enfrentar esta situação.

Riscos e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, talvez, apenas, a mobilização de alguns sentimentos diante do assunto que será abordado. Os procedimentos utilizados neste trabalho obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e não oferecem riscos a sua integridade.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e estão protegidas pelo sigilo profissional, salvo em caso de risco de vida. As gravações e os relatos de pesquisa serão identificados com um código e não com o seu

nome. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimento dos dados. Se você conceder a sua permissão por escrito, assinando a autorização para a gravação dos encontros, os dados poderão ser utilizados para fins de ensino e durante encontros e debates científicos.

Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não deverá ter nenhum benefício direto. Contudo, esperamos que este estudo forneça informações importantes sobre o impacto do desastre natural na vida das pessoas e como estas enfrentam tal situação no Brasil. No futuro estes dados poderão auxiliar no planejamento de programas de intervenção com populações atingidas por outros desastres, possibilitando uma melhor recuperação das vítimas durante e pós-trauma.

Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, assim como nada será pago por sua participação. Entretanto, você receberá cópias dos relatórios da pesquisa contendo os resultados encontrados.

Tendo em vista os itens acima apresentados, declaro que fui esclarecido(a) de forma detalhada e livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos a que serei submetido(a). Considero-me igualmente informado(a) da garantia de receber esclarecimento de qualquer dúvida acerca dos procedimentos relacionados com a pesquisa e da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento. Fui também informado(a) de que, caso necessário, disporei de atendimento psicológico em minha região; da segurança de que não serei identificado, de que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas com minha identidade; e, de que não haverá ônus financeiro para nenhuma das partes.

Eu, _____

de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa e assino o presente documento, em duas vias de igual teor, ficando uma em minha posse.

Assinatura do(a) Participante de Pesquisa

Fernanda Menna Barreto Krum
Coordenadora da Pesquisa

LOCAL E DATA:

_____, ____ de _____ de 200__.

Anexo C

AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO

Eu _____, por meio deste, autorizo a pesquisadora Fernanda Menna Barreto Krum e os integrantes de seu grupo de pesquisa, a utilizar gravação de áudio para registro dos encontros de grupo focal dos quais participei. Da mesma forma, autorizo que os dados nela contidos sejam utilizados para fins didáticos em encontros científicos e debates entre grupos de pesquisa como ilustração das questões que envolvem este trabalho. Estou ciente de que os participantes da pesquisa não serão identificados pelo nome, exceto no momento da gravação, que será arquivada junto ao Banco de Dados do pesquisador responsável na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____, ____ de _____ de 200_.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora

Anexo D

PLANEJAMENTO DO GRUPO FOCAL

PRIMEIRA SESSÃO

A. Temas a serem investigados:

- Relação psicológica dos indivíduos com o ambiente antes do desastre natural;
- Estratégias de *coping* empregadas para lidar com o desastre.

B. Objetivos:

- Conhecer a relação que as pessoas estabeleciam com o local antes do desastre;
- Levantar as estratégias de *coping* utilizadas pelos indivíduos para lidar com o evento.

C. Duração prevista: 1 hora e 30 minutos.

D. Questões-guia:

- Como era viver aqui antes do desastre?
- Como foi para vocês ter passado pela situação do desastre?
- O que vocês fizeram para enfrentá-lo?

E. Planejamento:

1) Técnica de aquecimento: apresentação e complete a história...

Procedimento: em dupla os participantes apresentam-se entre si para depois apresentarem um ao outro ao grupo; o coordenador solicita ao grupo que conte uma história iniciando com a frase: “Era uma vez uma cidade...”, a qual o participante ao lado completa com um pequeno trecho, passando a palavra ao colega ao lado.

Duração prevista: 10 min.

2) Tema de investigação: relação psicológica dos indivíduos com o ambiente.

Procedimento: o grupo discutirá o tema a partir da questão de orientação “Como era viver aqui antes do desastre?”. O foco era como as pessoas se relacionavam com o ambiente e tratavam o local onde residem antes de acontecer o desastre.

Duração prevista: 15 min.

3) Tema de investigação: estratégias de *coping* empregadas para lidar com o desastre.

Procedimento: discussão sobre as questões-norteadoras acerca das estratégias de *coping*. Um participante é eleito pelo grupo para anotar, em uma folha cartaz fixada na parede, as respostas que evidenciem as estratégias fornecidas pelo grupo.

Duração prevista: 1 h.

4) Encerramento da sessão: avaliação

Procedimento: o coordenador investiga sobre os sentimentos do grupo, agradece a presença de todos, faz as combinações para a próxima sessão, esclarece possíveis dúvidas e finaliza o encontro.

Duração prevista: 5 min.

SEGUNDA SESSÃO

A. Temas a serem investigados:

- Estratégias de *coping* empregadas para lidar com o desastre natural;
- Relação psicológica atual das pessoas com o ambiente.

B. Objetivos:

- Levantar as estratégias de *coping* utilizadas pelos indivíduos para lidar com o evento;
- Verificar o tipo de relação que as pessoas estabelecem atualmente com o ambiente.

C. Duração prevista: 1 hora e 30 minutos.

D. Questões-guia:

- Como foi para vocês ter passado pela situação do desastre?
- O que vocês fizeram para enfrentá-lo?
- Como é viver aqui agora depois do desastre?

E. Planejamento:

1) Técnica de aquecimento: revisão do cartaz produzido no encontro anterior.

Procedimento: o coordenador solicita ao grupo que leia as respostas do cartaz.

Duração prevista: 5 min.

2) Tema de investigação: estratégias de *coping* empregadas para lidar com o desastre.

Procedimento: continuação da discussão sobre as questões-norteadoras acerca das estratégias de *coping*. Um participante é eleito pelo grupo para anotar, em uma folha cartaz fixada na parede, as respostas que evidenciem as

estratégias fornecidas pelo grupo. O cartaz do encontro anterior será apresentado novamente.

Duração prevista: 1 h.

3) Tema de investigação: relação psicológica atual dos indivíduos com o ambiente.

Procedimento: o grupo discutirá o tema a partir da questão de orientação “Como é viver aqui agora, após o desastre?”. O foco é como as pessoas se relacionam com o ambiente atualmente e como tratam o local onde residem depois do desastre.

Duração prevista: 20 min.

4) Encerramento da sessão: avaliação

Procedimento: o coordenador investiga sobre os sentimentos do grupo, agradece a presença de todos, esclarece possíveis dúvidas e finaliza o encontro.

Duração prevista: 5 min.

Anexo E

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA INDIVIDUAL

1. Como era sua vida antes do tornado?
2. E o que você fez exatamente após a passagem do tornado?
3. Que outras reações você teve e/ou tem ainda após o desastre?
4. Como é a sua vida agora, mudou alguma coisa?
5. Quais são as expectativas em relação ao futuro daqui pra frente?

Anexo F

TABELA DE ANÁLISE DO CONTEÚDO

PERGUNTAS/FALAS PARTICIPANTES	RESUMO FALAS	CONTEÚDO/TEMA	CATEGORIA ANALÍTICA
Grupo 1			
Era uma vez uma cidade...			
Como era antes e como é agora...			
Daí o tornado veio e ficou como?			
Vocês não viram, mas vocês devem ter ouvido, qual era o barulho?			
E o que que tu pensou na hora?			
Ele achou que ia morrer, e tu achou também?			
E na hora que o senhor tava rezando, que o senhor viu que tava vindo, o que senhor pensou?			
A gente conversou um pouco sobre o que vocês fizeram e pensaram na hora. Vamos começar a lembrar agora então, como é que vocês foram enfrentando essa situação horas depois, no dia depois, e nos outros dias, e nos meses e nas semanas que se seguiram. O Seu Querido disse uma coisa importante que era primeiro poder acreditar na força dele e na força de Deus e pedir ajuda. E também de poder ajudar mais ao próximo, as pessoas que tão a volta. Que outras coisas vocês fizeram pra enfrentar essa situação?			
Então a outra coisa foi			

começar a pedir ajuda, a ligar?			
Não dava nem pra acreditar que tava acontecendo?			
Então outra coisa era tentar achar as pessoas?			
E logo veio a ajuda?			
Vocês saíram de casa pra que?			
Então a primeira coisa foi sair de casa pra pedir ajuda e achar as outras pessoas?			
Que mais depois nos dias que se seguiram...vocês contaram que todo mundo se envolveu....como é que foi isso....as pessoas saíram de casa e foram começar a ajudar?			
Como é que foi essa experiência de ter que morar de favor? Porque a casa da gente a gente acha que é o lugar mais seguro e é da gente. Então como é que é ficar sem nada e tendo que depender dos outros?			
Deu de novo?			
Então as pessoas continuam com medo quando vem o vento?			
E como é lembrar agora...o que vocês lembram?			
Perder tudo né. Porque todos vocês aqui perderam.			
Porque era as coisas de vocês.			
Como é que vocês enfrentam essas seqüelas, o que vocês fazem?			
Fica meio perdido...e como é que vocês tentam se achar, como é que se enfrenta isso? E essas seqüelas que ficam, e as coisas que se perdem que			

não voltam mais?			
Vem a lembrança, fica mais presente?			
E quando vem essas lembranças, esses medos de que venha outro vento, o que vocês fazem com elas, com as lembranças que tomam conta da gente?			
E vocês conseguiram dar um significado, um sentido pra tudo o que aconteceu?			
Um sinal de que o material não é mais importante?			
Humhum...bom a gente ta chegando no final...e antes de agradecer a presença de vocês e a colaboração de vocês, que vocês com certeza não tem noção do quanto significa pra mim, e quanto vai ser importante pro meu trabalho, pra minha carreira e isso pessoalmente...mas de uma forma mais social digamos assim isso vai poder ajudar outras cidades, outras pessoas que vão estar passando por uma situação como a que vocês passaram. Mas antes de acabar eu queria fazer uma avaliação desta nossa conversa. Como é que foi pra vocês?			
Grupo 2			
Era uma vez uma cidade...			
Como era antes e como é agora...			
Alguma coisa falta, comparado como era antes?			
E aquela imagem, sempre que vocês lembram era melhor do que agora, pelo que eu entendi?			

Eu queria lembrar agora com vocês um pouco, por mais que seja difícil, mas vamos fazer um esforço, aquele dia. Vamos tentar voltar aquele dia. Passou o dia, daí chegou a noite e...			
E quando ele veio, como é que foi?			
E o que a senhora pensou nessa hora?			
Então a primeira coisa que vocês fizeram depois que passou foi pedir socorro e procurar as pessoas?			
Como é que vocês enfrentaram a situação nos seguidos das semanas e dos meses?			
E qual é a lição que vocês tiram de tudo isso? Que a gente aprende?			
E como é que enfrentam agora ainda, porque não chega um ano ainda, todo mundo já tá com suas casas. Mas como a Dona Primeira disse com muita clareza: sempre falta alguma coisa. Como é que vocês no dia-a-dia agora ainda tão enfrentando isso tudo. Vocês dizem que não gostam de lembrar, mas volta e meia alguém fala, volta e meia alguém pergunta e vê que tá tudo diferente.			
Não tem mais nada...mais alguma coisa gente, que vocês queiram falar, que acham importante?			
Acho que o que vocês estão querendo dizer é que ninguém se machucou mais gravemente mesmo, mas que poderia ter acontecido. Eu queria			

que vocês fizessem também uma avaliação já que estamos acabando, como é que foi pra vocês participar do grupo?			
Então, por um lado teve muita gente que ajudou, mas por outro muita gente que se aproveitou?			